



CONQUISTAR O PRESENTE CONSTRUIR O FUTURO

É PELA LUTA QUE LÁ VAMOS!

1·2 ABRIL 2017

FÓRUM LUÍSA TODI • SETÚBAL

PROJETO
DE RESOLUÇÃO
POLÍTICA

CONQUISTAR O PRESENTE CONSTRUIR O FUTURO

É PELA LUTA QUE LÁ VAMOS!



JUVENTUDE COMUNISTA
PORTUGUESA

PROJECTO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA

11.º CONGRESSO DA JCP

Capítulo 1

SITUAÇÃO INTERNACIONAL 6

- 1.1 Crise e contradições do Capitalismo 6**
- 1.2 A ofensiva imperialista 7**
- 1.3 A União Europeia e a juventude 9**
- 1.4 Resistência e luta contra o imperialismo 10**
 - 1.4.1 A luta da juventude 11**
 - 1.4.2 A solidariedade internacionalista, a luta pela Paz e contra a dominação hegemónica do imperialismo 11**
 - 1.4.3 A FMJD e a luta da juventude na frente anti-imperialista 13**
 - 1.4.4 Socialismo, exigência da actualidade e do futuro 14**

Capítulo 2

ESTE PAÍS TAMBÉM É PARA JOVENS 14

- 2.1 Educação 15**
 - 2.1.1 Ensino Básico e Secundário 16**
 - 2.1.1.1 Condições materiais e humanas 17**
 - 2.1.1.2 Vias técnicas e profissionais dentro do Ensino Básico e Secundário 18**
 - 2.1.1.3 Vida democrática nas escolas 18**
 - 2.1.1.4 Sistema de avaliação, Exames Nacionais e acesso ao Ensino Superior 19**
 - 2.1.2 Ensino Profissional 20**
 - 2.1.3 Ensino Superior 21**
 - 2.1.3.1 Propinas e financiamento 21**
 - 2.1.3.2 Processo de Bolonha 21**
 - 2.1.3.3 RJIES, fundações, fusões 22**
 - 2.1.3.4 Acção Social Escolar 23**
 - 2.1.3.5 Ensino Superior Universitário e Ensino Superior Politécnico 23**
 - 2.1.3.6 Ensino Superior Privado 24**
 - 2.1.4 Estágios curriculares 24**

- 2.2 Emprego 25**
 - 2.2.1 Desemprego e precariedade 25**
 - 2.2.2 Salário e horário 26**
 - 2.2.3 Legislação laboral e contratação colectiva 26**
- 2.3 Ciência 27**
- 2.4 Movimento associativo juvenil 27**
- 2.5 Defesa Nacional 28**
- 2.6 Sistema público de Segurança Social 29**
- 2.7 Saúde 29**
- 2.8 Droga e toxicodependência 30**
- 2.9 Álcool e alcoolismo 30**
- 2.10 Direitos sexuais e reprodutivos 31**
- 2.11 Igualdade de direitos contra todas as discriminações 32**
 - 2.11.1 Discriminação da mulher na vida e no trabalho 32**
 - 2.11.2 Discriminação em função da orientação sexual 33**
 - 2.11.3 Racismo e Xenofobia 33**
 - 2.11.4 Imigrantes 33**
 - 2.11.5 Discriminação das pessoas com deficiência 34**
- 2.12 Ambiente 34**
- 2.13 Assimetrias regionais 35**
- 2.14 Habitação 36**
- 2.15 Transportes e mobilidade 36**
- 2.16 Emigração e jovens luso-descendentes 37**
- 2.17 Cultura – criação e fruição 37**
- 2.18 Desporto e actividade física 38**
- 2.19 Liberdades e direitos democráticos 39**
- 2.20 A ofensiva ideológica 39**
- 2.21 Conquistar o presente, construir o futuro – A alternativa necessária! 42**

Capítulo 3

NAS NOSSAS MÃOS OS DESTINOS DAS NOSSAS VIDAS, É PELA LUTA QUE LÁ VAMOS! 43

- 3.1 Movimento juvenil 44**
 - 3.1.1 Movimento estudantil do Ensino Básico e Secundário 44**
 - 3.1.1.1 Caracterização do movimento associativo 45**
 - 3.1.1.2 Resistência e luta 45**

3.1.2 Movimento estudantil do Ensino Superior	46	4.3.4 Organizações regionais	62
3.2.2.1 Caracterização e papel do movimento associativo	46	4.4 Outras linhas de intervenção, afirmação e actividade	62
3.2.2.2 Resistência e luta	47	4.4.1 Intervenção diversificada e campanhas da JCP	62
3.1.3 Movimento dos estudantes do Ensino Profissional	48	4.4.2 Propaganda	63
3.1.3.1 Resistência e luta	48	4.4.3 AGIT – O jornal da JCP	64
3.1.4 Movimento dos jovens trabalhadores	48	4.4.4 Imprensa partidária	64
3.1.4.1 Movimento Sindical Unitário	49	4.4.5 Festa do <i>Avante!</i>	65
3.1.4.2 Resistência e luta	50	4.4.6 Palco Novos Valores e o seu Concurso de Bandas	65
3.2 Associativismo juvenil de base local	50	4.4.7 Política de fundos	65
3.3 Outras formas de participação juvenil	51	4.4.8 Relacionamento institucional e batalhas eleitorais	66
3.4 Organizações de juventude dos partidos	52	4.4.9 Actividade internacional	67
3.5 É pela luta que lá vamos: contributo da juventude para construir a alternativa	53	4.5 As linhas de orientação para o trabalho de direcção da JCP	68
Capítulo 4		4.5.1 O Congresso	68
MAIS JCP, MAIS LUTA, AVANTE COM ABRIL	54	4.5.2 A Direcção Nacional	68
4.1 A Juventude Comunista Portuguesa	54	4.5.3 A Comissão Política	69
4.1.1 Base teórica da JCP: o marxismo-leninismo	54	4.5.4 O Secretariado	70
4.1.2 O papel da JCP e do PCP na sociedade	54	4.5.5 A Coordenadora Nacional do Ensino Secundário (CNES)	70
4.1.3 O Projecto do PCP	55	4.5.6 A Direcção Central do Ensino Superior (DCES)	70
4.1.4 A JCP, organização de juventude do PCP	56	4.5.7 As Comissões Regionais	71
4.2 A JCP e o papel dos comunistas	56	4.5.8 Colectivos de apoio e grupos de trabalho centrais	71
4.2.1 O papel do comunista	56	ÍNDICE DE ABREVIATURA OU GLOSSÁRIO	74
4.2.2 Os colectivos de base	57		
4.2.3 Trabalho em unidade	58		
4.2.4 Recrutamento	58		
4.2.5 A actividade com os milhares de jovens que querem trabalhar com a JCP	58		
4.2.6 O estilo de trabalho na JCP	59		
4.2.7 A formação ideológica	59		
4.3 Organizações autónomas e sectores	60		
4.3.1 As organizações autónomas	60		
4.3.1.1 A organização autónoma do Ensino Secundário	60		
4.3.1.2 A organização autónoma do Ensino Superior	60		
4.3.2 Intervenção junto dos estudantes do Ensino Profissional	61		
4.3.3 Intervenção junto dos jovens trabalhadores	61		

“A juventude [é uma] camada social com as suas próprias aspirações, formas de luta e de intervenção que, não sendo homogénea, incorpora valores de solidariedade, partilha e participação que a transformam numa força indispensável na luta pelo progresso social e pela ruptura com a política de direita”¹.

O 11.º Congresso da JCP realiza-se em Abril de 2017, três anos após o 10.º Congresso. Nestes três anos, confirmaram-se as análises da Resolução Política aprovada no 10.º Congresso que, juntamente com a Resolução Política do XX Congresso do PCP, realizado em Dezembro de 2016, constituem uma sólida base para a reflexão colectiva que resultou neste documento.

O Projecto de Resolução Política (PRP), tendo sido aprovado pela Direcção Nacional da JCP na sua reunião de 14 e 15 de Janeiro, será submetido à discussão nos colectivos e organismos da JCP, acolhendo ao longo do processo preparatório do Congresso as considerações e propostas de alteração individuais e colectivas, numa discussão que irá envolver todos os militantes, bem como muitos outros jovens que para ela queiram contribuir. Um processo de discussão colectiva amplamente democrática, assente em princípios desenvolvidos a partir do centralismo democrático aplicados criativamente à realidade juvenil. A PRP do 11.º Congresso da JCP organiza-se num 1.º Capítulo dedicado à situação internacional, um 2.º Capítulo dedicado à situação política da juventude portuguesa, um 3.º Capítulo dedicado à luta e movimento juvenis e um 4.º Capítulo dedicado à JCP, ao seu funcionamento e às tarefas que se lhe colocam. Este é um documento ligado à realidade e à luta da juventude porque foi construído e discutido pelos jovens que assumem, em muitas escolas e locais de trabalho, o papel de vanguarda na luta – é por isso um documento importante para o presente e o futuro do movimento juvenil português e da organização revolucionária da juventude, a JCP.

Estes três anos foram marcados por um muito amplo, dinâmico e contínuo processo de luta dos trabalhadores, do povo e da juventude portuguesa contra as políticas de empobrecimento, aumento da exploração, retirada de direitos e declínio nacional protagonizadas pelo Governo PSD/CDS, submetido ao Pacto de Agressão das troikas e às directivas da UE e aos interesses do grande capital e das grandes potências – que agravaram brutalmente a política de direita de PS, PSD e CDS. Uma luta realizada num contexto de brutal agravamento das condições de vida e de luta do povo português. Uma luta que conseguiu

travar muitas das medidas que o Governo PSD/CDS e o grande capital queriam aplicar. Uma luta que foi determinante para impor o afastamento de PSD e CDS do poder, de acordo com a vontade expressa pela grande maioria do povo português nas eleições de Outubro de 2015. Uma luta que, desde então, tem sido o elemento essencial, juntamente com a intervenção do PCP, para a reposição, ainda que limitada, de rendimentos e direitos que tinham sido roubados pelo anterior Governo.

A realidade da juventude está marcada por décadas de política de direita, aplicada por sucessivos governos de PS, PSD e CDS. A actual geração de jovens não conheceu outra realidade que não as políticas de retirada de direitos, de destruição das conquistas de Abril e de integração capitalista na UE, com as suas consequências devastadoras para o país e para as condições de vida da maioria da população.

Uma brutal ofensiva social sobre a juventude complementada por uma não menos brutal ofensiva ideológica dirigida a partir dos centros de decisão do grande capital transnacional e das grandes potências imperialistas, que visa impor os mais retrógrados valores, rever a História, mistificar a informação, impor conceitos que favorecem o grande capital e os seus interesses (como “colaborador” em vez de trabalhador, ou identificando a caridade como solução para todos os problemas), impor o medo, procurando assim condicionar as potencialidades transformadoras da juventude.

Além disso, crescem as limitações objectivas à participação democrática, com tentativas de impedir a distribuição de propaganda, a pintura de murais, as reuniões gerais de alunos (RGA), manifestações e outras acções de luta, ou ainda com o condicionamento da actividade sindical e associativa estudantil, com o claro objectivo de assim atacar a componente participativa da democracia, tendo a juventude como alvo estratégico desta ofensiva anti-democrática.

Foi neste contexto que se desenvolveu a luta da juventude nos últimos anos. Cada abaixo-assinado, cada concentração à porta de uma escola, cada greve, cada manifestação teve de vencer grandes obstáculos, despertar consciências, construir unidade e transformar o descontentamento em acção e luta. Por isso, todas as lutas e a sua continuidade ao longo deste período revestem-se de grande valor e alcance político, e são sementes para a luta que nos propomos continuar nas escolas, nos locais de trabalho e nas ruas, para conquistar o presente e construir o futuro.

É pela luta que lá vamos!

¹ Resolução Política do XX Congresso do PCP – 2, 3 e 4 de Dezembro de 2016, Almada

1. SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1.1 Crise e contradições do Capitalismo

O 11.º Congresso da JCP realiza-se num momento em que se confirma a natureza exploradora, opressora, agressiva e predadora do capitalismo, num quadro de aprofundamento das suas contradições, que há muito se vinham manifestando, e do agravamento da sua crise estrutural, de que é expressão a crise cíclica desencadeada em 2007/2008, cujas consequências continuam a pesar em todo o mundo. A crise de 2007/2008, a maior e mais prolongada desde a Grande Depressão de 1929, tem como raiz o centro capitalista, afectando todo o mundo, e está longe de estar ultrapassada, podendo prolongar-se e ter novos episódios de crise.

Para sobreviver, o capitalismo só vê um caminho: aumentar a exploração, pondo em causa direitos sociais dos trabalhadores, dos povos e da juventude; aumentar a concentração e centralização do capital e da riqueza, com um cada vez maior domínio do capital financeiro e especulativo sobre a economia; apropriar-se de recursos e matérias primas e destruir forças produtivas, recorrendo para isso à guerra, ingerências e chantagens a países soberanos, à concentração do poder em organizações supranacionais dominadas pelas grandes potências imperialistas.

A crise tem-se manifestado com particular gravidade nos pólos da Tríade imperialista (EUA, Japão, União Europeia) e em geral nos países capitalistas desenvolvidos, com uma situação de estagnação ou crescimento anémico. Apesar das medidas que visavam reanimar a economia de forma artificial, continuámos a assistir ao aumento do peso do capital especulativo, à expansão dos off-shores e da fuga de capitais, a escândalos e falências de grandes instituições financeiras, à não recuperação de indicadores como o PIB, o investimento produtivo, o emprego, elementos que colocam o risco de um novo pico de crise de grandes proporções e que têm demonstrado cada vez mais as profundas limitações do sistema capitalista. O chamado “Consenso de Washington”, que consagrou o caminho de liberalização dos mercados mundiais, o aprofundamento da divisão internacional do trabalho, assente no aumento da exploração e na retirada de direitos conquistados ao longo de décadas, tem sido cada vez mais questionado, ao mesmo tempo que se manifesta a incapacidade das classes dominantes encontrarem soluções para salvar o sistema.

Depois de um período em que a China e outros «países emergentes» conheceram elevados ritmos de crescimento do PIB, estes países – particularmente os que dependem da exportação de petróleo e de outras matérias-primas – foram duramente afectados pela persistência da crise cíclica. O peso económico da China, e da sua participação na divisão internacional do trabalho, continua a representar um factor de primeiro plano no desenvolvimento mundial, sendo de assinalar o seu activo papel nas relações internacionais, como tem acontecido no quadro dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e noutros espaços de articulação, que contrariam os objectivos e as instituições dominadas pelos EUA e outras potências imperialistas.

Em face da profunda crise do sistema capitalista, o imperialismo tem procurado diversas formas de realizar uma “fuga para a frente”, tendo como principal impulsor dessa ofensiva os EUA, que continuam a ser a potência hegemónica do mundo capitalista e o mais poderoso Estado do mundo. São disso exemplo o exacerbar da «guerra monetária», baseada no papel hegemónico do dólar, e da «guerra económica», utilizando o domínio de mercados mundiais; a concretização de novos tratados de livre comércio, entre os EUA e os seus principais aliados, como o TTIP entre os EUA e a UE, o TPP entre os EUA e vários países sul-americanos e asiáticos, entre outras, que abrem espaços à rapina das grandes multinacionais e ao seu domínio sobre os Estados, com graves consequências para a juventude, caso não sejam travados.

Prossegue um processo muito complexo de rearrumação de forças à escala mundial quer no plano económico, quer no plano político e geoestratégico, com a afirmação de países, e diversificadas articulações entre estes, que optam por caminhos para o desenvolvimento fora do quadro hegemónico do imperialismo. Processos como o dos BRICS ou da Organização de Cooperação de Xangai, envolvendo cooperação económica e política, têm contribuído para o processo de rearrumação de forças, pondo assim em causa a hegemonia do imperialismo e das suas estruturas internacionais.

Embora a crise estrutural do capitalismo aprofunde as contradições inter-imperialistas, a evolução da situação mundial tem demonstrado que o grande capital e as grandes potências imperialistas se articulam para procurar impor as suas políticas de exploração e opressão nacional.

O desenvolvimento da crise do capitalismo confirma as teses fundamentais que constituem o marxismo-leninismo, sobre as leis que regem o sistema capitalista na sua fase imperialista, com diferentes expressões em cada país.

A incapacidade do capitalismo conseguir ultrapassar as suas contradições confirma-se pela própria evolução da crise. Agudiza-se a contradição entre capital e trabalho, entre o carácter social da produção e a sua apropriação privada, com o capital cada vez mais concentrado e fundido com o aparelho de Estado, agrava-se a irracionalidade do modo de produção capitalista, marcado pela lei da baixa tendencial da taxa de lucro, em que os recursos são utilizados de forma anárquica, ameaçando a sociedade, em vez de serem colocados ao seu serviço. As contradições entre as possibilidades reveladas pelo progresso da ciência e da tecnologia para resolução de graves problemas da humanidade e o agravamento destes resulta da apropriação por parte do capital dessas mesmas conquistas – por exemplo, o progresso tecnológico permitiria uma redução dos horários de trabalho devido à mecanização e automatização da produção, mas assistimos antes pelo contrário a políticas de aumento dos horários, aumentando assim a taxa de exploração.

O estreitamento da base social de apoio do capitalismo é consequência da agudização dessas contradições, afectando cada vez mais amplos sectores da sociedade. A juventude não está condenada a um sistema que não serve os seus interesses e aspirações. Através do reforço da luta da juventude, do reforço da JCP, contribuímos para a consciencialização e para assim estreitar ainda mais a base social de apoio do capitalismo.

1.2 A ofensiva imperialista

O imperialismo, fase superior do capitalismo, realiza uma brutal e multifacetada ofensiva, como resposta à crise estrutural do capitalismo e ao complexo e contraditório processo de rearrumação de forças no plano mundial.

A juventude, em muitos pontos do mundo, enfrenta a face mais agressiva da ofensiva imperialista: a guerra. A realidade mundial está marcada pela multiplicação de guerras, agressões à soberania dos povos, ingerências e ocupações de Estados, onde as maiores potências capitalistas utilizam o militarismo para impor a sua agenda de dominação e servir os interesses do grande capital transnacional.

A militarização das relações internacionais, identificada em anteriores congressos, tem-se intensificado nos últimos anos. Verifica-se uma tendência para maior instabilidade e insegurança generalizadas no plano internacional.

As potências capitalistas têm nos últimos anos aumentado os seus orçamentos militares e por consequência os seus armamentos e a capacidade destrutiva do seu arsenal atómico. Os EUA, a NATO e a UE, com os seus aliados, são responsáveis por todos os grandes conflitos militares da actualidade. Os EUA apresentam despesas militares que superam a soma das despesas militares da grande maioria dos países no mundo: em 2010 o orçamento militar dos EUA chegou a atingir os 680 mil milhões de dólares.

Nas Cimeiras de Gales (2014) e Varsóvia (2016), a NATO reafirmou o seu carácter abertamente ofensivo, reforçou a UE como o seu pilar europeu, continuando a promover o seu alargamento na Europa e as suas parcerias a nível mundial e a pressionar o aumento do peso das despesas militares nos orçamentos nacionais. As grandes potências da NATO continuam a ser responsáveis pelas grandes corridas ao armamento, com destaque para os EUA, procurando a modernização dos seus arsenais nucleares e uma vasta teia de bases militares estrangeiras a nível mundial, assumindo especial gravidade a instalação pelos EUA do sistema antimissil na Europa e Ásia, uma séria ameaça ao equilíbrio estratégico nuclear mundial. São expressão da escalada do imperialismo as guerras de agressão no Médio Oriente e na Ásia Central, a ofensiva desestabilizadora na América Latina, os processos de ingerência e recolonização em África, o avanço da NATO para o Leste da Europa, apontando o cerco à Federação Russa ou a crescente militarização na região Ásia-Pacífico, visando a China.

A ofensiva imperialista incide particularmente em regiões de grande concentração de recursos naturais e em pontos estratégicos no plano internacional. Realizam-se campanhas de desinformação e deturpação da realidade que procuram justificar perante a opinião pública ingerências e guerras e ao mesmo tempo encobrem-se as acções criminosas do imperialismo e das grandes potências por supostas “causas humanitárias”, para “defender a democracia ocidental” ou para “lutar contra o terrorismo”, chegando mesmo a procurar confundir o agressor com o agredido.

Na sua ofensiva, o imperialismo recorre cada vez mais ao terrorismo, seja pelo terrorismo de Estado, com a intervenção agressiva directa, seja por via da

criação, apoio e instrumentalização de grupos que se caracterizam pela acção criminosa e de terror. A resposta ao terrorismo passa pelo combate às suas causas – políticas, económicas e sociais –, à lógica de ingerência e agressão que o alimenta e pela defesa e afirmação dos valores da liberdade, da democracia, da soberania e independência dos Estados, de uma política de paz e cooperação, e das condições que permitam a sua realização.

Nos últimos anos, temos assistido à proliferação de guerras e agressões por todo o mundo. Continuam a guerras no Afeganistão e no Iraque, estendendo-se ao Paquistão. Na Síria, o imperialismo por um lado financia mercenários e grupos terroristas que espalham a morte e o terror, e por outro intervém militarmente através dos EUA, da NATO e seus aliados regionais, com vista à desagregação e destruição daquele país. Continua e agrava-se a ocupação, a agressão e a impunidade dos crimes do Estado de Israel contra a Palestina.

Na Líbia, continuam a pesar as consequências da intervenção militar da NATO que destruiu o país, hoje controlado por diversos grupos mercenários. Novas operações militares e interferências tiveram lugar em vários países de África, como o Mali, a República Centro Africana e a República Democrática do Congo, ao mesmo tempo que as principais potências imperialistas, desde logo a França e os EUA com o seu alto comando AFRICOM, aumentam a sua senda de pressão militarista e o neo-colonialismo, com diversas formas de desestabilização e ingerência.

O drama que acompanha os milhões de refugiados e deslocados, como os oriundos do Médio Oriente, da Ásia Central e de África, são consequência da guerra e do saque imperialistas, das políticas de negação dos mais básicos direitos. A UE e as suas principais potências têm pesadas responsabilidades nas causas que levam a que milhões tenham de procurar refúgio para sobreviver, demonstrando mais uma vez a sua hipocrisia quando continua a reforçar altos comandos como o Frontex, a guarda costeira europeia e outros, negociando os refugiados como de mercadoria se tratassem. A dramática situação dos refugiados exige uma resposta urgente à situação que está criada, e sobretudo o fim das agressões, guerras e políticas de rapina que o imperialismo tem promovido e que são a causa deste drama.

A situação na Ucrânia é marcada por um governo que contém elementos abertamente fascistas e que foi formado após um golpe de estado anti-democrático

financiado e apoiado pelos EUA, a UE e a NATO. Uma situação marcada por perseguições políticas a comunistas e outros democratas, perseguições étnicas atingindo sobretudo a população russófona, políticas de retirada de direitos à população, ao mesmo tempo contribuindo para a agenda de cerco contra a Federação Russa, estendendo para Leste as fronteiras da NATO, colocando novos perigos para a paz na região.

Prossegue a militarização da região Ásia-Pacífico, com a proliferação de bases militares estrangeiras, em que o Japão, conjuntamente com os EUA, assume cada vez mais uma postura militarista agressiva.

A ofensiva imperialista manifesta-se ainda por todo o mundo, com a juventude a enfrentar as consequências sociais do processo de concentração e centralização do capital à escala mundial, da intensificação da exploração e da agressividade do imperialismo. O desemprego e a precariedade afectam dezenas de milhões de jovens; o acesso à Educação está cada vez mais condicionado por barreiras de classe, fruto do desinvestimento ou desmantelamento da Escola Pública e de políticas de privatização e elitização do Ensino; os jovens vêem negado o direito à Segurança Social, que se procura muitas vezes substituir por medidas assistencialistas; acentua-se o ataque aos mais vastos direitos da juventude como o acesso à cultura, à habitação, ao associativismo ou ao desporto; agrava-se a pobreza, a fome, a subnutrição, a negação do acesso a cuidados de saúde, as formas mais brutais de exploração de seres humanos, que demonstram a natureza desumana e criminosa do capitalismo. Perante a brutal exploração, a negação de direitos básicos aos povos, o domínio económico e a imposição do subdesenvolvimento para muitos países, perante as guerras promovidas pelo imperialismo, muitos são forçados a emigrar, particularmente jovens, enfrentando grandes dificuldades. O ambiente é posto em causa pelo carácter predatório do sistema capitalista, que não olha a meios para assegurar o seu lucro; ao mesmo tempo que a sua sustentabilidade é utilizada como pretexto para ingerências e agressões por parte do imperialismo.

Esta ofensiva social sobre os direitos da juventude é acompanhada por uma grandiosa ofensiva ideológica por parte do imperialismo, que visa assim assegurar a sua perpetuação enquanto sistema e melhor conseguir atingir os seus objectivos de exploração e dominação, tendo como principais instrumentos: os meios de comunicação social; o sistema educativo; a produção de conhecimento, a cultura e a arte; os aparelhos de

Estado; a reprodução via relações sociais, familiares ou no mundo do trabalho, de valores e ideias da ideologia dominante, ou ainda através das redes sociais e conteúdos digitais. Por ser uma camada da população com especial tendência para o questionamento sobre a realidade social, e com especial disponibilidade reivindicativa e revolucionária, a juventude é alvo preferencial da ofensiva ideológica.

A ofensiva ideológica, no plano mundial, tem como eixos principais:

- A promoção de valores como o individualismo, o conformismo, a competição individual, o medo e a desistência da luta;
- A promoção da suposta naturalidade do capitalismo, como sistema terminal da história da humanidade, apresentando ideias como o “fim das ideologias” ou o “fim da luta de classes”;
- A reescrita e manipulação da História, a promoção do anti-comunismo, o branqueamento do fascismo, o apagamento do papel da luta dos trabalhadores, dos povos e da juventude em cada país;
- A promoção das lógicas da “caridade” e do assistencialismo para a resolução de problemas sociais;
- A discurso populista e anti-democrático contra os partidos ou contra “apolítica”, visando a alienação, ao mesmo tempo que se sobrevalorizam movimentos ditos inorgânicos e que se restringe a democracia às eleições e aos espaços institucionais;
- A promoção do racismo, da xenofobia, do fascismo, do fundamentalismo e da exacerbação de conflitos e rivalidades nacionais;
- A identificação do interesse nacional com os interesses de classe do grande capital, para justificar assim a exploração;
- A desinformação e mistificação da actualidade nacional e internacional.

Em muitos países a combinação desta brutal ofensiva ideológica e social sobre os direitos da juventude criam campo fértil para a promoção do obscurantismo, de valores antidemocráticos e reaccionários, racistas e xenófobos, estimulando o crescimento das forças de extrema-direita e grupos de cariz fascista que, apresentando-se muitas vezes como “anti-sistema”, são na verdade promovidas pelo próprio sistema como “válvulas de escape”, procurando assim canalizar o descontentamento para os valores mais

retrógrados e reaccionários. Também a promoção do fundamentalismo religioso e de conflitos sectários e confessionais são usados para perpetuar a dominação do imperialismo e para justificar guerras, agressões, ofensivas sobre os direitos dos trabalhadores, dividindo e manipulando, principalmente nos momentos de crise, onde povos, etnias, religiões, credos, comunidades ou camadas sociais são apresentados como causa dos problemas sociais. Num momento em que, no plano mundial, os sectores mais reaccionários e agressivos do imperialismo apostam cada vez mais na guerra e no fascismo, é essencial continuar a alargar a luta da juventude pelos seus direitos, pela paz, contra o imperialismo e todas as suas expressões.

1.3 A União Europeia e a juventude

A União Europeia (UE), confirma hoje o projecto que está na base da sua criação, uma estrutura de natureza imperialista, que emerge do grande capital transnacional e da burguesia dos Estados-Membro e do conluio e concertação entre as forças da direita e da social-democracia. Desde o último Congresso aprofundaram-se ainda mais os pilares da UE – o neoliberalismo, o militarismo e o federalismo.

Embora num contexto de crescentes contradições, o rumo federalista da UE continua a subjugar a soberania dos povos de decidirem sobre o seu futuro e o dos seus países, impondo o poder de instituições supra-nacionais, o que constitui ainda um ataque à democracia.

A imposição da livre circulação de capital, do aumento da exploração dos trabalhadores e dos povos, do aprofundamento das condições de rendibilidade do capital, tem sido impulsionado pelo grande capital e pelas grandes potências. Neste contexto, a entrada em funcionamento do Tratado de Lisboa, que reforçou os instrumentos de domínio económico e político da União Europeia, despoletou um renovado processo de concentração e centralização de poder, agudizando e perpetuando a exploração e empobrecimento dos povos, através dos constrangimentos criados ao seu desenvolvimento soberano. A criação do euro, tal como a JCP e o PCP vêm alertando desde o primeiro instante, demonstram com clareza a quem servem e com que propósitos. A sua existência é um claro impedimento ao desenvolvimento social e económico, servindo como instrumento de empobrecimento e exploração, sendo ela mesma um dos principais factores da crise económica, financeira e social em curso. Os últimos anos são a prova que não pode existir uma

verdadeira política que defenda a soberania nacional e a justiça social, vinculada com a moeda única, e o mais recente processo de chantagem de que Portugal foi alvo é a demonstração desta impossibilidade. Esta crise do euro reitera a necessidade de uma ruptura com a União Económica e Monetária (UEM), bem como com o processo de integração capitalista, condições essenciais para uma efectiva política de desenvolvimento soberano.

A crise na zona euro tem sido usada como bengala para a reestruturação das políticas da UE, com vista ao aprofundamento da UEM e do reforço da transferência de poderes dos Estados-Membro para as instituições da UE. Através das chamadas “reformas estruturais” a UE procura intervir directamente em matérias como salários, legislação laboral, políticas sociais, funções sociais do Estado e serviços públicos. No trabalho, generaliza-se a precariedade dos trabalhadores, incentiva-se a sua livre circulação, empurrando-os, nomeadamente os jovens, para saírem do seu país. No Ensino, aprofundam-se políticas como o “Processo de Bolonha”, a privatização do Ensino, procurando-se cada vez mais a sua mercantilização, colocando mais entraves ao seu acesso, direccionando-o para o mercado, ao invés de o dirigir para a formação integral do indivíduo. No Movimento Associativo Juvenil (MAJ), a criação e alargamento de programas ditos de apoio a plataformas de juventude, são apenas e só mecanismos de, através da tentativa de controlo do associativismo, alinhar o movimento juvenil com a UE e a sua agenda.

A UE aprofundou o seu carácter militarista e agressivo, cimentando o seu papel como pilar europeu da NATO, estando presente em praticamente todas as zonas de desestabilização e intervenção militar. Procura-se aumentar as despesas militares dos Estados-Membro e a criação do “exército europeu”, promove-se a investigação militar europeia, a repressão e a espionagem, numa clara procura de acentuar o poder de intervenção e ingerência nos Estados, de aproveitamento dos seus recursos e energias e, por outro lado, procurar conter e controlar a luta dos povos. A situação com que se confrontam hoje milhares de refugiados e migrantes é tão só o resultado das políticas da UE e da NATO, e a outra face do processo de integração capitalista europeu. A propaganda de espaço de liberdade, solidariedade e respeito esbarra na cruel realidade da morte de milhares de pessoas todos os anos e na negação dos direitos mais básicos de seres humanos que procuram a entrada na UE.

O processo de integração capitalista da União Europeia é o principal causador do aumento do desemprego, da miséria, regressão social, da incerteza e insegurança que hoje se reflectem, em articulação com as campanhas da UE contra direitos e liberdades dos emigrantes, no ressurgimento da guerra, no aumento exponencial do racismo, xenofobia, anticomunismo e a emergência e crescimento da extrema-direita, muitas vezes com o apoio da própria UE, como por exemplo em França, na Hungria, Polónia e Ucrânia.

A crise que vivemos hoje na União Europeia resulta da crise da própria UE, dos seus princípios fundadores, da sua natureza de classe e dos seus objectivos. Aqui, o referendo do Reino Unido deve ser tido em conta como elemento que deita por terra as teorias da irreversibilidade da UE. Esta UE não é reformável. Por mais que se clame por “salvar a Europa” esta só será salva quando a União Europeia for derrotada.

Vivemos num momento em que todos os jovens portugueses viveram toda a sua vida já no quadro da integração capitalista na UE, sofrendo as suas dramáticas consequências na realidade nacional e tendo sempre presente a gigantesca campanha de promoção das suas supostas “virtudes”, nomeadamente a partir de conteúdos escolares e programas para a juventude promovidos pela UE. Este é um quadro em que é preciso vencer barreiras e contrariar essas campanhas que apresentam a UE como única forma de integração, cooperação entre países, paz e modernidade. Por outro lado, alarga-se a consciência de que a integração capitalista na UE não foi o “mar de rosas” que nos foi apresentado, nomeadamente no papel das políticas da UE na destruição do aparelho produtivo nacional e com cada vez maior questionamento face ao euro e ao papel que teve e tem nos problemas nacionais.

A alternativa é uma Europa de paz, solidariedade e cooperação entre os povos, e pelo direito de cada país à sua efectiva soberania, sem imposições nem estruturas supra-nacionais dirigidas pelas grandes potências.

1.4 Resistência e luta contra o imperialismo

No quadro mundial actual, grandes perigos resultantes da ofensiva do imperialismo convivem com grandes potencialidades de resistência e de desenvolvimento da luta pela sua derrota: abrem-se novas frentes de luta, eleva-se a consciência social e política dos

trabalhadores e da juventude, agudiza-se a luta, camadas sociais outrora conformadas com o sistema juntam-se à luta. Vivemos pois num quadro de grande complexidade, de resistência e acumulação de forças para o desenvolvimento da luta revolucionária.

Perante a brutal ofensiva do imperialismo, a juventude tem assumido, por todo o mundo, um papel determinante na resistência e luta contra o imperialismo e as suas mais diversificadas expressões.

1.4.1 A luta da juventude

A luta de massas, construída a partir dos problemas mais sentidos pelos jovens, revelou-se determinante para derrotar os ataques aos direitos, o aumento da exploração e o empobrecimento, para derrotar tentativas de atacar ou reverter processos progressistas ou de libertação nacional, para defender a paz e contrariar o avanço do fascismo, para alcançar vitórias e avanços que puseram em causa, a diferentes escalas, os interesses do imperialismo. Uma luta que assume expressões muito diversas em todo mundo.

A realidade internacional, desde o 10.º Congresso, comprova que é pelo desenvolvimento da luta em cada país que cada povo pode melhor contribuir para a luta mais geral contra o imperialismo.

Nestes anos, vimos como a juventude saiu à rua em muitos países para defender os seus direitos, quando procuravam impor políticas de ataque à Educação e outros serviços públicos, quando procuravam aumentar a exploração e a precariedade, quando se retiraram direitos conquistados.

Em França e na Bélgica, contra as novas Leis do Trabalho, milhões de jovens saíram às ruas, resistindo às ofensivas anti-democráticas e alcançando importantes vitórias; em Espanha e na Itália, contra leis que pretendiam abrir as portas à privatização do Ensino ou ainda na Dinamarca, na Hungria e noutros países, contra os cortes na Educação; na Grécia, contra as alterações negativas à Segurança Social e outras medidas de ataque aos direitos dos trabalhadores, dos estudantes e de outras camadas da população; no Reino Unido, contra os cortes e as políticas de “austeridade”; no Brasil, num processo de luta que contou com a ocupação de dezenas de escolas e instituições contra alterações constitucionais que pretendiam perpetuar os cortes; nos EUA, em grandes lutas contra o racismo e os abusos policiais, assumindo uma forte componente de classe; no Sri Lanka, no Bangladesh, na Índia, com mobilizações

de milhares de estudantes, com vários exemplos de repressão a essas lutas; na Colômbia, contra as tentativas de fazer recuar os acordos de paz; no Bahrein, pela democracia e os direitos humanos; no Líbano, em defesa da integridade territorial, contra a corrupção do regime confessional e por serviços públicos que garantam qualidade de vida à população; no Líbano, contra a agressão da Arábia Saudita; ou na Ucrânia, contra o ascenso do fascismo, a perseguição anti-comunista e anti-democrática e o perigo da guerra.

Lutas realizadas muitas vezes em contextos marcados por governos que pretendem por todos os meios retirar direitos aos trabalhadores e aos povos, tendo a juventude como alvo preferencial, visando assim criar uma geração sem direitos e sem capacidade de lutar. Lutas que demonstram que, ao contrário do que o imperialismo pretende, a juventude continua a ser uma camada da população que questiona o que lhe é imposto, que resiste e que luta. Lutas que alcançaram em alguns casos vitórias, das mais simbólicas às mais profundas, que colocam “grãos de areia na engrenagem” do imperialismo e das instituições e governos ao seu serviço.

1.4.2 A solidariedade internacionalista, a luta pela Paz e contra a dominação hegemónica do imperialismo

Em muitos países, a luta da juventude faz-se em ainda mais duras condições, enfrentando a face mais violenta do imperialismo: a guerra. Na Síria, por exemplo, depois de milhares de mortos provocados pelo financiamento a mercenários terroristas e pelas intervenções militares dos EUA, da EU e da NATO, o povo sírio continua a resistir, em defesa da sua soberania e integridade territorial, pela paz, contra as ingerências, alcançando importantes vitórias que demonstram que nem o mais poderoso inimigo é invencível. Na Palestina, a juventude e o povo continuam a lutar pelos seus direitos nacionais, contra a ocupação e a agressão. A assinatura do acordo nuclear relativo ao Irão e o apoio da Rússia à resistência do Estado sírio face à agressão são dois factores que dificultam os objectivos do imperialismo no Médio Oriente. O papel da solidariedade internacionalista para com os povos que resistem e lutam nestas condições tem sido fundamental para dar força à sua luta contra o imperialismo.

Num momento em que se multiplicam os focos de conflito sobre vastas áreas do planeta e em que cresce o perigo de uma guerra de incalculáveis proporções, importa continuar a reforçar e ampliar a luta pela paz, mobilizando a juventude, que é das camadas da população que mais tem a perder com a guerra, como a história tem dramaticamente demonstrado. Por isso, em todo o mundo, as expressões de solidariedade internacionalista com vários povos têm sido determinantes, revelando autênticas ondas de solidariedade mundial, em que a juventude participou activamente. Também a luta contra os blocos político-militares, em particular a NATO; contra as pretensões hegemónicas da tríade imperialista (EUA, UE, Japão) e dos seus aliados; contra os tratados de liberalização do comércio mundial (como o TTIP, o CETA ou o TPP) e as imposições e chantagens anti-democráticas e anti-populares de instituições como a União Europeia, o FMI, o Banco Mundial e outras; contra o aumento dos gastos militares; pelos princípios da Carta das Nações Unidas, como a resolução pacífica de conflitos internacionais, o fim das armas nucleares e de destruição massiva e pelo desarmamento geral e simultâneo, pelo respeito pela soberania e independência nacionais, a auto-determinação e a não ingerência – lutas que, com diferentes expressões, se verificaram em muitos países e que importa continuar a reforçar.

Num quadro caracterizado pela dominação hegemónica do imperialismo, ganha especial importância o processo de rearrumação de forças no plano mundial, que tem levado a alterações nas relações internacionais que põem em causa a essa dominação, de que são exemplo vários países e processos que se articulam entre si.

Na América Latina, as mobilizações populares impuseram o desencadeamento de processos de conteúdo progressista, de afirmação soberana e anti-imperialista, que têm em cada país especificidades, níveis de desenvolvimento e profundidade das transformações diferentes, correlação de forças e níveis e formas de participação popular diversas, bem como são dirigidos por forças com características e composições diferenciadas, por vezes contendo elementos contraditórios. Tais processos possibilitaram grandes avanços para o povo e a juventude na luta ideológica e são potenciadores e simultaneamente fortalecidos por mecanismos de cooperação e integração solidária de cariz anti-imperialista, que assumiram uma enorme importância para a região e para o mundo, tendo como exemplo máximo a ALBA, no processo de rearrumação de forças no

plano mundial e na cooperação económica Sul-Sul, e no âmbito dos BRICS. Sublinha-se a importância da construção do Socialismo em Cuba, que contribuiu para estes avanços, animados face à vitória perante as tentativas de isolamento internacional da revolução cubana.

Estes processos são hoje confrontados com uma vasta operação em que confluem o grande capital latino-americano (submetido ao grande capital transnacional); as forças de direita e de extrema-direita revanchistas e o imperialismo norte-americano e europeu. Aproveitando os impactos da crise do capitalismo, usando-se do poder económico, judicial e mediático, promovendo e instrumentalizando manifestações supostamente “espontâneas” e “de jovens”, ou ainda através de sabotagens, desestabilizações e tentativas de golpe, o imperialismo procura que a América Latina volte a ser o “quintal das traseiras” dos EUA. Os golpes nas Honduras, no Paraguai, o golpe institucional no Brasil, as tentativas de golpe na Venezuela, os processos desestabilizadores no Equador ou na Bolívia, são exemplo dessa ofensiva. No entanto, a luta da juventude contra o golpismo e pela democracia, em defesa destes processos e pelo seu aprofundamento, desmente a ideia de que estejamos perante um “fim de ciclo” na América Latina, teoria que constitui uma pressão ideológica que visa conter a luta emancipatória naquela região, propagar o conformismo e a ideia da sua derrota. Independentemente dos recuos verificados na América Latina, os avanços alcançados não deixam de representar importantes e inegáveis afirmações de soberania, melhoria das condições de vida das populações e da juventude, cujo alcance para a luta anti-imperialista continua vivo nas lutas da juventude latino-americana e de todo o mundo.

Em África, desenvolvem-se lutas dos trabalhadores e dos povos pelos seus direitos, contra as guerras, em defesa da soberania nacional e contra as ingerências imperialistas, que pretendem impor uma recolonização ou o neocolonialismo, para sugar os vastos recursos naturais daquele continente. No Saara Ocidental, a juventude e o povo continuam a resistir contra a ocupação, pela autodeterminação, a independência e o direito soberano sobre o seu território.

Os países que afirmam como orientação e objectivo a construção de sociedades socialistas – China, República Popular Democrática da Coreia, Cuba, Laos e Vietname – constituem, na sua grande diversidade de situações quanto ao grau de desenvolvimento económico e social e modelos sócio-políticos, um importante factor de contenção dos objectivos de domínio mundial do

imperialismo. Apesar de legítimas preocupações e dúvidas sobre a sua situação e evolução, apesar de interrogações e discordâncias, algumas de princípio, suscitadas por certas orientações em alguns destes países, é inegável que estes são alvo de um conjunto de manobras de pressão económica e financeira, de desestabilização e ingerência, de ofensiva ideológica e de cerco geoestratégico que condicionam, a par com os efeitos da crise do capitalismo a que não estão imunes, o seu próprio desenvolvimento e opções de política económica e relações internacionais. A luta e a resistência dos povos destes países face à ofensiva do imperialismo exigem não a associação a campanhas que visam a desestabilização e a agressão, mas a solidariedade de todos os que defendem a soberania e a paz.

1.4.3 A FMJD e a luta da juventude na frente anti-imperialista

As lutas da juventude assumem diferentes expressões: seja a luta numa escola, num local de trabalho, em torno de um problema específico; seja a luta para defender ou conquistar direitos; seja a luta contra o militarismo e a guerra, pela democracia e contra o fascismo; seja a luta para defender a soberania e a auto-determinação de um país, contra as intenções do imperialismo – todas estas são formas de luta contra o imperialismo nas suas variadas expressões nacionais e internacionais.

No plano internacional, a JCP procura contribuir para a unidade de todos os jovens e de todas as forças juvenis que lutam, de uma forma ou de outra, contra o imperialismo, independentemente das diferenças nos objectivos, ideologias, contextos nacionais e opções políticas das organizações juvenis anti-imperialistas. O momento que vivemos é de resistência e acumulação de forças, pelo que a prioridade é a construção de uma ampla frente anti-imperialista, cuja maior expressão no plano juvenil é assumida pela Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), da qual a JCP faz parte. A FMJD, fundada em 1945 logo após a vitória sobre o nazi-fascismo, junta dezenas de organizações de todos os continentes que lutam abnegadamente nos seus países contra o imperialismo, pela paz, a solidariedade, a justiça social e os direitos da juventude. É preciso continuar a trabalhar para reforçar a FMJD, centrando-nos naquilo que une as suas organizações-membro – a luta pela paz, contra o imperialismo e pelos direitos da juventude em cada país – e não naquilo que as separa, reforçando a sua actividade, prestígio

e dinâmica ligada à realidade e à vida da juventude.

A realização da 19.ª Assembleia da FMJD, em Cuba, em Novembro de 2015, na data em que se celebrou o seu 70.º Aniversário, constituiu uma importante afirmação de vitalidade da FMJD, da sua capacidade de continuar a desempenhar o seu papel na luta anti-imperialista. Destacamos ainda, das várias actividades da FMJD, a Brigada de Solidariedade à Venezuela (2015); a iniciativa de celebração do seu 70.º aniversário realizada na Namíbia (2015); as várias campanhas internacionais de solidariedade lançadas pela FMJD.

Na Comissão da Europa e América do Norte (CENA) da FMJD, na qual a JCP assume a tarefa de coordenadora regional, houve um reforço da actividade, destacando as campanhas em torno do 17 de Novembro, Dia Internacional do Estudante, a campanha em torno do Dia Internacional dos Refugiados, e do 70.º aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo; a edição regular do Boletim do CENA; a realização de duas edições do Acampamento de Jovens Anti-imperialistas (em França e Espanha) com a perspectiva da sua continuidade; a realização, em Portugal, do Acampamento Internacional “*Avante!* Por um mundo de Paz”, organizado pela JCP em articulação com a FMJD, entre outros acampamentos, congressos, seminários e iniciativas realizadas por várias organizações-membro da região, iniciativas que contribuíram para o reforço das relações entre as organizações da FMJD e para o seu prestígio.

Também o reforço do movimento dos Festivais Mundiais da Juventude e dos Estudantes (FMJE), que este ano celebram o seu 70.º aniversário, assume grande importância. Nos últimos anos, o FMJE tem vindo a aumentar o seu prestígio, apesar das insuficiências no que diz respeito às potencialidades de alargamento, o que tem permitido que os valores da paz e da solidariedade tenham chegado a milhões de jovens em todos os continentes, não havendo nenhum evento equiparável no mundo.

O 19.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes realizar-se-á em Sochi, na Rússia, de 14 a 22 de Outubro de 2017. Um Festival que será mais um encontro das lutas da juventude, que celebrará o centenário da Revolução de Outubro e o 70.º aniversário dos FMJE, e que poderá ter um papel relevante no contexto internacional em que se realiza. A JCP contribuirá para que o Comité Nacional Preparatório (CNP) de Portugal prepare o 19.º FMJE junto da juventude portuguesa, mobilizando-a em torno das suas realidades, lutas e

aspirações. Só um processo preparatório em cada país que envolva as massas juvenis e as suas lutas pode garantir o carácter anti-imperialista, juvenil e de massas do 19.º FMJE – a JCP contribuirá também para esse desafio.

1.4.4 Socialismo, exigência da actualidade e do futuro

Neste nosso 11.º Congresso, reafirmamos que, tanto em Portugal como no mundo, “é pela luta que lá vamos!” – a resistência dos povos, a luta dos trabalhadores e da juventude, a solidariedade internacionalista, são o único caminho possível para enfrentar os grandes desafios que enfrentamos. É através da luta que elevamos a consciência de que o capitalismo é um sistema sem futuro e de que é necessária e urgente a sua superação revolucionária.

A Revolução de Outubro, cujo centenário celebramos este ano de 2017, abriu uma nova época na História da Humanidade – a época da passagem do capitalismo ao socialismo. As experiências de construção do socialismo são uma sólida base para a nossa certeza de que é possível e necessária a construção de uma sociedade sem classes, sem exploração do homem pelo homem, uma sociedade socialista. Reconhecendo a existência de leis gerais do processo revolucionário, afirmamos que não há nem pode haver modelos de revolução e de socialismo e que as vias para a conquista do poder e as soluções concretas de edificação da nova sociedade não se exportam nem copiam.

Cada povo chegará ao socialismo por caminhos diversificados e a nova sociedade será construída de acordo com as condições concretas de cada país. Estamos certos de que só o socialismo cumprirá as aspirações e os sonhos da juventude, onde os jovens poderão cumprir todo o seu potencial criador e transformador, num mundo de paz e cooperação, sem exploradores nem explorados, rumo ao comunismo!

2. ESTE PAÍS TAMBÉM É PARA JOVENS

Desde o último Congresso, em Abril de 2014, a situação da juventude, não sendo desligada da política geral nacional e internacional, acompanhou os desenvolvimentos da situação política.

Assim, a continuidade das políticas na última fase do Governo PSD/CDS aprofundou uma das mais graves ofensivas contra os direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa desde a Revolução de Abril, tal como a JCP apontou no último Congresso.

Manteve-se e acelerou-se a destruição de serviços públicos, os cortes nas funções sociais do Estado, a desresponsabilização por estas e as privatizações; manteve-se o roubo e destruição de direitos dos trabalhadores, do povo e da juventude. Foram desferidos profundos golpes no direito à Educação, formação e cultura, trabalho e segurança social, habitação e tempo livre. Agravaram-se ataques às liberdades e aos direitos democráticos.

Muitos são os jovens que se vêem forçados a abandonar o Ensino, devido aos custos associados e à selecção feita a partir do Ensino Básico consoante as condições económicas. A juventude é empurrada para um mundo do trabalho onde o elevado desemprego permite criar um exército de reserva que pressiona o valor do trabalho, ao mesmo tempo que são promovidos os ideais da competitividade e do individualismo. A precariedade dos vínculos é generalizada. Vemos as gerações mais jovens, também as mais qualificadas, com o potencial de contribuir para o desenvolvimento do país, a abandoná-lo.

Sem uma ruptura com a política de direita, vivemos hoje uma nova fase da vida política nacional, fruto também da luta da juventude, que permitiu o afastamento do governo PSD/CDS que destruiu a passos muito acelerados o património de direitos da juventude. Essa intensa luta traduziu-se nas eleições de Outubro de 2015, em que uma nova correlação de forças na Assembleia da República e o melhor resultado obtido pela CDU em 16 anos permitiu romper com o caminho até então seguido. Assim, apesar das limitações que esta solução – um governo do PS com o seu programa – apresenta, tem sido possível repor e em alguns casos até conquistar direitos, como a gratuidade dos manuais escolares no 1.º Ciclo do Ensino Básico, ou o congelamento das propinas por dois anos consecutivos.

Uma solução política que durará tanto tempo quanto a mesma corresponder a soluções, propostas e medidas que correspondam a ganhos para os trabalhadores e para as populações. Uma solução com limites, sobre a qual não temos ilusões, mas que permite a partir da intervenção do PCP e da JCP, e acima de tudo a partir da luta de massas, abrir caminhos ainda que limitados para a recuperação de direitos e rendimentos roubados e dar resposta às aspirações mais imediatas dos trabalhadores, do povo e da juventude.

Assim, importa intensificar a luta e cumprir a exigência da juventude de viver no seu país com dignidade e de ver reconhecido o seu potencial transformador, fazendo frente aos constrangimentos internos e externos que também nos impedem de ir mais longe, sendo para isso indispensável a ruptura com a política de direita e a implementação da política patriótica e de esquerda que coloque os valores de Abril no futuro de Portugal.

É justo destacar também que, apesar das graves limitações a que tem sido sujeito o Poder Local Democrático, nomeadamente cortes no financiamento e destruição de freguesias, o trabalho das autarquias CDU marca a diferença em várias áreas, como as do ambiente, da cultura e do desporto, que permitiram às populações e conseqüentemente aos jovens uma qualidade de vida superior às das restantes autarquias.

2.1 Educação

A educação é um direito fundamental e condição determinante para a emancipação individual e colectiva da juventude, bem como para o desenvolvimento económico e social do país. A sua concretização é inseparável da existência de uma Escola Pública, Gratuita, de Qualidade, e Democrática para todos, pilar do regime democrático e conquista de Abril, que assegure a todos os jovens, independentemente das suas condições económicas e origem de classe, o acesso a todos os graus de Ensino e o desenvolvimento da cultura integral do indivíduo. Para o sistema capitalista, a Educação serve como ferramenta para a sua perpetuação através do domínio ideológico que possibilita e das desigualdades sociais que contribui para manter e aprofundar. Esta é ainda vista como um negócio lucrativo, justificando a crescente tendência para a sua privatização.

A política de direita, praticada há 40 anos no nosso país, tem assumido, relativamente a todo o sistema educativo – Ensino Básico, Secundário e Superior – a concretização de um objectivo estratégico central:

a recuperação (como existia no fascismo) de um sistema de Ensino dual dividido entre vias técnicas ou profissionais e as vias ditas “gerais” ou “académicas” com acesso aos mais elevados graus de Ensino. Divisão de classe com base nas condições socio-económicas, presente em todos os graus de Ensino, que tenta seriar desde cedo quem prossegue os estudos e quem aprende um ofício, fazendo corresponder as elites económicas às elites do conhecimento.

Aprofundou-se a concepção de que o Ensino (organização, currículos, ciclos) deve corresponder às “necessidades do mercado de trabalho” (poder económico) e não às necessidades de desenvolvimento do país. Desta concepção de profissionalização do Ensino decorre a aposta na “formação ou aquisição de competências”. Do Ensino Básico ao Superior generalizou-se o ensino vocacional e cursos profissionalizantes, entrando depois estes estudantes, na maioria dos casos, directamente no mundo do trabalho como mão-de-obra pouco qualificada e facilmente explorada.

Com a sucessiva desresponsabilização do Estado pela Educação verifica-se o aumento significativo dos custos de frequência para os estudantes e suas famílias e a falta de condições materiais e humanas nas escolas. Os cortes orçamentais na Educação, agravadas pelos PEC's e o Pacto de Agressão, aprofundaram o caminho de subfinanciamento, levam as instituições de ensino ao sufoco e comprometeram a qualidade da Escola Pública.

No Ensino Básico e Secundário, os manuais escolares são a expressão mais gritante desses custos e no Ensino Superior as propinas constituem o principal obstáculo de acesso e frequência, tudo isto aliado aos custos de alojamento, alimentação, material escolar e transporte e às limitações profundas da Acção Social Escolar, que levam ao abandono dos estudos por muitos estudantes devido a dificuldades económicas ou obriga muitos, ainda na escolaridade obrigatória e no Ensino Superior, a procurar trabalho para pagar os estudos, comprometendo a suas possibilidades de sucesso escolar.

Em todos os graus de Ensino se sente a falta de condições materiais, com obras paradas, sem equipamentos para a prática desportiva e falta de condições humanas faltando professores, trabalhadores não docentes, psicólogos e outros técnicos, comprometendo serviços e degradando a qualidade do Ensino e da avaliação. O ataque aos direitos de todos os membros da comunidade

escolar (professores, trabalhadores não-docentes, psicólogos e outros), com o aumento da exploração, da precariedade, da sobrecarga horária e das formas de pressão e chantagem, como os sistemas de avaliação do desempenho, têm como consequência a degradação da qualidade do Ensino e afectam toda a comunidade escolar e, por isso, os estudantes.

Através do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo do anterior governo PSD/CDS, e utilizando a falácia da liberdade de escolha, foram muitas as tentativas de destruir a Escola Pública e favorecer directa e indirectamente a Escola Privada. Seja no financiamento directo às famílias, seja encerrando turmas na Escola Pública e abrindo na Escola Privada. A escola inclusiva foi também posta em causa com a destruição do Ensino Especial, através da inexistência de infra-estruturas e meios adequados para uma educação de qualidade e inclusão destes estudantes.

Pela persistente e contínua luta dos estudantes e do povo, com o papel preponderante do PCP e a nova correlação de forças na Assembleia da República, foi possível repor alguns direitos e avançar em algumas conquistas como: garantir a gratuitidade dos manuais escolares para o 1.º Ciclo do Ensino Básico; repor os apoios da ASE às visitas de estudo para alunos com escalão A e B; reforçar o número de assistentes operacionais nas escolas; reduzir gradualmente o número de alunos por turma a partir do próximo ano lectivo; reduzir o número de escolas com contratos de associação nos casos em que não existia carência da rede pública, tal como estava previsto na lei; congelar o valor mínimo e máximo das propinas e possibilitar a entrega de dissertações, trabalhos de projectos, relatórios e teses apenas em formato digital, reduzindo os custos para os estudantes.

Estes são passos em frente, ainda que limitados, sendo necessário ir muito mais longe na defesa e luta pela Escola Pública, Gratuita, de Qualidade, e Democrática para todos enquanto pilar do regime democrático, inseparável da luta pela defesa das funções sociais consagradas na Constituição.

2.1.1 Ensino Básico e Secundário

A oferta formativa e o número de diferentes cursos existentes hoje dentro do Ensino Básico e Secundário são vastos e diversificados significando a divisão em duas grandes vias – a do prosseguimento dos estudos no Ensino Superior e a das vias profissionalizantes para uma rápida inserção no mercado de trabalho. Dentro

da primeira existem os Cursos Científico-Humanísticos (Línguas e Humanidades, Ciências e Tecnologias, Economia, etc) e na segunda existem os Cursos Profissionais, Vocacionais, os Planos de Integração e Formação, entre outros. Existem ainda os Cursos Artísticos Especializados vocacionados, consoante a área artística, para o prosseguimento de estudos ou orientados na dupla perspectiva da inserção no mundo do trabalho e do prosseguimento de estudos. Esta realidade rica abrange muitas áreas fazendo com que existam especificidades ao nível pedagógico, da dispersão geográfica da oferta, da avaliação, do regime de faltas, do acesso ao Ensino Superior, da existência ou não de um estágio ou nas condições materiais necessárias para a aprendizagem.

No seguimento da política de direita das últimas décadas, o governo PSD/CDS (2011-2015) aprofundou o ataque à Escola Pública aplicando medidas profundamente negativas para as escolas, os estudantes, para os trabalhadores docentes e não docentes. Após o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos observou-se não uma melhoria nas condições materiais e humanas mas o contrário. Com as sucessivas políticas de direita, o ataque aos direitos e conquistas da revolução de Abril foi avançando, afectando toda a comunidade escolar e principalmente os estudantes, promovendo a elitização do Ensino, a triagem social através de múltiplas vias técnicas e profissionais no Ensino Básico e Secundário, o abandono escolar, a formação de mão-de-obra pouco qualificada, aumentando os custos de frequência, degradando a qualidade do Ensino, promovendo sistemas injustos de avaliação e atacando a democracia nas escolas.

Os cortes realizados no valor de mais de 2.000 milhões de euros fizeram com que os problemas com que os estudantes se deparavam na escola e no acesso ao ensino se agravassem. A degradação das condições materiais e humanas, o aumento de alunos por turma, o fim do passe 14_18, a privatização de bares e cantinas, o aumento do preço dos manuais escolares, a diminuição dos apoios sociais e os custos exigidos em fotocópias e materiais de estudo. O acesso a visitas de estudo por forma a complementar o ensino na escola tem também sido negado a muitos estudantes, seja pelas dificuldades das próprias escolas ou pelos custos a elas associados quase sempre suportados pelos estudantes e suas famílias.

Aos inúmeros custos de frequência – materiais, transportes, alimentação, visitas de estudo e outros – acresce já em muitas escolas o pagamento de propinas ou taxas de inscrição, que tendo hoje ainda valores

relativamente baixos abrem portas para o seu aumento e consequente aumento da elitização do Ensino. Neste âmbito, os manuais escolares assumem um peso central nos custos suportados pelos estudantes e suas famílias. Continuando a exigir-se a sua gratuidade até ao 12.º ano, regista-se o avanço ainda que limitado de se estabelecer a sua gratuidade no 1.º Ciclo, fruto de muita luta dos estudantes e da nova fase da vida nacional que vivemos.

A Acção Social Escolar, que deveria contribuir para combater as desigualdades na frequência do ensino, coisa que não tem acontecido com as restrições nos acessos aos vários escalões de apoio, também sofreu brutais cortes com o governo PSD/CDS.

Outro dos problemas existentes é a forma como a oferta educativa está dispersa pela rede de escolas básicas e secundárias concentrando muitas vezes alguns cursos apenas nos grandes centros urbanos ou nas capitais de distrito. Isto faz com que muitos estudantes tenham que fazer grandes deslocações diárias ou até abandonar a sua residência original e mudar-se para mais perto da escola onde existe o curso que querem seguir, realidade que tem vindo a aumentar e que até então tinha maior expressão apenas no Ensino Superior, sendo mais notória nos cursos ligados às áreas artísticas.

A privatização do Ensino, objectivo do capital, manifesta-se em várias dimensões nas escolas, como na privatização de serviços como bares ou cantinas; a gestão empresarial da Parque Escolar ou a presença de entidades externas nos Conselhos Gerais das escolas.

Também a municipalização da educação representa a desresponsabilização do Estado desta função e um trampolim para a privatização da Escola Pública. Ao entregar-se estas competências aos municípios cria-se a possibilidade de negócios pouco claros e em benefício de alguns, já que as autarquias não dispõem de meios, quer financeiros quer pedagógicos, para fazer a gestão curricular e dos professores.

2.1.1.1 Condições materiais e humanas

Com os sucessivos governos PS, PSD e CDS, as condições materiais e humanas agravaram-se, milhares de estudantes continuaram a ter as suas escolas nestes últimos quatro anos em condições lastimáveis, com a deterioração das salas de aula e salas de convívio, falta de ginnodesportivos, ou,

quando existem, muitas vezes sem aquecimento; escolas onde chove e onde continuam a existir edifícios com placas de amianto cancerígenas altamente prejudiciais para a saúde pública.

A suspensão das obras da Empresa Parque Escolar deixaram inúmeras escolas num estado deplorável. Muitos estudantes encontram-se a ter aulas em contentores sem condições e várias escolas são autênticos estaleiros de obras há vários anos. Hoje muitas escolas não asseguram a segurança necessária para o funcionamento e a falta de condições acentua-se de ano para ano, sendo que escolas recentemente intervencionadas apresentam já hoje problemas materiais. Isto comprova que a entrega das obras e da gestão das escolas à EPE serve apenas os grandes empreiteiros, aumentando a dívida que o Estado tem para com eles e que de todo não resolve os problemas dos estudantes a médio e longo prazo.

Este modelo de gestão empresarial visa a desresponsabilização do Estado e a privatização da gestão e realização das obras, criando um negócio lucrativo com o pagamento das rendas e possibilitando a alienação do património das escolas, sendo que nestes últimos anos o Ministério da Educação já gastou milhões neste modo de administração.

A falta de financiamento afecta a aprendizagem, nomeadamente a que envolve componentes mais práticas, pois este é insuficiente para adquirir os materiais necessários para dotar as escolas de equipamentos necessários.

Fruto da falta de financiamento e apoio aos estudantes, as actuais condições materiais nas escolas, seja ao nível dos equipamentos e estruturas ou dos utensílios e matérias, são insuficientes e comprometem a aprendizagem dos estudantes. Alguns exemplos disso são: cursos de mecânica leccionados em escolas sem oficinas em condições; os elevados custos dos materiais necessários aos cursos das áreas artísticas, retirando condições para aplicar criativamente o que os estudantes aprendem; a falta de materiais de laboratório, de calculadoras gráficas ou de computadores e software nas áreas das ciências e tecnologia ou a falta de equipamentos e materiais desportivos nos cursos de desporto limitando o número de modalidades que aprendem.

Desde a criação dos mega-agrupamentos em 2010, o número de docentes por escola diminuiu e a sua colocação foi cada vez mais tardia, desvalorizou-se e precarizou-se o corpo de trabalhadores não docentes, mas também os técnicos e psicólogos.

Esta realidade foi articulada com o encerramento, na última década de centenas de escolas por todo o país.

Com os cortes no financiamento público agravou-se o problema da falta de meios humanos. Nas escolas públicas cerca de 30.000 professores foram despedidos mesmos sendo necessários, e a falta de mais de 6000 funcionários provocou o encerramento de serviços nas escolas e levou à sua privatização, mais recorrente nos bares e cantinas. Embora vários indicadores nacionais e internacionais defendam o rácio de 1 psicólogo para entre 500 a 1000 alunos, os governos obrigam cada psicólogo a acompanhar, em muitos casos, mais de 4.000 alunos, no nosso país.

2.1.1.2 Vias técnicas e profissionais dentro do Ensino Básico e Secundário

O anterior governo PSD/CDS seguiu a linha da Estratégia 2020 do PS com a meta de 50% dos estudantes a ingressarem na via profissionalizante, aprofundando assim a triagem para encaminhar os estudantes com dificuldades sócio-económicas para os cursos profissionais. Com uma oferta formativa diversificada virada para a rápida entrada no mercado de trabalho, nestes cursos os estudantes têm falta de materiais e técnicos especializados e passam metade do seu curso em empresas.

Os estudantes dos cursos profissionais têm mais dificuldade de acesso ao Ensino Superior porque os seus cursos não se baseiam num vasto conhecimento de diversas matérias mas numa aprendizagem mais direccionada para o mundo do trabalho. Estas vias profissionalizantes são as mais desvalorizadas reflectindo-se na vida dos estudantes na sua escola, pois são eles que ocupam as áreas mais degradadas, estando sujeitos a uma carga horária superior, a um regime de faltas exigente e injusto e a serem avaliados em matérias que não aprofundaram ou que os seus programas não abrangiam para ingressarem no Ensino Superior. Estes alunos são ainda obrigados a fazer a sua formação em empresas onde ocupam postos de trabalho permanentes, “oferecendo” desta forma mão-de-obra a custo zero.

Em 2001, cerca de 30 mil estudantes estudavam em cursos profissionais de secundário. No ano lectivo 2012/2013 cerca de 113 mil estudantes estavam inscritos em cursos profissionais. O crescimento tem sido constante e acentuou-se desde 2005, quando a oferta de cursos profissionais foi generalizada a todas

as escolas básicas e secundárias públicas. Hoje, 42,4% dos estudantes está nas vias profissionais.

A implementação do ensino dual constitui o aprofundamento da diferença entre os estudantes com menos capacidades económicas e os estudantes com mais capacidades económicas. Sendo que este sistema cria uma divisão entre estudantes ao mesmo tempo não oferece os mesmos direitos a ambos, o que vai contra a LBSE e a Constituição.

2.1.1.3 Vida democrática nas escolas

A educação deve ter um papel de formação para a participação democrática na sociedade e é nas escolas que os estudantes começam desde cedo a intervir democraticamente. No sentido contrário, esta intervenção e participação no espaço escolar é cada vez mais oprimida pelas políticas seguidas pelos sucessivos governos e o ambiente criado nas escolas é de limitação da sua expressão através do Regime Jurídico de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, do Estatuto do Aluno e Ética Escolar e nos Regulamentos Internos das escolas. Os horários sobrecarregados, a pressão dos Exames Nacionais, as dificuldades financeiras e a necessidade de cada vez mais estudantes terem de trabalhar, são outros dos entraves a uma maior participação.

Através do Regime Jurídico de Autonomia, Administração e Gestão desvalorizou-se a intervenção dos jovens, afastando-os dos órgãos de gestão, diminuindo a sua participação nos novos Conselhos Gerais e nos Conselhos Pedagógicos, além de afastar desta participação as Associações de Estudantes (AAEE), aceitando ao mesmo tempo a entrada de entidades externas e a ingerência das empresas privadas na discussão e na aprovação de medidas que apenas cabe à comunidade escolar discutir e votar. A criação da figura do director que assume um controlo total na gestão financeira, administrativa e pedagógica do agrupamento escolar veio agravar as ingerências na AAEE e a repressão sobre os estudantes, significando ainda a destruição da gestão colectiva e democrática que existia anteriormente.

São muitos os casos concretos em que os directores de escolas procuraram limitar e condicionar a vida democrática dos estudantes, seja através de ingerências ilegais nos processos eleitorais, de criação e legalização ou na própria actividade das AAEE; seja no impedimento

ou condicionamento de Reuniões e Assembleias Gerais de Alunos; seja na repressão sobre a luta e protesto organizados pelos estudantes; seja na participação dos estudantes nos órgãos de gestão das escolas. Além disso, várias medidas de muitos regulamentos internos são antidemocráticas e muitas vezes não respeitam a própria CRP e são impostas de forma antidemocrática e pouco participada.

Através do Estatuto do Aluno, que é na prática um “código penal”, definem-se sanções e coimas a aplicar aos estudantes afirmando o autoritarismo e a repressão na escola. É através deste que os directores se arrogam no direito de reprimir direitos e liberdades democráticas dos estudantes, ameaçando e intimidando para que estes recuem nos processos de discussão e luta iniciados ou em curso. Este aprofunda também a divisão entre os estudantes e vem aplicar medidas punitivas que não procuram a sua integração e formação, violando o princípio da escola inclusiva.

Apesar de este ataque acontecer pela mão de vários protagonistas nas escolas, este não é meramente fruto de opções individuais, mas sim de políticas e opções governativas de fundo dos governos da política de direita, que cultivam em toda a comunidade escolar um clima de medo, repressão e chantagem para instalar o conformismo e a inacção. Estes atropelos são ataques diários à democracia, autonomia e liberdade de organização dos estudantes, procurando retirar o carácter reivindicativo do movimento estudantil.

2.1.1.4 Sistema de avaliação, Exames Nacionais e acesso ao Ensino Superior

O sistema de avaliação actual, baseado na desvalorização da avaliação contínua e na absolutização dos Exames Nacionais, é injusto. Os Exames Nacionais assumem uma função de selecção que não tem em conta as aprendizagens e as condições de cada estudante, aprofundando as desigualdades entre os estudantes e não cumprindo o princípio da formação integral do indivíduo. Sob pretexto de avaliar os conhecimentos adquiridos pelos estudantes ao longo do seu percurso escolar, foram criados os exames do 4.º e do 6.º ano e a Prova Nacional do 9.º ano. Mas a verdade é que, por um lado, com as provas nacionais no Ensino Básico, filtra-se aqueles que vão para o ensino vocacional ou profissional e os que vão para o ensino regular e, por outro lado, com os Exames Nacionais faz-se a filtragem daqueles que terão acesso ao Ensino Superior, através de um

exame que poderá ter um peso de 30% ou 50% da nota final. Problema agravado com a abrangência da matéria dos 3 anos, a obrigatoriedade de realização dos exames na 1ª fase, com o pagamento da inscrição na 2ª fase e com a necessidade de frequentar aulas e adquirir materiais e manuais extras.

Os estudantes do Ensino Profissional também vêm dificultado o acesso ao Ensino Superior, pois estão obrigados a fazer um exame de ingresso com matéria que não abordaram aprofundadamente nos seus cursos específicos, tendo de recorrer, quando têm possibilidades, a explicações e materiais extra para conseguir realizar os exames, o que tendo em conta os custos faz com que acabem por muitas vezes não conseguir concorrer ao Ensino Superior.

Também no Ensino Artístico, com a imposição do exame de Português e Filosofia e com uma nota obrigatória mínima de 9,5 valores, se desvaloriza o seu plano curricular específico. Mas os estudantes opuseram-se a esta medida e fizeram com que o anterior governo recuasse e que passasse a ser obrigatório o exame nacional de Português ou um outro exame à escolha.

Ainda assim, os exames continuam a desvalorizar a avaliação contínua e todos os anos afastam milhares de estudantes do Ensino Superior, para além de não permitirem o desenvolvimento do raciocínio crítico e criativo, o empenho, a assiduidade e a pontualidade dos estudantes, tendo em conta apenas a nota obtida em momentos de avaliação pontuais, que não traduzem as reais capacidades e conhecimentos do aluno.

Os níveis de abandono, insucesso e desmotivação persistem, fruto do agravamento de vários problemas, como são o aumento do número de alunos por turma fruto da redução do número de professores; a reorganização curricular; a falta de psicólogos nas escolas; a degradação das condições materiais das escolas; o agravamento das condições económicas das famílias e as dificuldades em fazer face aos custos do Ensino, os manuais e materiais escolares; factores que levam a que muitos estudantes sejam obrigados a conciliar o trabalho com a escola.

Desde 2008 que o número de candidatos ao Ensino Superior tem vindo a diminuir, tendo no ano lectivo 2012/2013 registado um valor mínimo histórico dos últimos anos. Para tal contribui em particular os elevados custos de acesso (propinas) e frequência (alimentação, transportes, despesas de alojamento, materiais escolares) e a profunda limitação da Acção Social Escolar e a redução do número de bolsas atribuídas.

A estas barreiras acresce o sistema *numerus clausus*, que restringe o número de vagas por curso e instituição que, por exemplo, no caso do curso de Medicina, deixa de fora milhares de estudantes, quando o país precisa de médicos.

A desvalorização da avaliação contínua, onde os Exames Nacionais têm um papel central, contribui para a elitização do acesso ao Ensino e para a promoção do individualismo e competição entre estudantes. Assim, a JCP defende o fim dos Exames Nacionais, a valorização da avaliação contínua, de forma constante e diária, com turmas mais pequenas e acompanhamento pedagógico mais próximo, promovendo o espírito crítico.

2.1.2 Ensino Profissional

Existem hoje centenas de Escolas Profissionais Públicas e Privadas onde milhares de estudantes se deparam com inúmeros problemas. A dignidade do Ensino Profissional continua a ser posta em causa, sobretudo porque a pretexto da necessidade de uma aprendizagem mais técnica e prática, as escolas profissionais desvalorizam a formação integral dos indivíduos e o estímulo do espírito crítico, retirando componentes lectivas teóricas importantes que em nada são incompatíveis com a aprendizagem de determinadas profissões. Esta situação agravou-se nos últimos anos, com a contínua desresponsabilização dos governos na promoção e implementação de escolas profissionais públicas, e a proliferação da existência de escolas profissionais privadas, que tendo como principal objectivo o lucro, orientam a formação para o mundo do trabalho e para a criação de mão-de-obra submetida a mais exploração, obrigando ainda os estudantes a ter que suportar custos elevados para estudar.

Para além da existência de propinas, muitos estudantes sofrem ainda com os atrasos nos subsídios (de alimentação, transporte e outros) e a redução dos mesmos. Muitas das escolas hoje não tem condições para os cursos que oferecem, obrigando os estudantes a comprar os materiais necessários e recorrendo muitas vezes a instalações e equipamentos fora das escolas.

Verifica-se também a elitização da frequência de determinados cursos como sejam a Fotografia, o Design, Multimédia, entre outros, os quais são oferecidos em escolas privadas que exigem o pagamento de mensalidades não acessíveis a muitos estudantes.

O regime de faltas injusto e o sistema de aprendizagem por módulos têm como consequência a necessidade

de reposição dos mesmos fora do horário escolar, já de si sobrecarregado, ou ocupando o período de férias a estes estudantes.

Comum a praticamente todos os cursos, a existência de estágios traz também várias dificuldades aos estudantes, que são obrigados a suportar despesas adicionais de alimentação e transporte, mas também são alvo de exploração por parte das empresas que os acolhem pois são usados como mão-de-obra gratuita ocupando um posto de trabalho mas não usufruindo dos direitos que isso acarreta e muitas vezes sem que a formação em contexto de trabalho nas empresas se relacione com o que aprenderam na escola.

Em alguns casos, sem a presença do estudante estagiário, seria impossível que algumas empresas, incluindo alguns serviços públicos, funcionassem. No entender da JCP, o estágio curricular não pode servir para suprir necessidades de mão-de-obra, já que a finalidade do estágio deve ser exclusivamente a aprendizagem. Da mesma forma, os estudantes devem ver garantidos todos os apoios necessários para que não sejam prejudicados pela sua condição de estagiários (subsídios na compra de material, alimentação, deslocação e, se necessário, alteração de residência).

A falta de democracia nas escolas profissionais é outro grande problema, sendo poucas as que têm AE. Os estudantes que tentam formar uma Associação de Estudantes são muitas vezes intimidados pelos directores com sanções e ameaças, verificando-se entraves também ao direito de realizar Reuniões Gerais de Alunos.

Além disto, estes estudantes enfrentam uma baixa probabilidade de ingressar no Ensino Superior, pois são obrigados a realizar Exames Nacionais, com conteúdos que nunca aprenderam ou disciplinas em que não tiveram a mesma carga horária de um estudante dos cursos científico-humanísticos do Ensino Secundário, criando assim uma desigualdade no acesso.

A JCP defende a dignificação do Ensino Profissional Público garantia da democratização do seu acesso de forma gratuita e para todos, a sua qualidade e o seu carácter democrático. Este deve constituir uma alavanca para o desenvolvimento individual dos estudantes e colectivo de todo o país.

2.1.3 Ensino Superior

O Ensino Superior tem vindo, ao longo dos últimos anos a sofrer uma desvirtuação daquilo que deveria ser e do que está inscrito na Constituição da República Portuguesa, onde se lê que o Ensino Superior deve estar ao alcance de todos (por isso é que a Constituição de Abril falava em Ensino Gratuito). Foram tomadas opções políticas que têm em vista fazer corresponder as elites económicas às elites do conhecimento, o que por si só constitui um ataque à democracia.

Desde 1992, com a implementação da propina, tem-se assistido a um Ensino Superior com cada vez mais custos, que são suportados pelos estudantes, seja os custos directos (materiais, livros, etc), seja indirectos (transportes, refeições e outros).

A Acção Social é cada vez mais insuficiente e, no que toca a condições materiais e humanas, como nos refeitórios e nas residências, existe uma grande degradação e falta de trabalhadores que põe em causa o funcionamento destes e a as condições de vida dos estudantes. A Acção Social directa - as bolsas de estudo - continua, desde o último Congresso, a ser um grave problema na vida dos estudantes: um processo moroso e burocrático e um número e valor de bolsas atribuídas muito aquém das necessidades.

No plano concreto de cada faculdade assiste-se a uma necessidade urgente de obras, à falta de materiais ou ao excessivo número de alunos por cadeira, chegando mesmo a haver faculdades em que as salas são demasiado pequenas para o número de alunos inscritos nas cadeiras.

Como se não bastasse, o chamado regime fundacional agrava e agravará ainda mais as condições do Ensino Superior, acentuando a desresponsabilização do Estado, acentuando uma perspectiva mercantilista dos interesses privados a que este regime abre a porta, sobrecarregando uma vez mais os estudantes que, mais cedo que tarde, terão que assegurar grande parte dos 50% de financiamento que o regime fundacional prevê, ao mesmo tempo que assistirão à redução drástica na qualidade e oportunidades do Ensino Superior.

2.1.3.1 Propinas e financiamento

Os inúmeros problemas que se sentem no Ensino Superior são fruto de uma profunda e prolongada falta de financiamento. A lei de financiamento actualmente em vigor remonta a 2003 (com alterações subsequentes)

e traduz a transferência dos custos do Estado para os estudantes e as suas famílias, diminuindo a Acção Social Escolar, ou seja, desresponsabilizando o Estado por esta sua função, uma vez que o financiamento para funcionamento das instituições e para a ASE é feita em simultâneo.

As propinas, actualmente com o valor mínimo e máximo de 999 e 1063,47 euros respectivamente, são uma das principais fontes de financiamento das instituições, o que constitui uma dupla taxação, uma vez que supostamente o pagamento de impostos serviria para garantir funções sociais de qualidade. As propinas são a principal barreira no acesso ao Ensino Superior e fazem a triagem sobre a frequência deste grau de ensino, e entre cada ciclo de estudos. Entre propinas, taxas, emolumentos e outras fontes, as “receitas próprias” representam em vários casos metade do financiamento das IES.

Esta falta de financiamento, leva a que haja não só problemas a nível das infra-estruturas, com faculdades a precisarem de obras e ao mau funcionamento de serviços administrativos e sociais devido à falta de funcionários e equipamentos, como também a uma Acção Social incapaz de cumprir o seu papel, nomeadamente no que às bolsas de estudo diz respeito, sem correspondência com as necessidades de frequência no ES.

No plano pedagógico e de investigação, devido à falta de financiamento, regista-se uma perda de qualidade em consequência de existirem poucos professores e fracas condições.

2.1.3.2 Processo de Bolonha

A Declaração de Bolonha (19 de Junho de 1999) desencadeou o denominado Processo de Bolonha, instaurado em Portugal em 2006. Apesar de ser hoje a única forma de organização e estruturação do Ensino Superior conhecida pela esmagadora maioria dos estudantes, a sua implementação significou a degradação da formação, a elitização dos diversos graus e enfrentou uma forte oposição.

O Processo de Bolonha criou o Espaço Europeu de Ensino Superior com a grande bandeira da competitividade, homogeneização da qualidade da Educação e o aumento da mobilidade dos estudantes tanto entre instituições de países diferentes em programas como o Erasmus, como dentro do próprio país.

Na verdade, o que deste novo sistema decorreu foi a compressão dos conteúdos (cursos de 5 anos passaram a 4, os de 4 passaram a 3) e consequente perda de qualidade. Foi feita uma divisão do percurso académico em ciclos (1.º sendo a licenciatura, 2.º o mestrado e 3.º o doutoramento) cada um com um valor de propina mais elevado do que o anterior e a conversão de conhecimentos em “ECTS”, ou seja, “créditos”.

Aliado ao subfinanciamento do Ensino Superior, o Processo de Bolonha aprofundou os problemas pedagógicos já existentes. A avaliação contínua foi quase extinta em muitas instituições ou totalmente distorcida nas restantes, resultando num excesso de carga horária. Reduzem-se épocas de exames ou extinguem-se (em muitas IES foi já eliminada a época de Trabalhadores-Estudantes), acabam-se com épocas de recurso ou reduzem-se os números de Unidades Curriculares; entre outros problemas, que resultam na degradação da qualidade do ensino.

A concentração da investigação e da qualidade nas grandes potências, de que a adaptação de conteúdos e o número de vagas é prova, cria também dependência tecnológica e científica aos países “de segunda”. Verifica-se ainda que apenas uma minoria dos estudantes tem condições económicas para participar em programas de mobilidade já que as bolsas são insuficientes e que o sistema de equivalências não funciona eficientemente.

O Processo de Bolonha é, assim, um instrumento das estruturas do capital na Europa para regular e sujeitar o Ensino Superior aos seus interesses, visando a sua elitização, privatização e mercantilização, opondo-se ao Ensino Público, Gratuito, de Qualidade e Democrático para todos, constitucionalmente consagrado. Apesar de ser hoje uma realidade, não é irrevogável e é essencial a dinamização da luta pela saída do sistema do Ensino Superior português do Processo de Bolonha, pugnando pela sua reconfiguração autónoma dentro do espaço internacional, não deixando de ter em conta a nossa realidade concreta, específica e a defesa da nossa soberania também no campo da Educação.

2.1.3.3 RJIES, fundações, fusões

O actual RJIES, aprovado em 2007, é um dos maiores ataques ao Ensino superior Público e um grande passo para a sua privatização.

O RJIES viabiliza uma série de medidas que fazem com que as Instituições de Ensino Superior assumam

um cunho anti-democrático, em vários aspectos importantes: na concentração de poderes no reitor; na extinção do Senado e criação do Conselho Geral com uma reduzida participação dos estudantes ao contrário do que se verifica com a presença dos grupos económicos; na possibilidade destes grupos influenciarem de forma directa as decisões, nomeadamente os programas curriculares ao serviço das suas necessidades e não das do país e limitando a participação democrática dos jovens na vida das suas faculdades e institutos; proibindo os estudantes de se organizarem e manifestarem; retirando os estudantes ou reduzindo a sua actividade nos órgãos de decisão das faculdades; procurando substituir as AAEE pela figura de um Provedor do Estudante nomeado pelo reitor.

É o RJIES que abre a possibilidade de passagem das Universidades a Fundações Públicas de Direito Privado, que funcionam com 50% de financiamento próprio. Assim, no quadro do subfinanciamento crónico e galopante do Ensino Superior, as IES são empurradas para esta falsa solução, num claro avanço no sentido da privatização.

Esta gestão das IES numa lógica empresarial leva a um agravamento nas condições já debilitadas de muitas faculdades, bem como uma precarização dos vínculos dos professores e funcionários e passando os estudantes, a investigação e o Património das Universidades a serem vistos como uma fonte de rendimento. Por outro lado, a gestão passa a estar nas mãos de um Conselho de Curadores que é nomeado pelo Governo sobre proposta do Conselho Geral, fugindo à tutela educativa pública.

Actualmente, já várias Universidades passaram a fundação nomeadamente as Universidades do Porto, de Aveiro, do Minho e o ISCTE, estando em conversão a Universidade Nova de Lisboa e estando em debate a possibilidade da Universidade de Coimbra também assumir esse estatuto. Há que salientar que este processo serviria supostamente para aumentar o financiamento das Instituições de Ensino Superior, o que, ao acontecer, deveria contribuir para baixar os custos para os estudantes, o que não se verifica pois, por exemplo, no caso do ISCTE as propinas dos mestrados são das mais altas do país.

Objectivos idênticos e sob os mesmos pretextos de racionalização e modernização levam à fusão das Universidades, como é o caso da fusão da Universidade Técnica de Lisboa com a Universidade de Lisboa, que mais não é do que uma maneira de o Estado

diminuir o financiamento total para o Ensino Superior, não tendo em conta a realidade das faculdades nem que a prioridade seria a melhoria das condições das instituições originais.

2.1.3.4 Acção Social Escolar

Face às degradantes condições do Ensino Superior e os ataques aos jovens e às suas famílias, a Acção Social Escolar ganha extrema importância uma vez que tem como principal função garantir a igualdade no acesso, frequência e sucesso escolar. Ao garantir apoios directos (bolsas de estudo) e apoios indirectos (passe escolar, alojamento, serviço de alimentação, cultura e desporto), a ASE pretende colmatar os problemas estruturais da política de direita, ainda que com graves deficiências.

A falta de financiamento da ASE coloca sistemáticos entraves à atribuição de bolsas, agravada pela enorme burocracia e ao carácter invasivo do processo, e pelo cálculo utilizado que não avalia as reais condições das famílias. Ao mesmo tempo que isto acontece, o anterior governo alegava ter havido um aumento do número de bolsas atribuídas, mas não revelando que o financiamento para estas não foi aumentado, o que levou a uma diminuição do valor médio das bolsas atribuídas, claramente abaixo dos gastos reais que os estudantes têm no Ensino Superior e obrigando-os a passar dificuldades.

Tendo em conta que a bolsa mínima apenas cobre o valor da propina máxima, podemos constatar que os estudantes passam sérias dificuldades uma vez que há uma grande percentagem de deslocados da sua área de residência e precisam de uma bolsa mais elevada para poderem alugar um quarto em condições e até alimentarem-se.

Este problema agrava-se com uma péssima rede de residências a nível nacional que não satisfaz as necessidades dos estudantes, obrigando-os a procurar casas ou quartos com elevadas rendas. As residências encontram-se, na sua maioria, extremamente degradadas, com falta de electrodomésticos e outros equipamentos, sendo também os estudantes impedidos de utilizar o gás para cozinhar ou ligar aquecimento de modo a não aumentar custos.

Já relativamente ao prato social, salienta-se o seu aumento progressivo dado a sua indexação ao salário mínimo nacional, estando actualmente nos 2,65€. Também foram encerradas cantinas e criados pratos de primeira e de segunda nas cantinas, tendo em vista

que os mais caros sirvam para financiar os serviços de Acção Social.

Todas estas condicionantes que desvirtuam o conceito de ASE acabam por ter um impacto significativo, obrigando muitos estudantes a abandonar o Ensino Superior, a procurarem um trabalho que financie um direito que deveriam ter, a recorrerem a empréstimos cujo valor mínimo na CGD é de 5000€, hipotecando as suas vidas futuras com o pagamento do montante em dívida e também dos juros, ou ainda a sujeitarem-se a trabalhar para os serviços da sua faculdade, ocupando postos de trabalho para os quais as instituições – aproveitando-se da mão-de-obra praticamente gratuita – não contratam trabalhadores.

Destaca-se a proliferação de concepções caritativas e assistencialistas, que se manifestam através de “bolsas de emergência” e semelhantes ou de campanhas que, explorando legítimos sentimentos de solidariedade, colocam os próprios estudantes a fazer recolhas alimentares e financeiras para os seus colegas.

Outra falsa solução apresentada para o abandono escolar foi o programa Mais Superior (que hoje integra também o extinto Retomar), programa que desvirtua o papel que o Estado deve ter na garantia do acesso universal a todos os graus de Ensino.

2.1.3.5 Ensino Superior Universitário e Ensino Superior Politécnico

Têm vindo a aprofundar-se as disparidades entre o Ensino Superior Politécnico e o Ensino Superior Universitário, sobretudo por via da crescente diferenciação de financiamento, recursos e objectivos ditados pelos sucessivos governos.

Esta polarização perpetua um modelo binário no Ensino Superior Público, fomentando uma maior desigualdade entre os estudantes do Ensino Superior em geral. Verifica-se para além de maiores custos de acesso, uma grande carência de componentes práticas e uma insuficiente aposta no ensino experimental e de projecto no Ensino Universitário como prova o facto de, em muitos cursos, as disciplinas teóricas valerem mais créditos do que as práticas.

Apesar do valioso contributo do Ensino Superior Politécnico para o alargamento do acesso ao Ensino Superior Público, dando uma contribuição para o desenvolvimento de algumas regiões e, por isso, para a diminuição de assimetrias regionais, este tem

sofrido uma completa desvalorização do seu carácter enquadrado na formação superior.

O alcance destes objectivos de reconfiguração deste subsistema de Ensino procura imprimir uma realidade maioritariamente profissionalizante que prepare os jovens para trabalhos e empresas em concreto, satisfazendo as necessidades do capital e não do país como deveria ser o papel de um Ensino Superior Público e transferindo a responsabilidade da formação profissional das empresas para o ensino e os estudantes, agravando ainda mais os custos de frequência para os estudantes do Ensino Superior.

Neste objectivo insere-se a criação de Cursos Técnicos Superiores Profissionais nas Escolas Politécnicas, com uma duração de apenas 2 anos que levou à desvalorização dos currículos e da formação, numa perspectiva dita “lowcost” para canalizar quem não tem condições de suportar os custos de uma licenciatura. Quase só compostos por estágios, são um passo gravoso no avanço da Reconfiguração do Ensino Superior, que não é uma reorganização com vista ao seu melhoramento, como diz o governo, mas sim a submissão completa da Educação aos interesses dos grandes grupos económicos.

A defesa de um sistema único de Ensino Superior Público, que potencie o património de ambos os subsistemas, é uma necessidade para responder ao desenvolvimento do país e trabalhar para que o Ensino Superior seja um instrumento para a juventude contribuir para o mesmo.

2.1.3.6 Ensino Superior Privado

O Ensino Superior Privado tem vindo a constituir-se como alternativa aos custos cada vez mais acrescidos do Ensino Superior Público, seja das propinas ou de outros custos de frequência, e da insuficiente ASE.

São muitos os estudantes que são empurrados para as instituições privadas pois, por proximidade geográfica, se torna mais “barata” tal solução.

O difícil acesso ao Ensino Superior Público é, por si só, um dos maiores motivos para o crescimento destas instituições privadas. *O numerus clausus*, os Exames Nacionais e a inexistência de vários cursos no plano da oferta pública, ou da vertente de ensino pós-laboral, apontam o Ensino Privado como a única opção a que recorrem milhares de estudantes.

A restrição no acesso à ASE para os estudantes do Ensino Privado são desastrosas, visto que este se

encontra a suprir as insuficiências do serviço público. Nestas instituições está inerente a lógica do lucro e os estudantes são tidos pela instituição como clientes. Os estudantes enfrentam, também, particulares dificuldades na participação na vida democrática da escola pois, em muitos casos, é inexistente a sua representatividade nos órgãos de gestão.

2.1.4 Estágios curriculares

Desde o 10.º congresso tem-se assistido a um crescimento do número de estágios curriculares em Portugal. Este crescimento tem-se generalizado essencialmente no Ensino Secundário, na sua via profissionalizante, e pelo aumento do número de estudantes do Ensino Profissional. Embora com o mesmo nome, são quase incomparáveis as situações de estágios curriculares no Ensino Secundário e Profissional e os estágios no Ensino Superior.

Em qualquer processo de aprendizagem a componente prática constitui um importante elemento para a formação, desenvolvendo do ponto de vista prático as competências teóricas adquiridas. No quadro da crescente submissão do sistema educativo aos interesses das empresas e do capital, os estágios surgem muitas vezes para a formação de mão-de-obra facilmente explorável, para a transmissão da responsabilidade de formação das empresas para as escolas e até como forma de trabalho gratuito.

Os estágios curriculares são, na maioria das vezes, utilizados pelas entidades que acolhem os estudantes para suprir necessidades das respectivas empresas/ locais de trabalho, exigindo a estes estudantes o cumprimento de horários excessivos face àquilo que seria a sua necessidade de aprendizagem e até o contrato de estágio, o que funciona como elemento que permite aos patrões aumentar o lucro, já que produz sem necessidade de contratar trabalhadores para o posto de trabalho. Estes estudantes muitas vezes não têm qualquer apoio no que toca a deslocação, alimentação e material quando necessário para realizar os estágios.

Em alguns casos, sem a presença do estudante estagiário seria impossível que aquela empresa/ local de trabalho, incluindo alguns serviços públicos, funcionassem. No entender da JCP, o estágio curricular não pode servir para suprir necessidades de mão-de-obra, já que a finalidade do estágio deve ser exclusivamente a aprendizagem (ainda que eminentemente prática). Da mesma forma, os

estudantes devem ver garantidos todos os apoios necessários para que não sejam prejudicados pela sua condição de estagiários (subsídios na compra de material, alimentação, deslocação e, se necessário, alteração de residência).

A comprovação da utilidade curricular, supervisão e avaliação dos ganhos para os estudantes e a sua formação, ainda que ligados à necessidade do país e muitas vezes da produção, são o ponto de partida para a discussão desta componente formativa. Travar as intenções de PS, PSD e CDS e dos patrões de exploração e condicionamento da vida e participação dos estudantes, alguns deles precocemente tratados como trabalhadores, sem direitos e sem contrato, é importante na luta pelo direito a estudar e pelo trabalho com direitos. É por isso necessário combater a aceitação e resignação face ao estágio que não cumpre o seu papel formativo e é apenas ora um requisito burocrático ora uma experiência para submeter estudantes a trabalho gratuito sem capacidade de se organizarem e transformarem a sua situação.

2.2 Emprego

Os jovens trabalhadores têm sido dos mais afectados pelas políticas de direita dos últimos governos, que de PEC em PEC até ao Pacto de Agressão, assinado por PS, PSD e CDS, a pretexto de uma resposta à crise estrutural do capitalismo sustentada nos números da dívida pública e do défice, precarizaram as relações de trabalho para níveis históricos, roubaram rendimentos e retiraram direitos aos trabalhadores.

Hoje, 7 em cada 10 novos contratos têm um carácter precário, ao qual está sempre associada uma perda remuneratória na ordem dos 33% face a um trabalhador a desempenhar a mesma função com um contrato efectivo. Paralelamente, assiste-se a uma narrativa que pretende alterar o conceito de “emprego”, que pretende inculcar que “já não há empregos para a vida”, que o desemprego, a precariedade e os baixos salários “são normais e inevitáveis”. Está na base desta narrativa, a teorização da “4ª Revolução industrial” e dos “choques tecnológicos”, sustentada numa visão de desenvolvimento da tecnologia ao serviço do capital e não ao serviço dos trabalhadores.

Aprofunda-se a ofensiva sobre os trabalhadores, fazem-se grandes campanhas promovendo o empreendedorismo como o programa “Empreende Já”, promovido pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), procurando transferir para cada

um a responsabilidade pela sua situação individual, fugindo assim o Estado ao seu papel na criação de emprego.

Como resposta à situação calamitosa em que se encontrava a juventude trabalhadora, com o desemprego jovem a atingir valores históricos (cerca de 45%), o governo PSD/CDS apresentou em 2013 o programa Garantia Jovem, aproveitando financiamentos europeus. Contudo, as pretensões do programa chocam com a realidade, uma vez que estas medidas não só não resolvem o problema, como, em muitas situações, agravam-no, pois promovem a precariedade e, conseqüentemente, o desemprego, de que são exemplo as medidas de apoio à contratação a termo e dos estágios, medidas que configuram ainda uma forte subsídio por parte do Estado às empresas para pagamento de custos salariais.

É necessário ainda assinalar a reposição e avanços face ao quadro político anterior que a nova fase da vida política nacional significou, no sentido de dar resposta a alguns dos problemas mais urgentes dos trabalhadores. Embora limitada e não correspondendo às necessidades e às justas reivindicações dos trabalhadores, são vitórias da sua luta e da acção do PCP e da JCP a reposição das 35h para a função pública reivindicação que se estende ao sector privado; a reposição dos 4 feriados eliminados; a eliminação dos cortes nos salários da Administração Pública; a progressiva eliminação da sobretaxa no IRS; a valorização de prestações sociais; o aumento do salário mínimo nacional, embora aquém dos 600 euros propostos pelo PCP; o alargamento do abono de família; as medidas de apoio aos desempregados de longa duração, entre outras. A recuperação e reposição de direitos e rendimentos estando limitada por opções e constrangimentos, demonstra com mais força a indispensabilidade da luta de massas para a construção de uma alternativa que esteja inteiramente ao serviço dos trabalhadores.

2.2.1 Desemprego e precariedade

O elevado desemprego está directamente associado à destruição do aparelho produtivo nacional e das funções sociais do Estado e à promoção de políticas que desregulam as relações, introduzem mais flexibilidade e menos protecção e que servem apenas os interesses dos grandes grupos económicos nacionais e transnacionais. Ao mesmo tempo, a precariedade generaliza-se, afectando já todas as faixas etárias, mas em especial a juventude.

Entre Outubro de 2013 e 2015, 84% dos contratos celebrados tinham um carácter precário. Hoje, os vínculos precários atingem 1,2 milhões de trabalhadores e grande parte da contratação é feita individualmente e com grande expressão nos meios digitais, com o recurso a empresas de trabalho temporário e à prestação de serviços, que visa um maior isolamento dos trabalhadores e o seu distanciamento face aos seus verdadeiros patrões. Estas empresas são instrumentos para aumentar a exploração, pertencendo directa ou indirectamente aos mesmos donos dos meios de produção monopolistas.

Esta é uma prática de desresponsabilização das empresas com os trabalhadores, tratando-os como meras mercadorias que, a qualquer momento, podem ser descartadas, garantindo o aumento da exploração e a redução de custos com o trabalho. A rotatividade de trabalhadores entre empresas de trabalho temporário é já uma prática recorrente, de forma a tentar contornar a lei que garante a efectividade dos contratos de trabalho.

Os falsos recibos verdes atingem 600 mil trabalhadores e os contratos a tempo parcial são 252 mil. Dos jovens trabalhadores, 61,2% têm vínculo precário. A proliferação do trabalho ilegal, dos falsos recibos verdes, dos contratos de trabalho mensais, semanais e mesmo diários, afectam em particular a juventude e visam isolar os trabalhadores, subjugar-los e condicionar a sua acção organizada para enfrentar o patronato e para o exercício efectivo dos seus direitos.

Desemprego e precariedade assumem uma realidade dialéctica: o grande capital e os governos e instituições que os servem, necessitam de exércitos de reserva suficientemente grandes para poderem baixar as condições de trabalho e aumentar a exploração sobre os trabalhadores; como uma suposta resposta ao elevado desemprego, são tomadas medidas que fragilizam as relações laborais, transferem-se recursos públicos para as empresas, desresponsabiliza-se o patronato e aumenta-se a precariedade, que se assume cada vez mais como a antecâmara do desemprego, iniciando assim um ciclo vicioso que só a luta dos trabalhadores poderá parar.

2.2.2 Salário e horário

A política dos baixos salários que atinge a generalidade dos trabalhadores tem particular incidência na juventude sendo especialmente implementada pelas grandes empresas. O Salário Mínimo Nacional (SMN)

abrange hoje 631 mil trabalhadores que sobreviveram em 2016 com 470 euros líquidos, 530 ilíquidos por mês, actualizados em consequência da luta dos trabalhadores, para 557€, ainda aquém da reivindicação dos 600€. Como contrapartida para este aumento, pelo segundo ano consecutivo, o actual governo decidiu oferecer às empresas que pratiquem o salário mínimo uma redução 1,25 pontos percentuais da TSU paga pelas mesmas à segurança social, promovendo deste modo a aplicação do SMN e os baixos salários, fazendo uma borla fiscal aos patrões e contribuindo para a descapitalização da segurança social, demonstrando que este governo não rompe com os interesses do grande capital.

Considerando a inflação e o aumento da produtividade, e partindo do momento da sua criação, em 1974, hoje o Salário Mínimo Nacional devia rondar os 900 euros por mês.

Outros abusos e ataques são promovidos e protegidos pelos anteriores governos e pelas autoridades, garantindo impunidade aos patrões. A desregulação dos horários, o banco de horas, o trabalho para além do horário, o não pagamento de valores devidos, a perseguição a delegados, dirigentes, activistas e até aos próprios trabalhadores sindicalizados, entre outros abusos, são realidades conhecidas em muitas empresas e locais de trabalho. Estas situações, entre outras, traduzem-se numa grande dificuldade que os trabalhadores, e em particular os jovens trabalhadores, enfrentam para articular o seu trabalho com a sua vida pessoal e familiar.

2.2.3 Legislação laboral e contratação colectiva

As sucessivas alterações à legislação laboral, o fim da majoração dos dias de férias, com a redução efectiva para 22 dias de férias, assim como a redução da retribuição pelo trabalho extraordinário, concretizam a linha política de roubo nos salários, de ataque aos direitos e sobretudo à contratação colectiva.

Os sucessivos governos, que foram os principais agentes contra a efectivação e valorização da contratação colectiva, dando total cobertura ao patronato para boicotar a negociação colectiva, na tentativa de eliminar direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, quer no que respeita a progressões nas carreiras e salários, quer no que se refere à regulação dos horários de trabalho e outros direitos, e dificultar a acção dos sindicatos, pretendem por via da lei impor aquilo que não

conseguiram nas mesas negociais, devido à resistência e luta dos trabalhadores. O número de trabalhadores abrangidos por contratos colectivos de trabalho é neste momento muito inferior a anos anteriores.

Face a esta situação, o actual governo, procurando empurrar o problema com a barriga, promoveu um “acordo” em que há o compromisso de que não será accionado o mecanismo da caducidade dos contratos colectivos em nenhum caso. No entanto, esta é uma fuga para a frente que não dá resposta a um problema muito concreto, exigindo-se uma outra atitude.

Neste quadro, ganha redobrada importância a luta em defesa da contratação colectiva e da revogação da norma da caducidade, pela revogação das normas gravosas do Código do Trabalho e a reposição do princípio do tratamento mais favorável do trabalhador.

2.3 Ciência

O estado da Ciência e da investigação científica em Portugal tem vindo a deteriorar-se ao longo dos anos, graças ao desinvestimento por parte do Estado no Sistema Nacional de Tecnologia e Ciência, enfraquecendo a sua componente pública, sendo esta uma área de enormes potencialidades para o desenvolvimento do país, o que não é compensado pelo investimento de instituições privadas ou de fundos internacionais.

A Ciência e o seu desenvolvimento acaba por ser moldado e direccionado para fins comerciais ou de acordo com as necessidades do investidor, perdendo-se a capacidade de criar conhecimento científico por si só, que constitui também uma ferramenta de avanço e soberania de um país.

O subfinanciamento perpetuado ao longo dos anos para a Ciência não diz respeito apenas ao financiamento dos projectos mas também às más condições em que se encontram os locais para desenvolvimento da investigação, agravando os problemas de Universidades, Politécnicos e Laboratórios.

A não-contratação de quadros superiores, investigadores e técnicos para o trabalho no sector público de I&D conduz à precariedade do trabalho neste sector, levando a um aumento do número de bolseiros de investigação científica, estagiários (muitas vezes não remunerados) e voluntários. O trabalho por estes desenvolvido equivale ao trabalho de profissionais de carácter permanente, sem terem, no entanto, estatuto de trabalhadores. Assim se garante mão-de-obra sem

direitos de que o Estado dispõe. Importa destacar que neste quadro são os jovens investigadores e aqueles que estão ainda a completar a sua formação (licenciatura, mestrado, doutoramento) que encontram mais obstáculos no acesso à investigação, tendo apenas como caminho possível as bolsas (BIIC's, BI), e sendo rara a integração em equipas e centros de investigação. É também neste âmbito que se vai estratificando e dividindo os vários trabalhadores da ciência, colocando os investigadores de ‘carreira’ num patamar mais elevado e sendo os outros impedidos de aceder a essa mesma carreira.

A insuficiência do valor das bolsas atribuídas para os projectos e os critérios em constante alteração para a sua atribuição pela Fundação para a Ciência e Tecnologia põe em causa a estabilidade e sustentabilidade do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, para que este possa cumprir o seu papel de alavanca de desenvolvimento do país, bem público colocando o desenvolvimento científico ao serviço dos interesses nacionais e do povo português.

2.4 Movimento associativo juvenil

Os cortes levados a cabo pelos demais governos, aliados à Lei do Associativismo Jovem, têm dificultado a sobrevivência de diversas associações jovens, que se vêem sem meios para desenvolver a sua actividade, em especial os grupos de jovens ou associações que optem por não ter uma natureza formal.

Num momento em que a situação económica e social prejudica a disponibilidade para a participação e em que ao mesmo tempo se limita a capacidade das associações e grupos de jovens manterem a sua actividade, os processos burocráticos que englobam a formalização e legalização de uma associação são extremamente morosos, dispendiosos e complexos, o que constitui outro entrave à criação destes grupos.

O apoio público atribuído ao Movimento Associativo Juvenil é cada vez mais restrito e limitado, seja em termos financeiros como logísticos e em termos de equipamentos disponibilizados.

O concurso a apoios de financiamento tem também seguido um caminho de complexificação e limitação, referindo-se a obrigatoriedade de inscrição no RNAJ, para que, então, se possa concorrer a apoios atribuídos pelo IPDJ, Câmaras Municipais, entre outros. Verificam-se sucessivamente atrasos na recepção destes apoios.

Muitas são as associações que, graças aos entraves referidos, se vêem forçadas a encerrar, grande parte das vezes por razões económicas, privando os jovens da possibilidade de praticar desporto, aceder a cultura, a espaços de convívio, sendo particularmente grave quando, em certas zonas do país, as associações juvenis constituem os únicos locais com tal oferta. O seu encerramento obriga os jovens que usufruíam destas actividades a deslocar-se a locais muitas vezes longe da sua residência e a pagar pelas actividades, o que não está ao alcance de todos.

O desmantelamento do IPJ pelo governo PSD/CDS em 2011, com total apoio do PS, e sua fusão com o Instituto do Desporto de Portugal (IDP), formando o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), em nada se relacionou com um objectivo do reforço das políticas de juventude ou de valorização do desporto e da prática desportiva mas sim com uma óptica economicista, aplicando mais cortes no apoio ao associativismo juvenil.

A JCP entende que, com estas medidas, lesam-se as associações estudantis e juvenis, o movimento juvenil, visando a instrumentalização do movimento associativo, e que estas orientações conduzem o movimento associativo juvenil e estudantil a uma excessiva institucionalização e ao afastamento do seu trabalho real no terreno e de ligação aos jovens e estudantes de todos os concelhos do país.

Defendemos a revogação do Regime Jurídico do Associativismo Jovem, com o aumento dos apoios à actividade e iniciativas das associações juvenis (reconhecendo o associativismo não formal) e o reforço dos equipamentos de usufruto para jovens, como sejam as extintas delegações do IPJ e as Pousadas da Juventude. É fundamental a celeridade e facilitação nos diversos processos, nomeadamente de formação e formalização de associações. Defendemos, ainda, a Revogação da Lei dos Conselhos Municipais de Juventude e a garantia da participação efectiva das organizações e associações na definição e desenvolvimento das políticas que envolvem os jovens junto do poder local, regional e nacional.

2.5 Defesa Nacional

A JCP condena a guerra e luta pela paz, exigindo que o governo português cumpra a CRP e promova políticas de paz, solidariedade e amizade entre os povos. Assim, defendemos que Portugal deve lutar pela dissolução da NATO, tal como rejeitamos a participação das Forças Armadas (FFAA) portuguesas em acções armadas de ingerência noutros países, bem como a utilização dos

nostros meios militares e territoriais para estes fins, de que são exemplo a Base das Lajes ou os exercícios da NATO realizados em 2016 no nosso território. A par da resolução dos problemas que afectam os actuais militares, defendemos que a defesa nacional deve ter por objectivo a garantia da liberdade, da democracia, da independência e da soberania do país e a participação dos trabalhadores (os últimos interessados na guerra e conflitos militares) é o garante de que as FFAA estarão ao serviço da defesa da paz e da vontade popular.

O carácter profissional das FFAA, agravado pelo fim do Serviço Militar Obrigatório (SMO) há 20 anos, põe em causa a defesa da soberania nacional. Foram milhares os jovens que durante anos se viram obrigados a cumprir o SMO sem condições dignas, utilizando-os como mão-de-obra barata para as questões logísticas e de manutenção do dia-a-dia da instituição militar, muitas vezes sem proporcionar qualquer tipo de formação especializada e não garantindo o direito à recolocação no local de trabalho após o cumprimento do Serviço Militar. Acção propositadamente desenvolvida, de forma meticulosa, assente numa estratégia de descredibilização das FFAA junto da juventude, com o objectivo de caminhar para o fim do SMO, situação que se veio a consagrar com a revisão constitucional de 1997 que conduziu à total profissionalização das FFAA.

Com esta medida foram conseguidos, de uma assentada, três objectivos fundamentais para o capital: o afastamento de amplas camadas juvenis e populares da participação na vida das FFAA e da defesa nacional; a concretização de profundas alterações na natureza, doutrina e base organizativa das FFAA; e a alteração do conceito estratégico de defesa nacional, colocando-o ao serviço não do país mas dos interesses da NATO e do imperialismo.

Hoje estão mais claros os reais objectivos que estiveram na base desta medida assim como caem por terra os argumentos daqueles que, de forma demagógica e hipócrita, vieram para a praça pública condenar o SMO acusando-o de não ter qualquer utilidade e de ser um entrave à vida dos jovens. Manteve-se entretanto o recenseamento militar obrigatório para rapazes e para raparigas. Foi instituído o chamado dia da “Defesa Nacional”, entretanto interrompido e depois retomado, utilizado como instrumento ideológico para valorizar a NATO e o militarismo, acompanhado por grandes acções de campanha de propaganda do Serviço Militar em escolas secundárias, fóruns de juventude e outros locais de concentração de jovens.

Defendemos um serviço militar que a todos obrigue, inclusivo para rapazes e raparigas, que seja encarado não só como um dever mas, acima de tudo, como um direito inalienável dos jovens na participação efectiva na defesa e soberania nacionais e os direitos do povo, prestado em condições dignas (material, social e profissionalmente) de forma a torná-lo atraente, útil, criativo, que tenha em conta as aptidões e vocações dos jovens que nele participam. Só com uma ampla participação popular nas FFAA se garante que também esta instituição seja democrática e o espelho da sociedade.

2.6 Sistema público de Segurança Social

A juventude sofre as consequências dos ataques ao Sistema Público de Segurança Social, nomeadamente os cortes nas mais variadas prestações sociais como a protecção no desemprego e na doença, abono de família, o Rendimento Social de Inserção, entre outras. Os ataques à sustentabilidade da Segurança Social estão directamente ligados a muitos problemas que afectam a juventude, como sejam o desemprego, a precariedade, os baixos salários e a emigração, factores que contribuem para que as contribuições à Segurança Social se reduzam, ligando deste modo a política de desprotecção dos trabalhadores à acelerada fragilização das fontes de financiamento da Segurança Social, bem como para a subversão dos seus objectivos e finalidades. A fragilização da Segurança Social Pública significa atacar aqueles que se encontram em situações de maior vulnerabilidade económica e social.

A defesa da sustentabilidade da Segurança Social enquanto direito de todos os portugueses, é inseparável do crescimento e desenvolvimento económicos, impõe a adopção de medidas de curto, médio e longo prazo que assegurem o reforço das suas fontes de financiamento, a reposição de direitos alicerçada no papel central do Sistema Público de Segurança Social enquanto instrumento de redistribuição do rendimento nacional, de justiça e progresso social.

2.7 Saúde

Os serviços de saúde têm sofrido grande e acelerada degradação nos últimos anos, pondo em causa a prestação de cuidados, com graves consequências para o estado de saúde do povo português. O desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde,

desacreditando-o, abriu portas para a privatização deste serviço, com a progressiva transferência de unidades de cuidados e determinados serviços para grupos privados, que mais não almejam do que o lucro.

A degradação do SNS expressa-se, por um lado, pelo encerramento de diversos serviços e unidades de saúde, sobretudo urgências e serviços de cuidados primários, o encerramento de grandes hospitais e unidades especializadas fundamentais, a fusão e concentração de serviços em grandes centros hospitalares; por outro, pelas taxas moderadoras e o preço dos medicamentos, a diminuição do apoio ao transporte de doentes não-urgentes, que põe em causa a qualidade dos serviços prestados, negando o acesso a cuidados de saúde e forçando muitos doentes a recorrer a serviços privados.

A falta de equipamentos, de condições, tanto materiais como humanas, é tal, que a maioria dos jovens não tem acesso a um médico de família, nem a consultas de diversas especialidades. O agravamento do acesso a cuidados e tratamentos de saúde tem várias expressões, embora ganhe particular relevância na continuação da falta de cuidados de medicina dentária no SNS, no tratamento e prevenção de adicções, assim como no caso da saúde mental que sofre de forma ainda mais profunda o desinvestimento e falta de meios. Estas respostas afectam e têm grande dimensão na vida da juventude que, sendo inerente ao próprio sistema capitalista a discriminação, a exploração de fragilidades, a criação da marginalidade e a destruição da saúde física e mental, a par da destruição dos sonhos e aspirações, o estímulo para o consumo de drogas, a generalização da auto-medicação e medicação associada ao sucesso escolar, o aumento da doença mental junto dos mais jovens tem particular relevo.

Os ataques aos direitos dos trabalhadores do SNS, em especial os profissionais de saúde, com a sua desvalorização profissional e social, reforça a tentativa de desmantelamento do SNS.

Para concretizar o SNS gratuito, de qualidade e acessível a todos, defendemos o reforço das condições financeiras, materiais e humanas do SNS para garantir uma resposta adequada em todas as valências e áreas geográficas. Rejeitamos a escandalosa entrega de valências, hospitais e financiamento do Estado a Hospitais Privados, que tem procurado substituir o SNS e apoderar-se de recursos que devem servir para garantir o serviço público. Defendemos a gratuidade no acesso a cuidados de saúde, com a eliminação

total das taxas moderadoras para todo o tipo de serviços prestados, bem como a garantia de acesso a programas de prevenção, vacinação e rastreio de doenças.

2.8 Droga e toxicodependência

A situação de consumo de droga e casos de toxicodependência no país não pode ser desligado do contexto em que vivemos. A profunda destruição das capacidades mentais do indivíduo, desumanização e alienação social provocada pelo consumo de drogas funciona como um instrumento do sistema capitalista para controlar as massas, obstaculizar e limitar a sua capacidade de organização e acção. A toxicodependência é um sintoma de problemas sociais, aprofundado pelas desigualdades sociais.

Para além da sua função alienante e dominadora do indivíduo, a droga constitui, para o sistema capitalista, um dos mais lucrativos negócios à escala mundial, que assenta na destruição e dependência de milhões de seres humanos.

Apesar da resposta legislativa que conteve as chamadas “*smartshops*” não podemos pensar que o negócio da droga e o investimento feito junto da juventude para estimular o consumo é combatido sem uma linha política de prevenção, tratamento e de transformação das condições de fundo, inerentes ao sistema, que são a principal causa do problema.

A extinção do Instituto da Droga e Toxicodependência (IDT), a criação do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Adictivos e nas Dependências (SICAD), por parte do governo PSD/CDS, não tem qualquer sustentação técnica e vem desmantelar a estratégia nacional de resposta à toxicodependência, abandonando e marginalizando os que dela necessitam.

O despedimento de técnicos do IDT, a redução e encerramento de meios e equipamentos indispensáveis ao apoio de toxicodependentes, aliados à crescente privatização de serviços de saúde, reduz perigosamente a capacidade de resposta nacional neste domínio.

O combate à toxicodependência não pode ser dissociado do combate aos problemas sociais, grande parte das vezes na origem dos comportamentos adictivos, combate que deve ser levado a cabo de forma integrada e transversal.

A despenalização do consumo da droga e o entendimento do toxicodependente como um doente e

não como um criminoso são o resultado da intervenção do PCP. Nenhum toxicodependente pode ser preso ou sujeito a outras sanções no âmbito do Direito Penal por consumir, sendo remetido para um regime próprio de ilícito de mera ordenação social, o que significa que a lei mantém um sinal negativo relativamente ao consumo de droga. Componente necessária desse combate é a luta contra o narcotráfico e o branqueamento de capitais.

A luta contra a droga, quer seja ao nível da prevenção, da redução de riscos e minimização de danos ou ao nível do tratamento, deve ser garantida totalmente por serviços públicos e a legislação e consequentes orientações estratégicas existentes actualmente devem ser aplicadas de forma determinada (ao invés do que tem sucedido por parte do governo).

Rejeitamos entendimentos conservadores sobre o toxicodependente e o combate à droga, bem como o aproveitamento demagógico feito pelo BE e pela JS em torno da legalização das “drogas leves”. A estratégia do combate à droga não deve ser pautada por iniciativas pontuais ou assentes em falsas despenalizações de alguns tipos de drogas – tal mais não tem servido do que para desviar as atenções da questão fulcral: o combate ao consumo. Países que enveredaram pela experiência da legalização de algumas substâncias estão agora a reavaliar essas decisões e a proceder a recuos, face a consequências negativas verificadas (turismo da droga, não redução e, até, aumento do consumo).

Por uma vida saudável, livre de dependência, defendemos a adopção de políticas sectoriais que dêem resposta aos problemas sociais que estão na origem da toxicodependência. Exigimos a reversão da extinção e o imediato reforço do IDT, com mais investimento e alargamento da rede pública de prevenção e tratamento da toxicodependência. Defendemos ainda o reforço e multiplicação dos meios especializados no combate ao tráfico de drogas e branqueamento de capitais.

2.9 Álcool e alcoolismo

O alcoolismo e o consumo excessivo de álcool têm raízes sócio-culturais. As fragilidades humanas causadas pela pobreza, o desemprego, os baixos salários, o descontentamento com o trabalho sem direitos, a impossibilidade no acesso a direitos fundamentais, a uma vida sã e feliz são terreno fértil para o consumo nocivo e dependente do álcool.

O consumo de álcool – seja ele um consumo excessivo, de risco, nocivo ou dependente – constitui na população portuguesa um importante problema de saúde pública. Apesar disto é também importante olhar para o estímulo a novas formas de consumo, ou seja, a alteração de padrões de consumo, da sua origem, e a promoção dos mesmos.

Portugal é um dos países com maior número de acidentes na estrada envolvendo o consumo de álcool, problema agravado pelo não cumprimento da lei da bebida, nomeadamente da proibição da venda a menores de 16 anos, em parte por falta de meios e condições para a fiscalização.

O álcool afecta não só quem consome num padrão nocivo, com danos mas sem dependência, mas também aqueles que, apesar de não consumirem regularmente, apresentam consumos esporádicos excessivos com consequências potencialmente graves, bem como um número incalculavelmente maior de pessoas que sofrem danos sociais, mentais, emocionais e materiais, causados pelo consumo próprio ou de outros.

A passagem dos serviços de álcool para o IDT e a seguinte extinção do mesmo, com a criação do SICAD, com todos os problemas que lhe estão associados foi já referida no ponto acima. Porém, é importante reforçar o crescente desinvestimento por parte dos sucessivos governos e a diminuição da capacidade de resposta das estruturas públicas às cada vez maiores necessidades colocadas no que toca à prevenção, ao tratamento e acompanhamento de pessoas com problemas ligados ao álcool. Hoje, quem tem condições económicas consegue o apoio pretendido e quem não tem, a grande maioria da população, pode passar anos à espera de tratamento e apoio, sem nunca ser dada uma resposta adequada.

Para um real combate ao consumo excessivo de álcool e ao alcoolismo é fundamental a adopção de uma política que dê resposta aos problemas sociais que estão na sua origem. Defendemos o restabelecimento do IDT e a reestruturação dos serviços das estruturas de Alcoologia. Por fim, o efectivo cumprimento da lei no que concerne à proibição da venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos, a pessoas notoriamente embriagadas e a pessoas que apresentem anomalias psíquicas.

2.10 Direitos sexuais e reprodutivos

Portugal está dotado de um importante património legislativo no que concerne aos direitos sexuais e reprodutivos construído ao longo dos anos após o 25 de Abril de 1974, conquistado pela luta determinada das mulheres e jovens portugueses pela emancipação social, económica e cultural. Os direitos sexuais e reprodutivos são parte integrante dos direitos sociais, exigindo por isso uma especial responsabilidade do poder político na garantia do seu integral cumprimento e implementação.

Os ataques sucessivos ao SNS, quer através da escassez de meios, quer das suas sucessivas tentativas de privatização, e que se traduziram no fecho de maternidades e outras unidades de saúde, na imposição de taxas moderadoras e em horários desajustados de funcionamento, agravaram as dificuldades de acesso aos serviços de planeamento familiar, ginecologia, obstetrícia, comprometendo o acompanhamento clínico da sexualidade dos jovens. A política de empobrecimento, agravamento da exploração, desregulamentação de horários e expansão da precariedade, aumento dos custos com a Educação, incluindo a pré-escolar, são elementos que contribuiram para que o país registe baixos níveis de natalidade, o que além de ser um ataque à aspiração de muitos jovens a poderem ter filhos, agravou o défice demográfico, com graves consequências para o futuro do país.

A estes ataques, levados a cabo com especial gravidade pelo governo PSD/CDS juntam-se as alterações feitas à lei da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) que criaram limitações, inclusive financeiras, ao acesso à IVG e criaram mecanismos de condicionamento e coação da mulher.

Graças à luta do povo e dos jovens portugueses e através da alteração da correlação de forças na Assembleia da República foi possível, ainda no ano de 2015, repor a lei da IVG, e aprovar legislação relativa à adopção por casais do mesmo sexo. Mas são, hoje, ainda muitos os passos que é preciso dar em questões de direitos sexuais e reprodutivos.

Relativamente à lei da IVG importa referir que continua a não existir uma resposta pública em todos os distritos e muitas mulheres são encaminhadas para unidades de saúde privadas, gerando um negócio lucrativo para os privados ao invés do reforço do SNS.

Apesar da educação sexual estar consagrada na lei há 33 anos, fruto da luta dos estudantes, esta não tem ainda implementação prática na maioria das escolas, tendo havido mesmo alguns retrocessos nesta matéria. Urge a criação de condições humanas e materiais para a aplicação desta lei, por ser a educação um elemento indissociável de uma sexualidade informada e responsável e da sua vivência plena por parte das camadas mais jovens.

Por uma sexualidade informada, livre, plena e feliz a JCP defende o cumprimento efectivo da lei da Educação Sexual em todas as escolas públicas, a existência de consultas gratuitas para jovens, nomeadamente de planeamento familiar, bem como a distribuição gratuita de todos os métodos contraceptivos nas unidades de cuidados de saúde primários, incluindo a contracepção de emergência.

2.11 Igualdade de direitos e luta contra todas as discriminações

Está consagrado na Constituição da República Portuguesa que "ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual."

Apesar dessa consagração na lei fundamental do país, persistem em diversos domínios desigualdades e discriminações, que importa combater para assegurar uma efectiva igualdade na lei, no trabalho e na vida.

A desigualdade e as discriminações são causadas pelo sistema capitalista, que vê nestas questões uma oportunidade de aprofundamento da exploração e de divisão dos trabalhadores na sua luta.

O agravamento das condições de vida e de trabalho, bem como com o ataque contra as funções sociais do Estado, nomeadamente à Educação, fruto de décadas de política de direita, criam as condições para o agravamento da desigualdade e da discriminação. Para a JCP, a luta pela igualdade e contra todas as formas de discriminação é parte integrante da luta pela ruptura com a política de direita e em defesa da Democracia e do progresso social.

2.11.1 Discriminação da mulher na vida e no trabalho

Apesar das muitas conquistas de Abril no que diz respeito à igualdade entre homens e mulheres, são ainda muitos os passos que é preciso dar para acabar com todas as desigualdades e discriminações nesta matéria.

O desemprego continua a afectar com maior expressão as mulheres, em particular as jovens, continuando estas a auferir salários significativamente mais baixos por trabalho igual.

Nos locais de trabalho têm sido crescentes as violações aos direitos de maternidade e paternidade, designadamente quanto aos horários de trabalho, ao não pagamento de subsídios por gozo da licença, ao despedimento de grávidas e criação de dificuldades ao acompanhamento dos filhos.

O direito ao trabalho, à independência económica e realização profissional da mulher são condições indissociáveis para que à igualdade na lei corresponda a igualdade na vida, bem como para a criação de condições efectivas da sua participação na vida pública, cultural e acção política. De acordo com os dados do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (GEP-MTSS), os salários médios das mulheres são inferiores em 16,7% aos dos homens, o que corresponde a menos 61 dias de trabalho remunerado.

É o agravamento das condições económicas que criam as condições para a vulnerabilidade das mulheres perante a violência laboral, violência doméstica e no namoro, tráfico de seres humanos e exploração na prostituição. Em 2015, 26.700 pessoas foram vítimas de violência doméstica em Portugal, 86,9% das vítimas são mulheres; 29 mulheres foram assassinadas. Os dados oficiais comprovam que os maus-tratos físicos e os maus-tratos psíquicos, tipificados como crimes de violência doméstica, registam mais de 50% dos registos criminais.

A prostituição é uma das mais antigas formas de exploração do ser humano, constituindo-se como um atentado à sua integridade e dignidade e colocando a instrumentalização da sexualidade ao serviço do capital. É um flagelo social que surge de situações de pobreza extrema e desespero para que muitos seres humanos são empurrados, e que continua a atingir maioritariamente as mulheres. Contrariamente às tentativas de caracterização da prostituição como uma "opção", como uma questão de "liberdade individual",

com o objectivo da sua legalização, perpetuação ou naturalização, importa garantir as condições de vida para que as jovens não se vejam obrigadas a sujeitar-se a essa forma brutal de exploração.

A JCP trabalha no sentido do reconhecimento da igualdade de direitos na lei e da sua aplicação na vida, rejeitando as medidas artificiais de criação de uma “paridade” ilusória, que visam, por exemplo, impor quotas na participação de mulheres nas listas eleitorais dos partidos políticos, violando direitos constitucionais e criando situações de ingerência nas suas questões internas.

Rejeitamos também a promoção da ideia de que a emancipação das mulheres se faz por via do “sucesso empresarial” e da “ocupação de cargos de decisão”, ideias que focam o sucesso individual em vez da luta pela emancipação das mulheres, visando dissociá-la da luta mais geral contra a exploração.

É necessário assegurar a articulação entre a vida familiar, pessoal e profissional, bem como um efectivo plano de combate às discriminações salariais, directas e indirectas. Defendemos também a criação de um plano de combate à exploração na prostituição e o reforço dos meios materiais e humanos do Observatório do Tráfico de Seres Humanos.

2.11.2 Discriminação em função da orientação sexual

Deve ser garantido o respeito pela orientação sexual de cada pessoa em todos os domínios da vida colectiva.

Nos últimos anos, com o contributo do PCP, tem sido aprovado um conjunto de legislação que contribui para combater a discriminação de casais do mesmo sexo, nomeadamente no acesso ao casamento e à adopção. O PSD e o CDS, quando estavam em maioria na Assembleia da República, procuraram reverter estes avanços, tentativas essas entretanto derrotadas, em face da nova correlação de forças na AR, com o contributo do PCP.

Apesar dos avanços legislativos, há ainda muito a fazer para combater a homofobia, as discriminações, as desigualdades na lei, no trabalho e na vida, sendo necessário continuar a aprofundar o conhecimento destas questões e agir de forma consequente, como o PCP e a JCP têm feito, para garantir a igualdade de direitos para todos.

2.11.3 Racismo e xenofobia

O racismo e a xenofobia ganham espaço com o empobrecimento e o agravamento das condições de vida e de trabalho das populações, e são promovidos pelo sistema com o objectivo de “dividir para reinar”, usando os mais variados instrumentos de ofensiva ideológica. Combater essas causas profundas é a melhor forma de combater o racismo e a xenofobia.

Num momento em que, por toda a Europa, crescem ideias e forças políticas assumidamente racistas e xenófobas, urge cada vez mais afirmar os valores da amizade entre os povos. A exploração mediática da crise dos refugiados serve para promover o racismo e a xenofobia, entre outros exemplos.

No trabalho e nos mais variados aspectos do quotidiano, continua a haver discriminação e desigualdades. Apesar de aparentemente não assumir uma expressão tão organizada como noutros países, o racismo e a xenofobia em Portugal manifestam-se de forma menos visível, mas nem por isso menos perigosa.

2.11.4 Imigrantes

As principais causas da imigração são as graves situações económicas e sociais dos países de origem tentando assim os imigrantes fugir à fome, pobreza e desemprego e procurar melhores condições de vida. Há hoje uma redução do número de imigrantes em Portugal devido ao desemprego, à baixa dos rendimentos e do nível de vida em Portugal, levando os imigrantes a regressar ao seu país ou a procurar outro.

No entanto as comunidades que cá trabalham, nomeadamente em sectores como a construção civil, a hotelaria, o comércio, entre outras, sofrem, na sua maioria, um desrespeito em relação aos seus direitos. Estes são muitas vezes sujeitos a condições de trabalho precárias, a grandes níveis de exploração, baixos salários, ausência de protecção social, e alguns casos extremos a escravatura devido à sua condição de imigrante ilegal. Confrontam-se com burocracia e entraves na obtenção de vistos, licenças e nacionalidade.

2.11.5 Discriminação de pessoas com deficiência

A política de exploração e de empobrecimento realizada por sucessivos governos e em particular pelo anterior governo PSD/CDS é responsável pelos profundos retrocessos no acesso da grande maioria das pessoas com deficiência a direitos fundamentais no domínio da saúde, da segurança social, da educação e da cultura, aos transportes públicos e à mobilidade, à formação profissional e ao emprego de qualidade. Uma política que fez aumentar as situações de isolamento, de marginalização social e de pobreza entre as pessoas com deficiência e impediu a sua participação em condições de igualdade em todas as esferas da vida em sociedade.

Os jovens deficientes motores vêem muitas vezes negadas condições materiais nas escolas adaptadas à sua condição, constituindo uma limitação à frequência e sucesso escolar, a que se juntam as dificuldades na acessibilidade e mobilidade. Faltam nas escolas especialistas que possam acompanhar alunos com deficiências cognitivas, sendo necessário mais investimento para uma Escola verdadeiramente inclusiva.

2.12 Ambiente

A política de ambiente, gestão de recursos naturais e ordenamento do território promovida por sucessivos governos assenta na entrega e submissão aos grupos monopolistas, nomeadamente promovendo a especulação imobiliária, a exploração turística desenfreada, a privatização da água e de recursos minerais e energéticos.

O Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas, sem prejuízo de conter justas preocupações com a predacção e degradação ambiental, visou essencialmente a perpetuação e aprofundamento de mecanismos como o Mercado de Carbono que visam mercantilizar o ambiente, transferir os custos e responsabilidades para os povos e aprofundar as desigualdades entre países entre países industrializados e em desenvolvimento. As várias medidas de privatização da natureza, como as chamadas “licenças de emissão”, assentam em campanhas de condicionamento ideológico que têm sido desenvolvidas a pretexto da protecção ambiental mas que apenas pretendem legitimar a mercantilização do ambiente e apagar responsabilidades do sistema de produção capitalista na degradação ambiental. A chamada Fiscalidade Verde é um mecanismo de

agravamento da injustiça fiscal, a coberto da tese de que só se salvaguardam os recursos naturais com a sua taxação.

Actualmente, no plano energético, com as sucessivas privatizações, houve um aumento generalizado dos custos com consequências negativas para as condições de vida dos trabalhadores e do povo, assim como para muitas micro, pequenas e médias empresas, prejudicando a nossa economia. Com estas políticas, o país continua a ter uma elevada dependência externa e atrasos na eficiência energética e na utilização de energias renováveis, apesar de desenvolvimentos diversos nesse campo, nos últimos anos. Os lucros de empresas como a EDP, a GALP e a REN servem para aumentar os lucros do capital, cada vez mais dominado por grupos estrangeiros, em vez de serem postos ao serviço do país. Ao mesmo tempo, crescem as iniciativas privadas de prospecção com vista à exploração de recursos não-renováveis, como o petróleo e o gás natural, numa lógica contrária aos interesses nacionais e às preocupações ambientais, em que a indispensável presença do Estado não é garantida.

A par da agricultura superintensiva e da destruição da pequena e média agricultura, por parte dos grupos económicos ligados aos fitofármacos e da grande distribuição, os incêndios florestais são outro problema que põe seriamente em causa o ambiente e a vida das populações afectadas por esse flagelo. Os sucessivos governos têm tido uma política que não previne a ocorrência de incêndios, nomeadamente pela promoção da eucaliptização da floresta devido a interesses de grupos monopolistas ou pela falta de incentivos à limpeza das matas. Além disso, esta política não assegura o investimento necessário em meios de combate imediato aos incêndios. As consequências desta política só não vão ainda mais longe devido à dedicação abnegada de milhares de bombeiros voluntários, com uma crescente participação de jovens, que combatem as chamas muitas vezes sem os meios necessários e com elevado risco.

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a Reserva Ecológica Nacional (REN) que têm a função de proteger zonas com importância ecológica e agrícola são sucessivamente destruídas, principalmente devido a interesses imobiliários. Esta situação tem vindo a destruir vários ecossistemas, assim como solos com potencial agrícola, que são ocupados.

A linha de privatização dos recursos naturais assumiu uma das suas maiores expressões na mercantilização

da água que, no nosso país, conheceu forma com a aprovação em 2005 da chamada Lei da Água, que trouxe consigo um aumento generalizado dos custos com o consumo de água. A água é um recurso natural essencial à vida e é fundamental ao consumo individual, assim como tem um papel importantíssimo na agricultura, pelo que a sua propriedade e a sua distribuição devem ser asseguradas pelo Estado, garantindo o direito ao seu acesso e a sua gestão de acordo com o interesse público. As descargas poluentes verificadas nos diversos rios e praias do país são preocupantes e põem em causa o bem-estar das populações. A concessão a privados das praias e as condicionantes impostas ao seu acesso livre e gratuito são também disto exemplo da política de privatização de territórios os quais devem ser de gestão pública e acessíveis a todos.

São muito negativas as medidas tomadas ou em curso de privatização dos serviços de recolha de resíduos e do lixo, como foi o caso da Empresa Geral de Fomento (EGF) as quais para além dos reflexos negativos imediatos sobre os trabalhadores levam a que a gestão destes serviços seja feita em função de interesses alheios ao interesse nacional e de serviço público.

Também o Planeamento e Ordenamento do Território são um factor decisivo para uma melhor qualidade de vida. Com o seu carácter estratégico proporcionam a edificação de novas infra-estruturas de forma enquadrada, pensadas de acordo com as necessidades das populações, minimizando os impactos nos sistemas envolventes, sejam eles transportes, habitação ou espaços de lazer. É necessário atender à integração no quadro das infra-estruturas já existentes.

No que diz respeito à defesa do bem estar dos animais importa destacar a evolução verificada ao nível legislativo, com medidas positivas aprovadas por iniciativa ou contributo do PCP como são o fim do abate sistemático de animais em canis e gatis municipais ou a alteração da consideração dos animais como “coisas” no Código Civil, ainda considerando que o combate à sobrepopulação de animais deve ser feito por via da esterilização de forma pública a implementação de política de sensibilização para questões do bem estar dos animais desde o primeiro ciclo do Ensino Básico.

Valorizando estas medidas positivas, não deixamos de registar o aproveitamento populista por parte de associações e partidos políticos das questões do bem-estar animal, nomeadamente pela identificação da criminalização como forma de resolver os problemas,

em vez de uma resposta integrada de sensibilização das populações, reforço de meios e apoios, fiscalização e medidas preventivas.

2.13 Assimetrias regionais

O aprofundamento das desigualdades em Portugal tem levado a um despovoamento e desertificação económica, social e humana das regiões do interior. Muitos jovens vêem-se forçados a abandonar as suas povoações não só para o litoral mas também para as capitais de distrito devido à falta de mobilidade, falta de emprego, à dificuldade de acesso à rede escolar, bem como aos serviços públicos, ao desporto e à cultura.

As políticas dos sucessivos governos ainda agravam mais esta situação, com o encerramento de escolas, hospitais, centros de saúde, e outros serviços básicos para a população. Estas políticas confirmam o abandono do interior, e sobretudo o agravamento das condições de vida destas populações, com especial impacto nos jovens. Este facto é ainda mais gritante à luz da existência de imensas potencialidades económicas por explorar que, se postos ao serviço do país, poderiam garantir mais desenvolvimento e fixação de população.

A regionalização a criação de melhores condições para a capacidade de actuação do Poder Local Democrático, a reabertura de serviços públicos e o investimento no sector produtivo, são essenciais para garantir uma política de promoção do desenvolvimento regional.

Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira continuam a carecer as respostas adequadas às especificidades regionais e às dificuldades resultantes da insularidade, que a juventude sente com especial gravidade. Observa-se um grande desinvestimento por parte do Estado central, com pesadas responsabilidades por parte da UE, que ainda é mais agravado pelas políticas dos sucessivos governos regionais.

Os elevados níveis de desemprego nestas regiões, o desinvestimento no Ensino Superior que também afectou as Universidades dos Açores e da Madeira, pilares da autonomia destas regiões, são problemas profundos da juventude insular, muitas vezes forçada a migrar para o continente ou, no caso dos Açores, das ilhas menos populosas para S. Miguel. Para os estudantes deslocados, continuam a carecer as respostas ao nível de residências, apoios de Acção Social que garantam a igualdade entre os estudantes, bem como na insuficiência de apoios às deslocações entre ilhas ou do continente para as ilhas.

A subida dos preços dos bilhetes de avião, a liberalização do tráfego aéreo e a ausência de uma política que garanta a mobilidade e o princípio da continuidade territorial são factores que fazem incomportáveis as deslocações, agravados por critérios de gestão da TAP e da SATA que as afastam de princípios de serviço público e garantia da coesão territorial.

Estas dificuldades reflectem-se necessariamente no acesso a bens fundamentais como a saúde, a cultura, o desporto e o acesso à educação, principalmente a instituições que tenham sede no continente, já que essa oportunidade está reservada a quem a possa pagar. Quer o governo central, quer os governos regionais não têm dedicado suficiente investimento ao desenvolvimento das regiões autónomas, levando a uma profunda dependência regional do mercado turístico, – restauração e hotelaria – onde se emprega grande parte dos jovens aí residentes, provocando, por sua vez, um desequilíbrio entre a formação dos jovens e o trabalho disponível.

2.14 Habitação

A habitação é factor determinante para a emancipação e autonomia da juventude, correspondendo a uma necessidade básica de sobrevivência e a um factor de desenvolvimento individual e colectivo, consagrado na CRP.

A nova lei do arrendamento – que ficou conhecida como a Lei dos Despejos – ataca o direito à habitação, subordinando-o à lógica da especulação imobiliária e da concentração da propriedade urbana, ameaça com o despejo milhares de famílias, associações e colectividades, e micro, pequenas e médias empresas, bem como o brutal agravamento decidido pelo anterior governo do imposto municipal sobre imóveis que constituirá para muitas famílias um novo factor de incumprimento. É de sublinhar que 4400 famílias foram despejadas das suas habitações desde a criação desta lei de arrendamento.

Nos últimos anos agravou-se, nomeadamente Lisboa e Porto, a especulação imobiliária nos centros das cidades, fruto do crescimento desenfreado e sem planeamento do sector do turismo. O aumento dos custos do arrendamento tem afastado os jovens dos centros das cidades, empurrando-os para a periferia.

Continua a manifestar-se as consequências negativas da criação do programa Porta 65, que veio proceder a uma alteração substancial do acesso ao subsídio, passando a funcionar por concurso, com limitação de

vagas sujeita às opções políticas orçamentais, num quadro de crescente desinvestimento nesta área, reduzindo ainda o tempo de atribuição de 5 para 3 anos.

A JCP defende a revogação do Porta 65 e criação de um instrumento de apoio efectivo ao arrendamento por jovens, através da desburocratização das candidaturas e possibilidade de renovação, tendo por base uma taxa de esforço máxima de 20% com gastos em arrendamento assumida pelos jovens. Defendemos, ainda a criação e definição de um plano público de habitação para jovens, com diversas vertentes, nomeadamente a criação e gestão por parte do Estado de fogos habitacionais especialmente para jovens, com rendas de custos controlado, a intervenção e reparação de casas devolutas e promoção e desburocratização do acesso a programas de reabilitação de edifícios degradados e devolutos.

2.15 Transportes e mobilidade

O direito à mobilidade, essencial a todos cidadãos, deve ser garantido pelo Estado através de uma rede de transportes pública com cobertura a todo o território nacional, de forma equilibrada, com regularidade, qualidade e preços socialmente justos. A juventude sente cada vez mais dificuldades no acesso ao direito à mobilidade.

Com a privatização dos transportes colectivos é cada vez mais frequente o abandono de rotas com a justificação que estas dão um rendimento aquém do esperado, o que leva à impossibilidade de mobilidade dos jovens que vivem em zonas menos povoadas. Além disso, os preços dos bilhetes e passes são cada vez mais incomportáveis. Também nas cidades, suprimem-se carreiras e reduzem-se horários, obstaculizando assim a mobilidade.

Nos transportes ferroviários observamos o abandono de estações e a falta de resposta às necessidades de transporte das populações, a degradação do material circulante devido à falta de investimento, ao mesmo tempo que os preços aumentam.

Uma agravante dos custos de transportes é a multiplicação de diferentes bilhetes e passes consoante o operador, obrigando a que para uma deslocação casa-trabalho ou casa-escola seja necessário pagar vários passes com elevados custos. Nomeadamente na Área Metropolitana de Lisboa, é necessário aplicar a proposta do PCP de criar um passe único para toda a região. A reposição do passe escolar roubado pelo

governo PSD/CDS, ainda que com um desconto menor e sem abranger estudantes com idade superior a 23 anos, e que foi conseguida pela luta dos estudantes ao longo dos últimos anos, foi um passo importante para garantir aos jovens o direito à mobilidade, sendo necessário alargar o seu âmbito e o nível de desconto.

Ao nível do transporte rodoviário podemos levantar vários problemas alarmantes que tornam muito difícil a mobilidade dos jovens tais como a degradação das estradas, os preços absurdos do combustível e das portagens, a criação de portagens nas SCUTS. Continua a não haver uma resposta pública de escolas de condução, sendo incomportável para muitos jovens os elevados custos de tirar a carta (e com preços muito díspares consoante a zona do país), o que condiciona muito a mobilidade, sobretudo em áreas em que há elevada carência de transportes públicos.

2.16 Emigração e jovens luso-descendentes

A emigração juvenil tem vindo a aumentar de uma forma preocupante nos últimos anos. Estes saem à procura de melhor qualidade de vida e nomeadamente empregos com remunerações mais elevadas. A emigração foi descaradamente incentivada pelo anterior governo, procurando demonstrar que esta é normal e até moderna, tentando assim não se responsabilizar pelas consequências da sua política.

Temos que ter consciência que a cada jovem que emigra perdemos força de trabalho muito importante para o desenvolvimento do nosso país. As consequências demográficas, como o envelhecimento populacional, económicas e sociais são muito graves, para além de todo o sofrimento pessoal e familiar envolvido.

Outro aspecto a acrescentar é que os emigrantes portugueses não têm muitas vezes qualquer tipo de apoio e informação em relação aos seus direitos o que faz com que se distanciem do nosso país. Este aspecto é notado com o encerramento de consulados em diversos países com grande presença de emigrantes portugueses. As comunidades portuguesas noutros países não podem ser esquecidas desta maneira pelo governo. São necessárias novas políticas que ajudem estas comunidades e não as faça perder ligações com o nosso país.

2.17 Cultura – criação e fruição

A política cultural dos sucessivos governos tem deixado estagnado o sector da cultura, travando o enorme potencial de democratização cultural possibilitado pela Revolução de Abril. A cultura foi alvo de desresponsabilização e desinvestimento do Estado e o financiamento do Orçamento de Estado continua inferior a 1% do PIB. Os apoios diminuíram, pondo em causa a subsistência de associações, grupos e companhias do sector. A sua liberdade criadora é também limitada quando são entidades privadas a financiar a produção. Os cortes nos apoios às artes e os contínuos atrasos nos concursos têm levado ao cancelamento de festivais, programação, criação e ao fecho de estruturas e companhias afectas às artes do espectáculo. Para além de o Estado não cumprir o seu papel de garantir o acesso à cultura, que não se cinge apenas ao financiamento, financia entidades privadas para assumir, erradamente, este papel.

Assistimos a um período marcado por uma acentuada elitização, privatização e mercantilização. A cultura é concebida como apenas mais uma área de actividade económica, centrada em torno do que se considera como indústrias culturais, em que a livre e independente criação é substituída pela resposta da monocultura dominante.

Os direitos de quem trabalha neste sector, especialmente dos jovens trabalhadores, são sucessivamente atacados. A cobertura da intermitência própria das artes do espectáculo, caracterizada pela curta duração dos projectos profissionais e pela sujeição a várias entidades patronais num curto período de tempo, a maioria dos trabalhadores deste sector é sujeita ilegalmente ao regime da prestação de serviços (falsos recibos verdes). Assim, a juntar à elevada taxa de desemprego que faz com que muitos jovens não possam trabalhar na sua área, deparamo-nos com uma generalizada precariedade.

Por outro lado, com o empobrecimento dos portugueses, cada vez se torna mais elitizada a fruição cultural para os jovens. Alguns espectáculos, com o IVA a 13% (subiu com o governo PSD/CDS) tornam um bilhete incomportável.

O sistema educativo, em todos seus graus, deve ser um pilar da política cultural, que contribua para a democratização do acesso, da criação e fruição. A realidade das políticas seguidas pelos sucessivos governos contrariam esta ideia, elitizam acesso e degradam a qualidade do Ensino para as artes e

a cultura, por exemplo não garantindo condições materiais e humanas, com escolas degradadas, falta de materiais, instrumentos e os custos dos mesmos (com um vergonhoso IVA a 23% que os equipara a bens de luxo). Os jovens que não conseguem aceder à reduzida rede de escolas públicas com oferta educativa ligada ao Ensino de áreas de expressão cultural e artísticas, são empurrados para escolas privadas, com preços inoportáveis ou para outras soluções que não correspondem às suas aspirações.

Muitos monumentos e museus têm preços inacessíveis à juventude e estão entregues a empresas privadas como forma de desresponsabilização do Estado, sendo de valorizar o avanço alcançado com a inscrição no OE para 2017 da medida de garantir o acesso gratuito ao domingo de manhã, por proposta do PCP.

A cultura comporta um potencial e valor insubstituíveis no que diz respeito ao desenvolvimento, libertação e emancipação individual, social e nacional. É necessária uma política de cultura complementada pela sua materialização num serviço público de cultura, com o Estado a assumir uma responsabilidade determinante, nomeadamente no financiamento, constituindo um garante de liberdade de criação artística e da sua fruição, garantindo igualdade de oportunidade e de acesso a todos os jovens.

2.18 Desporto e actividade física

A prática do desporto é uma componente essencial à formação do indivíduo e deve ser apoiada e estimulada pelo Estado. Em vez disso os últimos governos têm olhado para o desporto como uma fonte de despesa e por isso o investimento é o menor possível fazendo com que a sua prática seja muitas vezes deixada para quem tem possibilidades financeiras

A disciplina de Educação Física, essencial não só para a garantia de uma actividade sem custos, mas também para despertar o interesse pelo desporto, viu a sua carga horária reduzida, assim como a sua relevância na formação académica, nos anos da governação PSD/CDS tendo, no caso do Ensino Secundário, voltado a não contar para a média. Existem escolas sem pavilhão gimnodesportivo obrigando os estudantes a deslocarem-se para fora da escola para espaços onde possam praticar a sua actividade física.

Para além disso, o desporto escolar cujo objectivo é incentivar e proporcionar uma prática pré-federativa, foi sendo paulatinamente desmantelado: a indisponibilidade de horários e espaços físicos,

a insuficiência dos professores, a limitação a determinados desportos devido à falta de material. Assim, os estudantes vêem-se obrigados a procurar fora das escolas, acrescendo os gastos inerentes às suas despesas mensais.

Por outro lado, um pouco por todo o país, os clubes e associações desportivas, capazes de dar resposta às necessidades da população, deparam-se com gravíssimas dificuldades para manter a sua actividade, chegando mesmo a fechar face à crescente falta de apoios e ao aumento dos custos e burocracias, a par das dificuldades económicas dos agregados familiares e das dificuldades horárias dos praticantes.

Assim, ao desporto de alta competição apenas é dado acesso de facto a quem até aqui teve condições financeiras para suportar a sua prática. Assistimos à transformação do direito à prática desportiva num bem transacionável no mercado a que tem acesso quem para tal tem rendimentos. Além da exigência de resultados sem que haja investimento, quer em materiais e infra-estruturas, quer nos próprios atletas, há um descarado aproveitamento político dos resultados obtidos a nível internacional visando iludir a situação de atraso a que a política de direita conduziu o desporto nacional.

O pouco investimento que é feito beneficia algumas modalidades em detrimento de outras, não acompanhando a evolução verificada com o aparecimento de novas modalidades. A larga maioria dos apoios são remetidos ao futebol, podendo outras modalidades não ter qualquer tipo de apoio, tendo os seus atletas que financiar do seu bolso a sua participação em competições internacionais.

Verificamos ainda discriminações brutais no desporto feminino nas diversas modalidades e aos mais diversos níveis, demonstrando a visão redutora e retrógrada do que é e pode ser a intervenção da mulher no desporto nacional.

É necessária uma outra política para o desporto: pela sua capacidade mobilizadora dos cidadãos e da cidadania, e motor de participação popular; pelo seu papel estruturante de sociabilidade humana, de integração social, de formação de elevados valores e comportamentos éticos e cívicos; pela sua inestimável e possível função pedagógica; pelas suas potencialidades de resposta a terríveis flagelos das sociedades actuais, como a droga, a exclusão social, o racismo, a violência.

2.19 Liberdade e direitos democráticos

Desde 2014 continuou a ofensiva contra o regime democrático, prosseguida há décadas pela política de direita, tendo-se aprofundado medidas e acções tendentes à sua descaracterização com o governo PSD/CDS, em confronto com a Constituição da República Portuguesa (CRP). Em nome dos compromissos assumidos no Pacto de Agressão e do cumprimento dos critérios da União Europeia e da União Económica e Monetária, procurou justificar-se a suspensão da CRP, o desrespeito por direitos fundamentais e a imposição de um estado de excepção não declarado, apresentando o texto constitucional como causa dos problemas nacionais e um obstáculo às designadas «reformas estruturais», verdadeiros projectos de exploração, empobrecimento e declínio nacional. Deram-se passos na limitação do poder de decisão do povo português quanto ao seu destino, enfraquecendo a nossa soberania e a independência nacional, através da submissão e amarramento a constrangimentos externos por parte do anterior e actual governo.

Em várias dimensões da vida da juventude continuam e multiplicam-se ataques à liberdade e direitos democráticos com a repressão ilegal sobre o exercício de direitos políticos de liberdade de expressão, reunião, associação, manifestação, sindical ou de propaganda.

Disso são exemplo os casos que se multiplicam de tentativas de impedimento, detenções ilegais ou identificação sobre jovens que se exercem o seu direito de propaganda, seja na pintura de murais, colagens de cartazes ou distribuição de propaganda em escolas, locais de trabalho, locais de concentração juvenil ou nas ruas. Neste âmbito constituem alvo preferencial os jovens comunistas e a JCP que vêem a sua actividade condicionada por estes ataques. Importa sublinhar que tais ataques não diminuem nem abrandam a dinâmica da JCP, sendo relevante que sempre que enfrentou processos judiciais foi-lhe dada a razão.

Em várias áreas atacam-se e reprimem-se os jovens que se organizam e protestam para lutar pelos seus direitos. Nas escolas permanece a política de ataque à participação dos estudantes na determinação da política educativa nacional e da gestão das escolas nos seus vários espaços, cada vez menos democráticos, chegando mesmo a criar-se entraves à constituição e actividade das AAEE, impedindo os estudantes de comandarem autonomamente os seus processos eleitorais e obstaculizando a realização de Reuniões Gerais de Alunos. Em muitas empresas e locais de

trabalho a democracia não entra e cultiva-se o medo através da repressão, do assédio moral, perseguição e ameaça por parte do patronato. Ataca-se o direito à sindicalização, à realização de plenários, à entrada dos sindicatos nas empresas ou o direito à greve.

Deve salientar-se a preocupante «Lei dos *graffiti*», que sob o pretexto da necessidade de “cidades mais limpas” desta arte, visa condicionar a liberdade de propaganda política, sob a imposição de aprovação para a colagem de cartazes ou pintura de murais. Merece destaque neste âmbito a declaração de inconstitucionalidade por parte do Tribunal Constitucional do regulamento de propaganda da Câmara Municipal do Porto.

Pela intimidação pretende-se, sem sucesso, vergar quem age e luta. No entanto, estes exemplos só demonstram a justeza das lutas e das reivindicações da juventude, dos trabalhadores e do povo e determinam mais confiança para acções futuras. A liberdade e a democracia são aspectos que estão em todos os sectores da sociedade e são indissociáveis das opções políticas para cada um deles. O exercício dos direitos é a única garantia da sua defesa e conquista. A luta travada pela juventude e pelo povo português é um aspecto central da vida democrática do nosso país, não apenas pelos direitos em concreto que visam, mas sobretudo porque a participação política, assumida que expressão assumir, é o vértice central de qualquer sociedade para que ela se considere democrática.

2.20 A ofensiva ideológica

Para melhor conseguir atingir os seus objectivos de exploração e dominação, o imperialismo utiliza uma brutal ofensiva ideológica, tendo ao seu dispor meios colossais como os principais meios de comunicação social, o sistema educativo, a instrumentalização da arte e da ciência, entre outros referidos anteriormente. A juventude é alvo preferencial desta ofensiva, começando logo na infância. Assume particular impacto pela abrangência a rede mundial de multinacionais da comunicação, cuja propriedade está cada vez mais concentrada e centralizada em grandes oligopólios da «informação».

Nas sociedades capitalistas, no período em que o jovem forma a sua personalidade, o sistema procura incutir através dos conteúdos ensinados na escola, da publicidade, da televisão, dos livros, dos videojogos, dos filmes, de alguns ensinamentos religiosos, e de todas as formas possíveis, tais valores perversos, procurando que se associe o valor do ser humano às

suas posses, aos seus hábitos de consumo, à sua posição nas relações de produção. Veja-se que:

- Com a expansão da utilização das redes sociais informáticas, procura-se afastar os indivíduos da interação humana, tornando os seres humanos cada vez mais dependentes de tecnologias para o estabelecimento de relações afectivas e para a organização colectiva. Através de tudo isto, os jovens são doutrinados a pensar que a luta de classes é algo que já não existe e que a reivindicação e defesa dos seus direitos é algo que não lhes cabe;
- No nosso sistema de Ensino, promovem-se valores individualistas e de competição individual através da sua elitização, da avaliação da aprendizagem em momentos pontuais como os Exames Nacionais, dos “rankings de escolas”, do sistema de vagas no Ensino Superior e da *numerus clausus*. Tudo isto sob a falsa capa da “excelência” e do “rigor”. Ao mesmo tempo as escolas servem muitas vezes para veicular valores da ideologia dominante, reproduzir e perpetuar as desigualdades da sociedade, formatar a consciência social e política dos jovens, promover o conformismo e o pensamento acrítico, servindo ainda para a reescrita da história através dos conteúdos dos manuais escolares, como por exemplo o branqueamento o fascismo em Portugal;
- No mundo do trabalho e através das relações de produção e exploração procura-se diminuir a consciência de classe dos trabalhadores através inúmeras estratégias. Por exemplo procurando retirar a identidade operária, designam-se os trabalhadores como “colaboradores”, como se os interesses entre patronato e os trabalhadores não fossem antagónicos, promovendo a colaboração de classes, como se já não houvesse luta de classes, afirmando a organização sindical como um entrave ao desenvolvimento de cada “colaborador” e da produção;
- Promove-se a precariedade do trabalho como se fosse uma nova e exaltante forma de levar a vida, com a promoção de ideias como a da “flexigurança”, do “fim do emprego para a vida”, do suposto “regresso permanente à escola”, responsabilizando assim os trabalhadores pela sua formação profissional (e retirando essa responsabilidade às empresas), destruindo a estabilidade laboral no sentido de que cada um seja responsável pela sua protecção social em situações de desemprego, doença, gravidez e velhice;
- Promove-se conceitos como o “empreendedorismo”, fazendo crer que com apenas boas ideias, boa iniciativa pessoal e perseverança, é possível aos jovens terem vidas de sucesso empresarial. Fala-se de “meritocracia”, como se as condições económicas de cada um estivessem apenas dependentes do seu mérito pessoal, valorizando os ricos e censurando os pobres;
- Nesta ofensiva procura-se apagar da história as grandes lutas protagonizadas pela humanidade pela sua emancipação, como se o capitalismo sempre tivesse existido e sempre fosse existir, e não fosse uma fase na evolução da sociedade, com particular incidência para o apagamento das grandes vitórias alcançadas pelos trabalhadores e pelos povos no século XX, nomeadamente na construção de sociedades socialistas, que pela primeira vez abriram caminho a uma sociedade sem exploração. O apagamento de tais vitórias serve para justificar a ideologia da inevitabilidade do capitalismo e da exploração. Em cada país capitalista apaga-se também da história o papel do movimento operário, do movimento comunista, do movimento estudantil, da luta dos trabalhadores, dos povos e da juventude na conquista de direitos sociais, na resistência às ofensivas do capital, no derrube de ditaduras fascistas;
- Tenta-se ocultar a natureza do capitalismo e a alternativa de emancipação social que representam o ideal e projecto comunistas. Nos manuais e conteúdos escolares faz-se uma gigantesca campanha anti-comunista, através do revisionismo histórico, do branqueamento do fascismo e da fraudulenta e obscena equiparação entre fascismo e comunismo. Neste plano inserem-se as linhas ataque ao PCP e à JCP procurando silenciar, caricaturar, manipular ou distorcer sua actividade, mensagem e propostas; atacando o seu funcionamento democrático; a sistemática previsão do seu desaparecimento ou redução de dimensão e influência; as estratégias de desestabilização a partir do exterior ou a limitação da sua actividade e ingerência em assuntos internos de que são exemplos os entraves à propaganda ou a lei dos partidos e das suas contas. Para estes objectivos têm sido ferramentas fundamentais a comunicação social dominante, algumas forças e movimentos políticos ou a aprovação de leis por sucessivos governos;

- Desenvolve-se ainda a crítica à política, aos partidos e aos políticos, insistindo, ao mesmo tempo, na ideia de que «políticos e partidos são todos iguais», tentando justificar a impossibilidade de alternativa política, promovendo a teoria das “inevitabilidades”, da desistência e atitudes de afastamento e rejeição da participação cívica e política; escondendo a promiscuidade entre poder político e poder económico, procurando banalizar a corrupção, apresentando-a como fenómeno natural inerente à condição humana e à imutável ordem social, ao mesmo tempo que se instrumentaliza concepções reaccionárias e antidemocráticas;
- Procura-se reabilitar a social-democracia como suposta alternativa, apesar do seu compromisso cada vez mais evidente com o grande capital e com o imperialismo. Enaltecem-se sentimentos nacionalistas, populistas, racistas e xenófobos, procura-se encaminhar o justo descontentamento da juventude para tais sentimentos, ou para o conformismo, ou para falsas alternativas que não põem em causa o sistema capitalista;
- O sistema cria também válvulas de escape para o descontentamento e para as genuínas aspirações de transformação social sentidas pelos povos e pela juventude. Fá-lo enaltecendo a “função social das empresas”, a “responsabilidade de cada um para mudar o seu mundo”, restringindo as formas de intervenção na sociedade às opções individuais de consumo, à reciclagem, à caridade como solução para a pobreza visando apenas mitigar a miséria com vista a estancar a revolta. Tais mecanismos procuram desresponsabilizar os Estados pelo seu papel de garantia das condições de vida da população, produzir avultados lucros para as grandes multinacionais da caridade, escoar excedentes de produção e testar produtos nos países mais pobres, perpetuar a situação de pobreza e dependência da caridade. Também as lógicas caritativas têm sido promovidas de forma mais agressiva pelas grandes instituições do imperialismo, pela comunicação social dominante, pelo Ensino e por muitos dos sectores mais reaccionários da sociedade, com especial destaque para organizações ligadas ao alto clero;
- Outra válvula de escape do sistema é o grande ênfase dado a movimentos ditos inorgânicos, que segundo os grandes meios de comunicação social e as tendências académicas dominantes, estariam a substituir a luta organizada dos trabalhadores, do povo e da juventude, estas últimas consideradas “desactualizadas”, “esquemáticas”, “pouco atractivas” e “dominadas por partidos”. Muitos destes movimentos ditos inorgânicos tiveram apenas expressão de massas porque lhes foi dada uma visibilidade mediática incomparável com as parcas referências a outras manifestações, e apenas quando suportadas por esta “bolha” mediática tiveram sucesso, mas sem qualquer continuidade consequente. Quando tais movimentos interessaram ao capital para descredibilizar a luta organizada e consequente, foram suportados pelos grandes meios de comunicação; quando tais mobilizações deixaram de interessar ao capital (em alguns casos porque representaram genuínas expressões de descontentamento e de luta de massas que poderiam pôr em causa o sistema), simplesmente deixaram de ter visibilidade e não tiveram adesão, servindo até para a comunicação social concluir cinicamente que o descontentamento estava a esmorecer;
- Regista-se também um grande enfoque mediático em situações de violência que se desencadeiam em acções chamadas “inorgânicas” e não só, promovidas por grupos inexpressivos mais identificados com a violência inconsequente do que com a luta dos povos, muitas vezes contando com agentes infiltrados para justificar essas situações e assim ocupar espaço mediático;
- Na tentativa de condicionamento do movimento juvenil, o grande capital e os governos ao seu serviço criam fóruns internacionais e regionais que pela sua composição, funcionamento e conteúdo não são mais do que uma forma de legitimação das políticas capitalistas. Exemplo disto são linhas levadas a cabo pela UE – de que é exemplo mais significativo o Fórum Europeu de Juventude –, que têm expressão no nosso país;
- Com o agudizar da crise e a intervenção externa em vários países pela UE, FMI e BCE, procurou-se projectar a ideia que os povos dos países do sul da Europa são os culpados pela crise que o capitalismo atravessa, argumentando que estes são preguiçosos e laxistas. A sigla “PIGS” para agrupar Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha é mais do que uma simples coincidência linguística, antes traduz a procura de dividir os povos da Europa, atacando assim os direitos não apenas de uns ou outros, mas de todos;
- O imperialismo utiliza múltiplos recursos e meios colossais, aplicando em cada país os mais ardilosos

planos para impor a sua dominação, adaptando-se aos diferentes contextos. Todas estas ofensivas demonstram também que o imperialismo está ciente do grande poder transformador da luta dos trabalhadores e dos povos, das grandes potencialidades revolucionárias da juventude, e por isso precisa de recorrer à ofensiva ideológica. Com o desenvolvimento da luta, com o alcance de vitórias das mais pequenas às maiores, com a alteração da correlação de forças em cada país e a nível mundial, com o estreitamento da base de apoio do capitalismo, com a consciencialização dos trabalhadores, do povo e da juventude, estaremos a contribuir para contrariar a ofensiva ideológica.

2.21 Conquistar o presente, construir o futuro – A alternativa necessária!

A juventude precisa de uma resposta concreta e urgente aos seus anseios. Tal resposta só pode ser dada com a mobilização dos jovens em torno dos seus problemas – confirmando assim a extrema importância do papel da JCP no seio da juventude – e com a perpetuação dos ideais e conquistas de Abril espelhados numa política patriótica e de esquerda que garanta um futuro a todos.

Para se acabar com a alternância da política de direita é necessário intensificar a luta da juventude lado-a-lado com os trabalhadores e o povo, pois foi assim que alcançámos vitórias no passado. Cabe à JCP o papel de Organização Revolucionária da Juventude e como tal vincar a suas posições perante o que vai contra os interesses dos jovens com medidas urgentes para o desenvolvimento nacional:

- Recusar os constrangimentos tanto externos como internos a nível político, económico e financeiro;
- Renegociar todos os montantes da dívida pública (legítima) nos seus juros prazos e montantes de modo a recusar a política de saque para com os trabalhadores e o povo;
- Nacionalizar os sectores estratégicos do Estado de modo a garantir os serviços públicos e a função social que o Estado deve ter com estes;
- Ir contra a estratégia europeia e apostar nos sectores primários e secundários de modo a ter a matéria e a transformação desta e tornar o nosso país independente de terceiros e da sazonalidade da prestação de serviços terciários;

- Taxar as grandes fortunas e os grandes grupos económicos;
- Aumentar o Salário Mínimo Nacional de modo a dar dignidade de vida aos trabalhadores e estimular a economia;
- Cumprir com a Constituição da República Portuguesa e impedir revisões que a desvirtuem e dêem espaço a diversas interpretações;
- Garantir uma Educação realmente Pública Gratuita Democrática e de Qualidade sem barreiras económicas ou sociais.
- Reforçar a ASE de modo a suprir as condicionantes sócio-económicas e promover o sucesso escolar;
- Defender o Ensino Profissional de modo a evitar a triagem social canalizada para este tipo de Ensino e a formação de mão-de-obra barata para o mercado de trabalho;
- Aumentar o investimento Público do Estado atendendo à mão-de-obra nacional de modo a valorizá-la e impedir o desemprego;
- Combater a precariedade por um trabalho com direitos e direito ao trabalho com vínculo contratual efectivo;
- Efetivar a contratação colectiva;
- Garantir um SNS realmente público, gratuito e de qualidade que seja eficaz e vá ao encontro das necessidades do povo;
- Garantir o direito à habitação para os jovens, com casa digna e custo acessíveis;
- Desenvolver uma política cultural e desportiva que garanta os necessários meios ao movimento juvenil e aos jovens portugueses para acesso, fruição e produção cultural e desportiva;
- Garantir o acesso à mobilidade em todo o território nacional suprimindo as lacunas que existem e praticando preços justos;
- Combater as assimetrias regionais, alterando a disposição da concentração populacional, criando emprego e revitalizando serviços públicos;
- Seguir uma política ambiental que preserve os ecossistemas, algo que apenas um controlo público pode garantir;

- Salvar os apoios necessários aos emigrantes e jovens luso-descendentes, permitindo-lhes contacto com o país, formas de organização própria e, sempre que o desejem, o regresso a Portugal;
- Acabar com os impedimentos de diversa natureza à actividade associativa e política, promovendo a participação juvenil através de todas as expressões;
- Lutar pela dissolução da NATO.

AJCP e o PCP apresentam assim uma alternativa clara ao presente sistema que actualmente vigora, com a consciência dos problemas estruturais resultantes deste, e que tem como causa os sucessivos anos de políticas de direita. Esta visão que a JCP garante, é a visão da conquista do futuro conquistando o presente, lado a lado com as várias camadas da sociedade, na luta organizada por uma democracia avançada. É a visão da ruptura aliada aos ideais de Abril, que se deve edificar.

3. NAS NOSSAS MÃOS OS DESTINOS DAS NOSSAS VIDAS, É PELA LUTA QUE LÁ VAMOS!

3.1. Movimento juvenil

A juventude, com características e composição heterogénea e em constante mutação, com criatividade, alegria e confiança e incorporando valores de solidariedade, entrega, capacidade de organização e participação, luta pela resolução dos seus problemas concretos e pela concretização dos seus sonhos e aspirações. Esta organiza-se, naturalmente, em torno dos seus direitos, aspirações e interesses. Ciente do potencial revolucionário da juventude, o capital não olha a meios para a tentar refrear e desviar da sua luta consequente, seja pelo fomento de falsas soluções, ou pelo desvirtuar dos seus sentimentos ou pela instrumentalização do movimento juvenil.

A participação juvenil é heterogénea e assume, por vezes, formas contrárias às necessidades progressistas do desenvolvimento social. A larga presença de jovens em iniciativas assistencialistas e em programas de voluntariado, em diversas acções de luta, nomeadamente, em defesa dos direitos dos animais, em torno das questões do ambiente, é expressão da disponibilidade da juventude para se organizar e intervir, ainda que, por vezes, não se traduzam em avanços na consagração dos seus direitos e anseios.

Os jovens têm-se mobilizado em torno dos mais variados interesses, gostos, anseios e direitos, fazendo da juventude uma importante força social com capacidade de luta, participação e acção política e potencial transformador. É através da sua força e capacidade de se organização e luta consequente que a juventude resiste às políticas de direita, alcança novos e importantes direitos e faz recuar vários ataques a conquistas históricas do povo português. Nos últimos três anos a juventude dinamizou inúmeras e diversificadas lutas, marcando também presença na linha da frente em numerosas lutas de várias camadas e sectores. Desta forma, a juventude assumiu um papel determinante na derrota do Governo PSD/CDS-PP.

Nos últimos três anos, várias dezenas de milhares de estudantes organizaram-se e lutaram nas suas

escolas e nas ruas, reivindicando e defendendo a escola de Abril - pública, gratuita, de qualidade e democrática para todos. Pelo direito a estudar, contra o abandono escolar; pela gratuidade, contra os elevados custos de frequência; por mais e melhor acção social escolar; por mais condições materiais e humanas nas escolas, contra os cortes no financiamento; contra a desresponsabilização do Estado e os vários caminhos encetados de privatização da educação; pela democracia nas escolas, exigindo a participação dos estudantes na gestão das escolas e a autonomia do movimento associativo estudantil.

País fora, nas empresas e locais de trabalho e nas ruas, os jovens trabalhadores lutaram pelo direito ao trabalho com direitos, contra a exploração e o desemprego, pela estabilidade e contra a precariedade no trabalho, pelo aumento salarial, contra a emigração forçada e pelo direito a ser feliz no seu país. Destaca-se o papel da juventude no movimento sindical unitário de classe e nas várias acções de luta organizadas pela CGTP-IN, destacando-se as manifestações e acções contra a precariedade, onde a Interjovem/CGTP-IN teve um papel fundamental. É de destacar a luta sob o lema «Juventude em Marcha – Trabalho com Direitos! Contra a precariedade e a exploração!», que durante uma semana teve acções em locais de trabalho de várias regiões do país e que culminou no dia 28 Março, em Lisboa, numa grande manifestação nacional.

Desde o último Congresso, as comemorações e manifestações do 1.º de Maio e do 25 de Abril contaram com a participação de milhares de jovens portugueses, destacando-se a participação de largas centenas de jovens trabalhadores.

O movimento juvenil é composto por várias expressões e formas de organização da juventude. Reflexo da sua capacidade, entrega e criatividade é o desenvolvimento de associações juvenis, que crescem a partir da necessidade dos jovens se organizarem, participarem e intervirem em torno de diferentes interesses, gostos e vontades. Por todo o país, a juventude organiza-se também em associações, colectividades ou em grupos informais, onde desenvolvem iniciativas em torno das mais diversas áreas da cultura, do desporto e de lazer, entre muitas outras, num património rico intimamente ligado à realidade do nosso país.

O movimento juvenil português tem encontrado diversas formas de se organizar e lutar para dar resposta às suas aspirações e interesses, organizando-se nos meios onde actua, constituindo um amplo universo de realidades que importa conhecer, influenciar e organizar.

3.1.1 Movimento estudantil do Ensino Básico e Secundário

O movimento estudantil do ensino básico e secundário assume uma expressão diversificada e muito significativa nas escolas. Dos grupos de teatro ao desporto escolar, passando pelas rádios, jornais e outros tipos de clubes, pelas comissões de festas e finalistas, grupos informais, listas e associações, os estudantes organizam-se de forma muito rica em torno dos seus interesses e das suas aspirações. A variedade e peso destas formas de organização é em si um contributo decisivo para o desenvolvimento de um espírito de interesse, participação, discussão e aprendizagem de trabalho colectivo que precisa de ser valorizada e promovida, sendo por si só muitas vezes uma forma de resistir às limitações à participação e às opções políticas que visam desmobilizar os estudantes.

Muitas destas formas de participação viram-se diminuídas, a partir das crescentes dificuldades de participação dos estudantes. As tentativas de silenciamento do Movimento Juvenil a par das dificuldades económicas, ataque à escola pública e ofensiva ideológica representam os principais entraves à participação dos estudantes.

As dificuldades sócio-económicas criam ou agravam obstáculos à participação, cada vez mais estudantes necessitam de trabalhar para suportar os custos dos estudos e ajudar a fazer face aos encargos familiares.

Também a degradação da qualidade e condições do ensino contribui para este fenómeno uma vez que os estudantes se vêem obrigados a ocupar o seu tempo com explicações, que são um acréscimo de despesas económicas e de tempo que, sendo complementares revelam a insuficiência das aulas que, entre outros motivos, tem na sua origem o aumento do número de alunos por turma. A diminuição do número de professores e do financiamento, conducente à redução significativa das actividades extracurriculares, agrava ainda mais esta situação.

A par disto, o cultivo do medo, a repressão e a ofensiva ideológica, dentro e fora das escolas, visam paralisar a acção dos estudantes. Nas figuras dos directores e forças policiais, instrumentalizados para intimidar, os estudantes encontram os principais entraves à sua organização – desde a proibição da realização de RGA's e de afixação e distribuição de propaganda política ao impedimento de acções de luta, são inúmeras as formas nas quais estes se traduzem. Toda esta acção é concertada em volta de um Estatuto do

Aluno e dos regulamentos das escolas que, ao invés de servirem e defenderem os estudantes e as suas liberdades democráticas, funcionam como um código penal profundamente anti-democrático.

3.1.1.1 Caracterização do movimento associativo

A tentativa de desvirtuação do papel reivindicativo das AAEE, relegadas a meras comissões de finalistas, reflecte, simultaneamente, as opções da política de direita e os interesses privados em lucrar com os estudantes. A participação de empresas privadas nas campanhas conduz ao privilegiar da promoção de viagens e bailes de finalistas em detrimento da representação dos estudantes, a qual deveria ser o seu papel essencial, assim como muitas campanhas são na prática festas onde a oferta de brindes é o garante das votações ao invés dos programas das listas. É assim que, juntos, governos, empresas e jovens comprometidos com a política de direita, cujo principal objectivo é destruir a luta organizada dos estudantes, garantem o afastamento dos estudantes da participação democrática na gestão das escolas.

É de referir, também, a ingerência das direcções das escolas no funcionamento das AAEE, realidade presente desde os processos eleitorais. Para além de condicionados em tempo e formato, os estudantes vêem, muito de acordo com o estipulado no Estatuto do Aluno e dos regulamentos que lhe sucedem, limitada a sua participação quando confrontados com processos disciplinares, alguns desencadeados pela resistência a estas ingerências.

São também recorrentes as formas de usar delegados e sub delegados de turma para subverter o papel do MAE, o seu funcionamento e representação dos estudantes.

Também no Conselho Geral, órgão de direcção da escola, os estudantes vêem a sua participação muito limitada – estes são dos que têm a menor representação neste órgão e a quem, conseqüentemente, menos voz é dada na tomada de decisões relativamente às diferentes questões da escola.

Assim, e com vista a combater a repressão e o medo incutido nos estudantes, revelam-se da maior importância a informação e a consciencialização dos mesmos para que, dotados das ferramentas necessárias, estes possam travar e intensificar a sua luta pela defesa do movimento associativo democrático, de massas e reivindicativo. Defender

as suas características, a autonomia dos processos eleitorais e do seu funcionamento, ligado aos estudantes e à sua participação, com uma intervenção política e reivindicativa é uma batalha prioritária na em defesa dos direitos dos estudantes, da participação democrática e na defesa da Escola e valores de Abril.

3.1.1.2 Resistência e luta

Apesar da acutilante ofensiva ideológica e aos direitos, a resistência e luta dos estudantes desde o último Congresso manteve-se e em alguns casos intensificou-se, sendo de valorizar a multiplicação das acções escola à escola, onde os estudantes assumem de forma corajosa a luta a partir e junto à sua própria escola sem desarmar, sendo mais significativas pelo quadro em que se desenvolvem.

Também neste sentido a realização de Reuniões Gerais de Alunos multiplicou-se de forma positiva, onde o contributo dos jovens comunistas foi como sempre inestimável, tendo sido uma batalha de toda a organização e obtendo importantes vitórias inestimáveis para a luta e para a conquista de democracia nas escolas. Os direitos defendem-se exercendo-os e destacam-se várias destas batalhas, como na Escola Secundária Alves Redol, em Vila Franca de Xira, onde os estudantes apesar das proibições de realização da RGA, a partir da direcção mais também da entrada de forças policiais na escola, resistiram e continuaram a reunião, realizando outras e saindo vitoriosos na sua batalha. Revela-se, portanto, mais importante ainda a realização de RGA's, reuniões nas quais os estudantes criam, juntos, um importante espaço de discussão, um espaço no qual o exercício dos seus direitos é, em si, uma defesa da democracia.

Ainda de salientar os dias de acções convergentes que em cada período no ano lectivo, ainda que com principal destaque para as acções que assinalam o 24 de Março, Dia do Estudante, uniram milhares de estudantes ao longo dos anos em muitas escolas de norte a sul do país às ilhas. Neste sentido os estudantes dinamizaram centenas de acções por melhores condições materiais e humanas, pelo direito ao passe escolar e aos transportes, contra os exames nacionais e pela valorização da avaliação contínua, pela defesa da escola pública, gratuita e de qualidade, contra as pressões e atropelos ao movimento associativo estudantil e a luta estudantil.

O refluxo que o movimento associativo estudantil do básico e secundário tem sofrido nos últimos anos é

reflexo do investimento dos sucessivos governos da política de direita e dos seus executores, que incentivam a sua instrumentalização e descaracterização, mas não significa o seu fim, antes pelo contrário, significa uma intensificação da necessidade dos estudantes se organizarem, em unidade, por objectivos justos e concretos, para assim melhor defenderem o movimento associativo e o grande património que a luta dos estudantes nos deixou. Para que a sua força possa aumentar, é imperativo que aumente, entre si, o conhecimento dos seus direitos. De facto, só conscientes daquela que é a Escola de Abril, veiculada na Constituição, os estudantes serão capazes de, ao olhar para as suas escolas, reconhecer os seus problemas como um ataque aos seus direitos. Só conscientes das suas liberdades e direitos democráticos os estudantes, seguros e confiantes, engrossam o caudal da luta, as suas vitórias e a sua unidade contribuindo mais para a construção de uma alternativa.

3.1.2 Movimento estudantil do Ensino Superior

O Movimento Estudantil do Ensino Superior é uma importante força do movimento juvenil com uma forte expressão de massas, apesar das imensas barreiras que impedem o acesso e a frequência dos jovens ao Ensino Superior. Compreender o movimento estudantil não se resume à caracterização das Associações de Estudantes. A realidade do movimento estudantil é de uma grande diversidade, onde centenas de milhares de estudantes se envolvem em diversas formas de participação e associação no mundo académico. Esta realidade assume particular importância pois representa uma forma de resistência às barreiras económicas e valores que têm também enraizamento nas e a partir das Instituições de Ensino Superior (IES), potenciando a autonomia de organização, a fruição e criação cultural, a aprendizagem do trabalho colectivo, e valorizando a criação de condições por parte dos próprios estudantes para a participação política e para a formação integral do indivíduo. Formas que em torno dos interesses dos estudantes assumem características formais a informais podendo possuir uma orientação cultural, informativa, desportiva, recreativa, entre outras. Na maioria das IES uma das formas de organização mais massificada é a partir da tradição académica, nomeadamente a praxe, as Tunas, assim como a participação nos cortejos, semanas académicas ou comissões de curso e festas.

Entre os entraves à participação dos estudantes na vida académica, destacam-se os de raiz sócio-económica, que limitam o tempo disponível para o envolvimento na vida escolar e académica, assim como a aumento de estudantes que se vêm obrigados trabalhar para fazer face aos elevados custos de frequência ao Ensino Superior, seja nos serviços das Instituições, em troca de senhas de refeição e descontos nas propinas, sem contrato ou direitos, assim como muitos em serviços e comércio do sector privado, sem contrato para não perderem a bolsa de estudo. Esta situação para além de demonstrar as dificuldades e injustiça a que muitos estudantes estão sujeitos é um entrave objectivo de tempo e disponibilidade para a participação destes estudantes.

Ainda o processo de Bolonha implicou um aumento da carga horária, ajudou a generalizar um regime de faltas rígido e ainda um grande aumento do tempo para estudo e trabalho escolar. Também a ofensiva ideológica a que os estudantes estão sujeitos com iniciativas de promoção do empreendedorismo (feiras, debates, gabinetes de AAEE) como solução para os problemas do desemprego juvenil e, ainda, iniciativas assistencialistas em torno de campanhas de caridade (sorteios de pagamento de propinas, praxes solidárias, etc), que sendo promovidas pela política de direita são hoje usadas como objectivo de organização de alguns estudantes. O objectivo desta linha ideológica, além de escamotear as causas dos problemas, promover os interesses do capital, é de atrasar ou limitar a tomada de consciência política e social dos estudantes.

3.1.2.1 Caracterização e papel do movimento associativo

Os grupos de teatro, os núcleos de curso ou departamento, as tunas, as rádios, as equipas desportivas e muito mais. Estes podem ter um papel mais ligado às Associações de Estudantes, sendo por isso mais formais, transformando-se em núcleos ou secções da mesma, beneficiando de apoios e de representação de um número mais alargado de estudantes, potenciando até que sejam grupos mais participativos na vida democrática da escola. No entanto, muitas vezes por insuficiência do Estado no cumprimento das suas funções de fomentar o associativismo, o desporto, a cultura, verifica-se a uma fragilidade na sustentação destas estruturas formais, obrigando os estudantes a procurarem organizar-se pelos seus próprios meios.

Assim, não esquecemos o importante papel que as formas de organização independentes das Associações de Estudantes ou das Associações Académicas desempenham na organização dos estudantes em torno dos seus interesses específicos, muitas vezes sem apoio financeiro ou logístico das mesmas, o que dificulta a sua actividade e que se reveste de um enorme valor.

Um dos principais e mais importantes motores de organização dos estudantes, podendo também partir ou relacionar-se com as formas de participação e ligação à vida da escola nomeadas anteriormente, é a movimentação em torno das suas lutas. Os grupos ou movimentos informais, não estruturados e dinâmicos, que se organizam em torno das suas reivindicações e aspirações têm cumprido um papel fundamental nas acções de luta, seja por insuficiências, opção ou boicote de algumas AAEE, por vezes por influência do ambiente político de incentivo ao conformismo.

No âmbito do processo de reconfiguração e descaracterização do MAE agrava-se a instrumentalização de associações por parte dos partidos da política de direita, tendo havido processos de extinção de várias AAEE com vista à substituição das mesmas por estruturas federativas, o que vem corresponder sobretudo ao investimento da direita para afastar os estudantes da sua participação e representação directa. Isto corresponde à centralização da direcção e de decisões em estruturas de cúpula, académicas e federativas, do qual o Encontro Nacional de Associações Académicas (ENA) é exemplo, sendo um espaço fechado e antidemocrático, excluindo as AAEE.

Estas estruturas de cúpula têm preconizado um concertado e intenso boicote à luta, para além de na maioria dos casos a instrumentalização e partidarização promover a defesa da política de direita seguida pelos sucessivos governos. Nesta acção impera o desrespeito pelo seu carácter unitário e reivindicativo das AAEE, correspondendo a uma correlação de forças negativa para o desenvolvimento da luta e para o relacionamento, respeito e acção convergente das associações, como no caso do Encontro Nacional de Direcções Associativas (ENDA) que sendo um importante espaço de reflexão e discussão tem vindo a ser pervertido, sendo necessário que cada vez mais este espaço garanta uma abrangente participação do MAE e tradução da realidade das escolas e problemas dos estudantes.

Neste quadro ganham particular valor os projectos, listas, movimentos e AAEE, que lutam diariamente pela participação dos estudantes, em vários momentos como as RGA's e Assembleias, pela discussão abrangente e verdadeira sobre a realidade do ES, e trabalham para a construção de acções e soluções para que o desenvolvimento da luta eleve não só a consciência política e social dos estudantes, mas estabeleça a unidade em defesa dos seus direitos e de um Ensino Superior Público ao serviço do país.

3.1.2.2 Resistência e luta

A resistência e luta estudantil parte de objectivos de luta que se materializam num conjunto diverso de acções que têm significado a partir da tomada de posição dos estudantes face à retirada de direitos e face à destruição do Ensino Superior Público.

São de grande expressão não só as lutas concretas como também as manifestações e concentrações mais gerais que, sendo ou não iniciativa do movimento associativo, tomam lugar de Norte a Sul do país. Estes momentos de luta multiplicam-se em numerosas acções que a partir turmas, cursos, núcleos, passando por reuniões informais de grupos de estudantes e por Reuniões ou Assembleias Gerais de Alunos, foram ao encontro das reivindicações dos estudantes pelos seus direitos e à procura de resolução dos seus problemas.

Desde o último congresso o caudal das lutas convergentes assumiu acções centralizadas em Lisboa ou descentralizadas por vários pontos do país, permitindo que em casa semestre se elevasse o patamar para acções convergentes, tendo particular significado as acções que assinalam a luta histórica do 24 de Março, dia do estudante. Estas acções desenvolveram-se contra as propinas e o aumento dos custos do ensino; por mais e melhor Acção Social Escolar, contra as fundações de direito privado e fusões; contra o processo de privatização de escolas e serviços; contra os ataques à democracia nas escolas, opções de política educativa que têm no Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior e no Processo de Bolonha suporte. Num quadro complexo e desfavorável ao sector e aos interesses que o cercam, foi possível continuar a obter vitórias, ainda que em alguns casos sejam parciais e insuficientes, como o congelamento do tecto da propina, a reposição do passe sub_23, ou a manutenção do preço antigo das senhas da cantina na compra do pack na Universidade do Minho.

A diversidade de objectivos e acções demonstrou que devem encontrar-se, de acordo com o sentimento dos estudantes, formas de luta que dêem resposta à sua situação, deste modo aconteceram acções quer a nível regional como a nível nacional, por questões mais concretas ou gerais, mas com uma ampla convergência nos objectivos de fundo. Estas importantes acções significam que o trabalho desenvolvido tem sido no sentido da elevação da consciência política e social dos estudantes que deve continuar através do trabalho de discussão política nas escolas e de agitação, que permita que todos tenham instrumentos para se mobilizarem e lutarem pelo Ensino Superior a que têm direito.

3.1.3 Movimento dos estudantes do Ensino Profissional

O Movimento dos Estudantes do Ensino Profissional tem características muito diversas e dispersas. A falta de uma rede pública de escolas profissionais determina que tanto geograficamente como na forma e qualidade do ensino as realidades divergem muito, sendo um elemento que causa obstáculos à organização e um conhecimento amplo e completo das condições dos estudantes e do seu movimento. A realidade hoje demonstra que a grande maioria das escolas profissionais não têm associação de estudantes, e os estudantes encontram vários obstáculos em dinamizar formas de organização seja de vertente cultural, desportiva, recreativas ou política.

As duras condições de vida e estudo dos estudantes, aliadas ao interesse político e económico de evitar a organização destes nas suas escolas, resultam, de forma frequente, na ingerência e proibição de eleições e de formação de AAEE nas escolas profissionais. As Reuniões Gerais de Alunos, a participação dos estudantes nos órgãos de gestão, a eleição de delegados de turmas são processos ainda mais complexos nas escolas profissionais, enfraquecendo as condições para a resistência e reivindicação dos estudantes.

Um estudante do Ensino Profissional está sujeito a grandes obstáculos à sua participação, pela brutalidade do horário e dos estágios – cujas horas são indispensáveis à conclusão do curso. Na maioria dos casos uma falta mesmo que justificada não só invalida o pagamento do subsídio nesse dia, como obriga a horas de compensação ou pode ainda levar a reprovação ao módulo, o que implica um custo. Quando um professor falta a reposição é normalmente

imposta num horário sem consultar o estudante, sendo negado de várias formas o respeito pelo direito a um horário que contemple verdadeiramente tempo livre e que possa ser gerido de forma equilibrada com a sua vida pessoal, familiar ou outras actividades que deseje desenvolver.

São ainda vários os casos em que no Ensino Profissional sem grandes opções de oferta curricular ou regulação sobre as mesmas os estudantes estão confrontados com escolas e cursos em que têm de pagar propinas, ou cujos custos de materiais são unicamente da responsabilidade deles. Sendo a implicação de custos um factor de limitação à sua participação.

Assim sendo, um estudante do Ensino Profissional manifesta muitas vezes sentir-se explorado, injustiçado mas impotente, sendo estes sentimentos não só uma consequência política mas um objectivo que procura a desmobilização e resignação face à sua condição.

3.1.3.1 Resistência e luta

É necessário garantir as condições e instrumentos aos estudantes para que possam organizar-se e lutar, assim como devolver a confiança na luta e na força da sua unidade e das suas justas reivindicações. O esclarecimento e a acção, dando maior poder a estes estudantes para que possam ter uma palavra a dizer sobre a sua vida e a escola é fundamental para dinamizar, desenvolver e multiplicar a luta dos estudantes e, abrir caminho à defesa do Ensino Profissional público, ligado ao país, assegurando à dignificação das suas condições.

Em 2015 os estudantes da CENATEX em Guimarães lutaram contra o sucessivo atraso no pagamento dos subsídios, com acções à porta da escola resolvendo o seu problema, na EPRAL recolheram um abaixo assinado pelo direito a férias, na Academia Contemporânea do Espectáculo do Porto, os estudantes do IDS em Lisboa, nas escolas profissionais de Moura e em outras escolas pelo país juntaram-se com as suas reivindicações à luta dos estudantes do Ensino Básico e Secundário.

3.1.4 Movimento dos jovens trabalhadores

Desde o 10.º Congresso a luta dos trabalhadores desenvolveu-se com uma coragem e valor insubstituível em defesa do direito ao trabalho e ao trabalho com direitos, contra a precariedade e os baixos salários,

contra a política de direita, num quadro muito exigente e de uma grande ofensiva sobre os trabalhadores, de permanente saque de direitos e rendimentos a quem trabalha e favorecimento do grande capital e dos grupos económicos.

Lutas realizadas sob duras condições de chantagem, medo, boicote, pressões e elevada precariedade, de que são exemplo as tentativas por parte do patronato que visam a não sindicalização nos sindicatos de classe e a não participação de trabalhadores em plenários, concentrações, greves ou outras formas de organização e luta dos trabalhadores, de que são exemplo as tentativas de coacção e repressão a trabalhadores que marcam em plenário acções de luta, ou as represálias a quem as fez; as pressões para que os trabalhadores não se sindicalizem no seu sindicato de classe, por vezes procurando obrigar trabalhadores a assinar papéis em como não se encontra sindicalizado no momento da assinatura do contrato de trabalho; as tentativas de atingir a dignidade de quem trabalha, oferecendo aumentos salariais de cêntimos, impedindo ou controlando o tempo das idas à casa-de-banho e para comer ou a realização de pequenas pausas.

São muitas as formas que o patronato encontra para tentar dividir os trabalhadores para melhor reinar, e socorrendo-se, não poucas vezes, no divisionismo sindical e no apoio e fomento de movimentos e organizações com interesses estranhos aos trabalhadores que têm como principal objectivo diluir a força unitária dos trabalhadores.

A juventude trabalhadora, e os trabalhadores em geral, têm contrariado estas tendências. Prova disso é a crescente intensificação da luta nos locais de trabalho e nas empresas, bem como a denúncia destas situações.

Será com a organização, participação e intervenção dos trabalhadores, e em especial dos jovens trabalhadores, nas empresas e nos locais de trabalho, que se derrotarão todas as tentativas de enfraquecer a luta dos trabalhadores, que se avançará na defesa da contratação colectiva, no combate à precariedade, na redução e regulação dos horários de trabalho, no aumento dos salários, na derrota da política de direita e na afirmação de uma política alternativa, que sirva os interesses do povo, dos trabalhadores e do País.

3.1.4.1 Movimento Sindical Unitário

As acções desenvolvidas pelos sindicatos da CGTP-IN e pela Interjovem assumiram e assumem um papel cada vez mais preponderante no esclarecimento, mobilização e unidade dos trabalhadores, permitindo reforçar os sindicatos de classe e o caudal de luta contra as políticas de exploração e empobrecimento.

A Interjovem funciona na base dos sindicatos da CGTP-IN e nas comissões de jovens, grupos de trabalho para a juventude ou outras formas de organização da juventude trabalhadora. Estas formas de organização assumem, deste modo, um papel insubstituível na definição de orientações de trabalho específicas para a juventude e na formação de novos quadros sindicais, envolvendo-os na acção geral dos sindicatos, elegendo mais delegados e dirigentes sindicais, garantindo o rejuvenescimento e o futuro do Movimento Sindical Unitário, de classe e de massas. No sentido do reforço desse relevante trabalho político junto da juventude trabalhadora destaca-se a realização da 8.ª Conferência em 2016.

As Comissões Sindicais e as comissões para a Segurança e Saúde no Trabalho assumem também uma importância e uma potencialidade de notar, estando localizadas nas empresas e nos locais de trabalho, estas Organizações Representativas dos Trabalhadores são a base de organização dos trabalhadores dentro das empresas e estão em melhores condições de organizar os trabalhadores para dinamizar pela acção reivindicativa a luta concreta por objectivos comuns.

Desde o último Congresso prosseguiu também o divisionismo sindical, com a comprovação do papel da UGT como instrumento do Grande Capital, bem como o surgimento de outras organizações “sindicais”, espécie de extensões de “movimentos sociais”, pretensamente inovadoras e modernas, que procuram destruir a unidade dos trabalhadores e o Movimento Sindical Unitário.

Neste quadro complexo, é de registar positivamente a sindicalização de mais de 16 mil jovens trabalhadores até ao congresso da CGTP-IN, contrariando todas as teses de que a juventude não se organiza e luta, num período de grande ofensiva sobre os trabalhadores e contra todas as teorias e “inevitabilidades”. Contra todas as tentativas de divisionismo, o Movimento Sindical Unitário fortaleceu-se, rejuvenesceu e deu um contributo decisivo para a mobilização dos trabalhadores contra as políticas de empobrecimento.

Uma tarefa inacabada e que é necessário prosseguir, sindicalizando mais jovens e envolvendo-os na vida dos sindicatos, dinamizando e fortalecendo ainda mais as lutas por uma política que dê resposta aos problemas e anseios dos trabalhadores, uma política alternativa.

3.1.4.2 Resistência e luta

Os jovens trabalhadores tiveram, desde o último Congresso, um papel de destaque em lutas concretas em empresas e locais de trabalho com exigências concretas de que são exemplo a acção “Juventude em Marcha”, convocada pela Interjovem em Março de 2015, e que percorreu o País, com a participação de centenas de jovens de dezenas de empresas por todo o País, ou as lutas dos trabalhadores da Acciona e da Lisnave que resultaram em aumentos salariais, em aumentos do valor do trabalho extraordinário e do subsídio de refeição, entre outros, no mesmo período em que o Governo PSD-CDS afirmava não ser possível aumentar os rendimentos de quem produz.

São ainda exemplos as persistentes lutas dos trabalhadores da Funfrap, em Aveiro, da Bosch em Braga, da FNAC, do Minipreço, da SONAE na Azambuja, da Visteon em Palmela, da SAKHTI na Maia, entre muitas outras empresas que mostram que, com a luta, os trabalhadores podem passar aos quadros da empresa e deixar de ter contratos precários, contrariando todas as teses de que os trabalhadores, em especial os jovens, preferem ter mais “flexibilidade” no local de trabalho e um menor compromisso entre empresa/trabalhador, ou ainda a tese de que não há alternativa à precariedade e à instabilidade.

Também assim morre a tese de uma nova classe de trabalhadores, o chamado “preariado”, composta pelos trabalhadores com vínculos precários. Uma tese que não serve os trabalhadores e que representa um elemento de fractura e de quebra da unidade de todos os trabalhadores. A precariedade é um flagelo que afecta todos os trabalhadores, tenham ou não vínculos precários.

Todas estas acções contribuíram para a convergência em acções de massas, de que são exemplo as manifestações do Dia da Juventude, do 25 de Abril e do 1.º de Maio, o dia nacional de indignação, acção e luta, a 13 de Junho de 2014, as concentrações por todo o País a 7 de Março de 2015, ano em que se desenvolveram também intensas lutas sectoriais, nomeadamente da Administração pública, e, em

Maio e Setembro de 2016, as semanas nacionais de esclarecimento, acção e luta.

Com as lutas concretas e com as acções convergentes, com a luta em unidade, foi possível recuperar as 35 horas semanais na administração pública, impedir a privatização de empresas estratégicas para o País, repor a contratação colectiva no sector empresarial do Estado, recuperar os 4 feriados roubados, aumentar salários e pensões, entre outros direitos que foram recuperados ou conquistados, tanto no sector público como no privado.

O reforço da luta organizada nos sindicatos de classe da CGTP--IN, com mais sindicalização e mais luta, permitirá avançar na defesa da Contratação Colectiva, no combate à precariedade, no aumento geral dos salários, na redução e regulação dos horários de trabalho, na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Apesar de se encontrarem ainda resistência à sindicalização junto dos mais jovens, consequência dos boicotes e represálias das entidades patronais que ainda se fazem sentir, a sindicalização de cada vez mais jovens nos sindicatos de classe afirmam a vitalidade e o reconhecimento do projecto reivindicativo da CGTP-IN.

3.1.5 Associativismo juvenil de base local

As associações juvenis de base local assumem um papel muito importante na nossa sociedade, traduzindo-se em locais privilegiados onde os jovens podem se organizar, participar e intervir em diversas áreas em torno dos seus interesses, gostos e vontades. Consubstanciam-se no garante da democratização do acesso à formação, ao convívio, à participação cívica, à criação e fruição culturais e à prática desportiva, fazendo as vezes do Estado uma vez que os governos têm se desresponsabilizado desse seu papel.

Colectividades, associações culturais, bandas de música, clubes desportivos, são apenas alguns exemplos daquela que pode ser a forma de organização da juventude. Contudo, existindo cada vez menos uma verdadeira política de juventude, os jovens apenas têm estes espaços para verem respondidos os seus anseios e interesses. Para isto contribuem decisivamente sucessivos governos que têm levado a cabo uma política de burocratização e falta de financiamento impedindo várias associações de terem a sua autonomia e intervenção, levando muitas ao seu encerramento ou à sua instrumentalização.

Consideramos que são bem-vindos todos os novos espaços de discussão juvenil e de construção de contributos para a melhoria da política de juventude praticada em cada concelho, bem como no país em geral, tendo sido as autarquias CDU pioneiras na criação de espaços de debate entre associações. No entanto, a lei dos CMJs é baseada na imposição de modelos, às autarquias ou às associações juvenis, procurando criar órgãos executivos e não consultivos, sendo, no fim de contas, mais um elemento de mera burocracia e excessiva institucionalização do movimento associativo, factor de afastamento e não de aproximação. Detectamos que hoje o funcionamento destes espaços, na generalidade dos casos, não traduz uma discussão séria da situação da juventude, acabando por ser um espaço vazio, onde não se pretende ter a juventude a intervir e a discutir as políticas municipais que a ela dizem respeito, mas apenas procurar validar as políticas de juventude definidas previamente pelas autarquias, seguindo as orientações do governo. Cada autarquia deve poder decidir a forma de envolver a juventude garantindo a participação do movimento associativo, ao contrário dos CMJ que negam a possibilidade de participação de associações e grupos de jovens informais que muito contribuem, a nível local, para a dinamização da vida dos jovens, destacando as experiências de apoio e envolvimento do movimento associativo de que são exemplo os Fóruns Municipais da Juventude ou o Festival Liberdade na região de Setúbal.

Com a asfixia que sucessivos governos têm feito a este importante apoio à formação da juventude, as autarquias da CDU, têm pautado por ser sempre um ponto de apoio e de desenvolvimento do Associativismo Local. É por isto cada vez mais importante que se reforce a CDU, para que os mais jovens tenham direito à sua formação integral enquanto indivíduos, usufruindo deste tipo de espaços.

Desde o último congresso que a situação no movimento associativo Juvenil, não conheceu grandes melhoras, continuando a haver associações que desaparecem, e outras que continuam a ser instrumentalizadas, em vez de apoiadas como nas autarquias CDU em que se tem total respeito pela sua autonomia e intervenção. É preciso, nesta nova fase da vida política nacional, que os jovens se organizem e lutem por aquilo a que têm direito, por mais investimento para poderem usufruir das associações, colectividades e outros espaços na sua total liberdade e participação.

3.1.6 Outras formas de participação juvenil

O movimento associativo não formal tem vindo a assumir cada vez maior protagonismo, particularmente num momento em que os ataques ao movimento associativo juvenil são cada vez maiores, procurando burocratizá-lo ainda mais, diminuindo o seu financiamento ou impondo medidas que retiram tempo e capacidade organizativa às associações e movimentos juvenis.

Na cultura, no desporto ou noutras dinâmicas, são vários os exemplos em que a juventude se organiza e envolve, que não são desprovidos de conteúdo político e que muitas vezes estão intimamente ligados à luta pelos seus direitos e aspirações. No entanto, nem sempre este envolvimento da juventude vai ao encontro da luta progressista, nem dá resposta à resolução dos seus anseios e aspirações. Disso são exemplo as Federações Regionais de Associações juvenis que procuram impor dinâmicas e uma discussão que trave algumas das reivindicações das associações e encaminhe o movimento associativo e o seu papel no sentido da correspondência à política de direitas.

Regista-se, ainda, a participação de jovens em iniciativas, acções e lutas de movimentos ditos inorgânicos, com um grau aparente de inexistência de organização, com objectivos difusos e com um compromisso reduzido para uma luta mais consequente, e que se revelam como válvulas de escape para a sua justa indignação e um espaço de afirmação da sua revolta. Sabendo que estes movimentos são, por norma, inconsequentes e que se reduzem a um espaço temporal e local específicos, vários sectores do grande capital e, em especial, a comunicação social, desenvolveram estratégias de valorização destas dinâmicas, procurando coloca-las em contraponto à luta organizada, estratégia que não foi conseguida na sua plenitude.

O CNJ, plataforma nacional de associações juvenis, deve ser um instrumento de unidade juvenil que seja, não só um estímulo à participação e ao associativismo, mas também um espaço de intervenção nos problemas mais sentidos pela juventude no geral, de debate e convergência de ideias entre organizações com vista à defesa dos interesses e aspirações dos jovens.

É fundamental aprofundar o caminho de envolvimento das organizações no CNJ, para garantir o seu bom funcionamento e o aprofundamento do conhecimento da realidade da juventude e das associações juvenis,

respeitando sempre a independência de todas as organizações e as suas características. É também desta diversidade que vem a riqueza e o potencial do CNJ. Defender os valores da participação democrática de todas as organizações, tendo como base a discussão colectiva de modo a recolher todos os contributos e alargar e aprofundar o processo de discussão, e deste modo abranger as preocupações de todas as organizações, é crucial para que o CNJ seja um espaço em que a juventude e as organizações que o compõem se revejam e potenciem. No entanto, são muitas as dificuldades no funcionamento e acção do CNJ, nomeadamente a sobreposição de interesses por parte de várias organizações para que esta seja uma plataforma desligada das questões políticas gerais que afectam hoje a juventude; a existência de várias organizações que pretendem utilizar esta plataforma para legitimar as políticas de direita e dos governos e os ditames da União Europeia e afastar a discussão do essencial; e a instrumentalização e partidarização de muitas organizações juvenis, pondo em causa que muitas associações cumpram o seu papel de defesa dos direitos nos jovens.

Os Encontros Nacionais da Juventude, iniciativa que já assumiu grande importância pelo amplo envolvimento associativo e juvenil na sua preparação e pelo carácter reivindicativo, têm sido esvaziados de conteúdo, sendo também exemplo da subordinação aos programas da União Europeia, ficando o envolvimento das associações na sua preparação e discussão aquém do que seria desejado.

Mesmo com dificuldades, os jovens continuam a intervir. Participam em manifestações, em debates, em abaixo-assinados. Continuam, apesar de todas as adversidades, a manter viva a actividade associativa em todo o país de onde nasce o interesse de muitos pela música, pelo desporto, pela leitura. Disto é exemplo a Plataforma 40x25, dinamizada por centenas de associações, que é prova viva de como o movimento associativo juvenil ainda se encontra intimamente ligado à luta pelos valores e conquistas de Abril, entre as quais encontramos, incontornavelmente, o associativismo, que desde logo é também responsável pelo acesso a outros tantos direitos, como a cultura, o desporto, a saúde, a educação. A realização das várias edições do Acampamento pela Paz, organizados pela Plataforma, é exemplo das potencialidades de intervenção da juventude e das suas associações, e da importância da luta pela Paz e pela amizade entre os povos.

3.1.7 Organizações de juventude dos partidos

As organizações de juventude dos partidos, são uma importante expressão do movimento juvenil, tendo em conta também a forma como podem influenciar e ter expressão nas diversas áreas que abrangem a juventude e a sua vida, inclusive sobre o movimento juvenil. Excluindo a JCP e a Ecolojovem, que procuram conhecer e intervir sobre os problemas, os anseios e aspirações da juventude, outras juventudes partidárias ou organizações de juventude dos Partidos, pelo seu projecto político e composição, têm em si um objectivo de desvio das atenções daquilo que são as justas ambições da juventude, promovendo e defendendo a política de direita. Constituindo, deste modo importantes ferramentas do capital para desviar a atenção daquilo que é central, preocupando-se em esconder a realidade, estas juventudes optam por afastar a sua acção e propostas daquela que é a realidade, as aspirações e o papel da juventude na vida política nacional.

Muitas vezes, estas organizações de juventudes dos partidos com responsabilidades na política de direita, procuram esconder-se em aparentes discórdias sobre aspectos da política promovida pelos seus partidos, procurando não limitar ou perder base social de apoio, contribuindo para a confusão da juventude, alimentando ilusões e até tornado as responsabilidades, sobre várias matérias ou sobre a situação do país, liquidadas ou difusas. São de assinalar a escalada de tom de algumas destas organizações, procurando uma mensagem mais demagógica e agressiva, ou a intensificação de acções e posições oportunistas e populistas.

Tudo isto não está desligado do papel que estas juventudes tentam ter, no seio do movimento juvenil, através da instrumentalização de várias expressões, estruturas e organizações, de forma a boicotar a unidade e a luta da juventude.

É de muita importância a análise do posicionamento destas juventudes partidárias no desenvolvimento da luta, da sua influência e organização para assim analisarmos a correlação de forças no seio do movimento juvenil.

3.2 É pela luta que lá vamos: contributo da juventude para construir a alternativa

O movimento juvenil português enfrenta uma ofensiva que, não sendo nova, continua a agravar-se, tendo como eixos centrais do ataque a retirada de direitos, a ofensiva ideológica, e as tentativas de limitações e violação democráticas. Apesar das dificuldades é inegável e de reveste-se de particular valor a força e coragem na organização e na luta do movimento juvenil, que contra várias formas de ataque tem respondido, mobilizando-se e lutando a partir de questões concretas conseguindo em alguns casos dar um importante contributo para a luta mais geral do povo português, reforçando a ampla frente social de luta. Com diferenças naturais na sua organização, nos seus objectivos e actividade, o movimento juvenil tem um importante papel na realização e formação individual e colectiva e na dinamização da luta reivindicativa com grande criatividade e dinâmica. Luta que deve ser organizada e consequente, assente na unidade das massas seriamente comprometidas com a continuidade deste processo, pois apenas assim se alcançaram e alcançarão vitórias, contribuindo para a criação das condições para a construção de uma alternativa política capaz de concretizar a política alternativa, patriótica e de esquerda que propomos aos trabalhadores, ao povo e à juventude.

Nas escolas, nos locais de trabalho e nas ruas, a luta organizada desenvolve-se em torno de objectivos claros e concretos, reivindicações comuns e com uma direcção capaz de fazer avançar o movimento estudantil garantindo a unidade de todos os que nela se revejam. Processo contínuo e persistente, que faça convergir amplas massas, seja em torno de questões gerais, seja por questões específicas desta ou daquela escola ou empresa. Assumindo estas lutas em cada escola ou local de trabalho como elemento crucial do processo de luta, ainda que às vezes pareçam erradamente pequenas, invisíveis ou sem resultados imediatos, elas trazem grandes evoluções no plano da criação ou elevação de consciência política das massas e da sua unidade alcançando, em inúmeros casos nos últimos anos, vitórias importantes. Vitórias que dão força para prosseguir a luta deixando bem claro que é pela luta que vamos e avançamos, procurando formas criativas e tendo sempre como ponto de partida a unidade na acção.

Luta que também se leva até ao voto sendo as batalhas eleitorais encaradas pela JCP como jornadas de massas de mobilização da juventude no combate à política de direita, de afirmação do programa e projecto do PCP e dos valores de Abril e como momento privilegiado para consciencialização política da juventude na dinamização da sua luta. A Juventude CDU tem assumido o papel de contacto com a juventude portuguesa e, em todos os processos eleitorais, temos chegado longe no contacto directo nos sítios onde mais se concentram: nas escolas, nos locais de trabalho e outros.

A alternativa que queremos construir tem na ampliação e no fortalecimento da luta de massas a sua determinante força propulsora com todos os desenvolvimentos e expressões que ela possa vir a assumir. Alternativa política baseada numa política patriótica e de esquerda que, podendo constituir um processo complexo e eventualmente prolongado, é necessária e possível e tem como condições determinantes e dialecticamente interdependentes para a sua concretização o reforço do PCP e da JCP com a ampliação decisiva da sua influência social, política e eleitoral; o vigoroso desenvolvimento da luta de massas que conflua para a criação de uma vasta frente social e; a alteração da correlação de forças no plano político favorável a uma ruptura com a política de direita e à construção de uma política patriótica e de esquerda. É, pois, com confiança que olhamos para o movimento juvenil e para as largas potencialidades de desenvolvimento da sua luta e organização, sendo que neste processo a juventude será chamada a cumprir o seu papel histórico de ser força social de transformação do presente e, simultaneamente, do futuro.

4 - MAIS JCP, MAIS LUTA, AVANTE COM ABRIL

Os jovens comunistas têm confiança na juventude portuguesa e de que é possível que a juventude unida possa ser parte da construção de um Portugal melhor, o País da Revolução de Abril. Certos de que unidos podemos ter e defender o trabalho com direitos, a escola pública, gratuita, democrática para todos e de qualidade, a paz e a liberdade, a cultura, o ambiente sadio e o desporto.

É um trabalho intenso, o qual fazemos com alegria e a certeza de conquistar o presente e construir o futuro, com a luta da juventude e povo português. Um trabalho em torno de um ideal que é necessário cuidar e exaltar, reforçando e cuidando a nossa organização com mais militantes e militância, para que onde há um comunista, haja intervenção, luta e mais JCP.

4.1 A Juventude Comunista Portuguesa

4.1.1 Base teórica da JCP: o marxismo-leninismo

A JCP, organização revolucionária da juventude, assume-se como sendo a única organização partidária de juventude que contraria o actual sistema. A única que, pela sua acção e projecto, dá resposta aos problemas dos jovens, dinamizando a luta pelos seus direitos e aspirações.

O Marxismo-Leninismo – a base teórica da JCP – assenta numa concepção materialista e dialéctica do mundo como instrumento fundamental de análise da realidade, que em articulação com a prática se enriquece constantemente. É uma base teórica de análise do mundo em que vivemos e que nos mune de instrumentos para transformá-lo. O seu método dialéctico, os seus princípios e teorias, conferem instrumentos de análise e caracterização da realidade, reflectindo-se na definição de orientações e no funcionamento da JCP.

O funcionamento da JCP assenta num desenvolvimento criativo do centralismo democrático, caracterizado por uma profunda democracia interna, com base numa única orientação geral e numa única direcção central. O funcionamento da JCP assenta assim em

métodos de trabalho, de discussão e decisão, que passam pelo respeito das opiniões de cada camarada e de cada colectivo, na aplicação do centralismo democrático com base na troca de ideias honesta, em que os camaradas contribuem com as suas opiniões e aprofundam as formas de pôr em prática a orientação geral, respeitando e dando forma ao papel da discussão e execução colectivas. É fundamental o cumprimento das orientações e conclusões definidas pelo colectivo partidário.

É com base nesta teoria revolucionária, e aplicando-a de forma criativa, que a JCP desenvolve a sua actividade e luta pela transformação da sociedade, como etapa fundamental e constitutiva do objectivo supremo: o fim da exploração do Homem pelo Homem, pois só uma sociedade com estas características garante aos jovens portugueses a sua realização pessoal e colectiva, ou seja, com o Socialismo e o Comunismo.

4.1.2 O papel da JCP e do PCP na sociedade

A JCP é a organização de juventude do PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, que se afirma ao longo da sua história como o único que verdadeiramente defende os interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, assim como das camadas antimonopolistas. De forma coerente e independente da influência dos interesses, da ideologia e da política das forças do capital, expressa na sua acção e projecto uma profunda ligação às massas, à intervenção e luta do povo português.

O PCP e a JCP intervêm diariamente junto dos trabalhadores e do povo, nas ruas, nas escolas e nos locais de trabalho, conhecendo assim directamente os problemas e a realidade vivida. Intimamente ligada à realidade da juventude portuguesa, às constantes alterações da sua vida, aos ataques que enfrenta e às batalhas que trava, a intervenção da JCP e dos jovens comunistas é indissociável do seu carácter de organização revolucionária da juventude portuguesa e corresponde ao seu objectivo de transformação da realidade e da sociedade. A JCP tem assim um papel ímpar na afirmação e construção da unidade da juventude, um papel de esclarecimento, consciencialização e dinamização da luta, consequente e organizada pelos direitos e aspirações da juventude.

A ligação à classe operária, aos trabalhadores e as massas populares é fundamental para toda a acção do Partido, é onde reside a sua força para se reforçar

e contribuir para o reforço da luta mesmo perante as mais complexas situações e provas.

O projecto comunista de uma sociedade mais justa, liberta da exploração e opressão capitalistas e de um mundo solidário e em paz tem, na actual etapa de resistência, os valores de Abril como expressão fundamental para a transformação. Assente no objectivo de transformação da sociedade, tendo em conta as aspirações e desejos da juventude, a JCP, pela sua participação única e ligação às massas juvenis, reafirma diariamente a sua identidade intervindo em escolas e locais de trabalho. A JCP mantém um olhar atento e disponível, necessariamente crítico sobre a realidade actual e aprofunda a sua intervenção com base no conhecimento da realidade e através da discussão colectiva.

4.1.3 O Projecto do PCP

O Programa do PCP tem nos valores e conquistas de Abril, assim como na Constituição da República Portuguesa, a base para construir a Democracia Avançada, projecto impar que construímos diariamente, o qual propõe uma sociedade baseada em quatro componentes de democracia: a democracia política (baseada na soberania e real participação popular), a democracia económica (subordinação do poder económico ao poder político democrático), a democracia social (garantia efectiva dos direitos dos trabalhadores e a garantia de acesso generalizado aos direitos consagrados na CRP) e a democracia cultural (efectivo acesso das massas populares à criação e fruição da cultura e à liberdade e apoio à produção cultural). Projecto que aponta cinco objectivos fundamentais: 1.º) Um regime de liberdade no qual o povo decida do seu destino e um Estado democrático, representativo e participado; 2.º) Um desenvolvimento económico assente numa economia mista, dinâmica, liberta do domínio dos monopólios, ao serviço do povo e do país; 3.º) Uma política social que garanta a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo; 4.º) Uma política cultural que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais; 5.º) Uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

No actual momento histórico, a Democracia Avançada constitui uma etapa fundamental no caminho do Socialismo, tendo como horizonte o Comunismo, e afirma o imenso potencial atractivo junto das massas populares e juvenis, como se comprova pelo contínuo reforço da JCP e do PCP.

No contexto de uma profunda e negativa campanha ideológica contra o nosso projecto e ideal, que é protagonizada pelo grande capital e por muitos, incluindo alguns que dizem ser de “esquerda”, a JCP e o PCP assumem a afirmação do seu ideal e projecto, assim como assumem ser a vanguarda da luta de massas na concretização de um sonho milenar, o fim da exploração do Homem pelo Homem, preconizando um ideal novo e transformador, o ideal comunista, considerando que só uma sociedade com estas características garante aos jovens e povo portugueses a sua realização pessoal e colectiva.

O 11.º Congresso da JCP tem lugar num momento da vida política nacional e internacional de enorme exigência. A importância da definição das orientações e linhas de acção assumidas no nosso projecto assume importância determinante para a intervenção futura dos jovens comunistas.

A actual e nova fase da vida política nacional é marcada pela derrota do governo PSD/CDS-PP nas eleições legislativas de Outubro de 2015, a qual só foi possível pela intensa e incansável luta travada pelos trabalhadores, a juventude e o povo português e pela intervenção do PCP.

A questão que hoje se coloca é pois a de contribuir para a construção de um rumo que rompa com a política de direita e que evite que esta volte a ser implementada, seja por que mão for. Valorizando a interrupção do rumo de agravamento da exploração e empobrecimento agravado pelo anterior governo, assim como valorizando todas reposições e conquistas de direitos e rendimentos, não deixamos de se assinalar as limitações que estão colocadas e que só serão contrariadas pelo desenvolvimento de políticas corajosas para libertar o país e quebrar com as amarras internas e externas, construindo o caminho para dar resposta às necessidades do país, com a construção da política alternativa, patriótica e de esquerda.

AJCP e o PCP não se negarão a esforços para assegurar que se dêem passos para um Portugal democrático, desenvolvido e soberano, fundamentais na afirmação do seu programa por uma Democracia Avançada, com os Valores de Abril no futuro do Portugal, tendo como horizonte a construção do Socialismo.

4.1.4 A JCP, organização de juventude do PCP

A JCP é a organização da juventude do Partido, o seu motor fundamental de ligação aos jovens e o seu principal instrumento para a elevação da consciência política e ideológica do movimento juvenil. A JCP tem autonomia política, organizativa, assim como uma direcção própria, para intervir no quadro dos princípios orgânicos da JCP e do programa do Partido.

A relação da JCP e do PCP é de profunda solidariedade, cooperação e articulação no desenvolvimento do trabalho. Uma relação que deve criar em cada região mais condições e mais intervenção para os jovens comunistas. O apoio do PCP ao fortalecimento da JCP é muito importante, nomeadamente na ajuda à criação e desenvolvimento de colectivos da JCP em zonas em que esta se apresenta com mais dificuldades. O Partido representa assim um papel muito importante no reforço da organização, baseada no respeito fraternal da autonomia, criatividade e capacidade de decisão e acção dos jovens comunistas.

A experiência demonstra que a JCP assume um papel insubstituível de ligação com os jovens, com o movimento associativo juvenil, assim como no rejuvenescimento, no recrutamento de novos militantes e na formação de quadros para o Partido.

É neste quadro que tem sido possível levar à prática que o PCP vá aumentando a sua influência junto dos jovens. A JCP tem como exigência e responsabilidade “esclarecer, unir, organizar e mobilizar os jovens na luta pelos seus direitos e aspirações, pelos interesses e aspirações dos trabalhadores do povo e do país, pela liberdade, a democracia, a soberania, a paz, socialismo e o comunismo”.

4.2. A JCP e o papel dos comunistas

O trabalho de intervenção e organização da JCP é um meio de reforço e dinamização da luta dos jovens, da elevação da sua consciência política, do esclarecimento e da influência dos valores comunistas entre a juventude. A organização, estrutura orgânica, a definição e o prosseguimento de linhas e estilos de trabalho adquirem particular importância, no sentido de melhor aproveitar a experiência e capacidades de cada militante, de conferir maior relevância à sua participação e maior eficácia à intervenção da JCP. Tendo em conta as mais diversas realidades, existem

linhas de trabalho comuns a toda a estrutura da JCP, como o reforço dos colectivos de base, cerne da organização, os quais são determinantes para uma melhor intervenção da JCP. Para melhor corresponder a estas linhas de trabalho, e porque o espaço fundamental para a intervenção dos militantes deve ser aquele em que tem maior expressão a luta de classes, os militantes da JCP organizam-se prioritariamente em colectivos de base ligados ao seu local de estudo ou trabalho. É aí que mais podem acrescentar à discussão e intervenção sobre os problemas concretos e que em primeira instância compreendem a necessidade e melhor podem contribuir para a luta organizada. Como se verifica na intervenção da JCP esta orientação não descarta o contacto e a intervenção organizada junto de outras expressões do movimento juvenil, como o associativismo de base local.

4.2.1 O papel do comunista

Cada militante da JCP é responsável pela actividade da JCP. Este tem de ser e dar o exemplo na escola, local de trabalho. A prioridade da sua intervenção é o sítio onde estuda ou trabalha, tendo ou ainda não tendo colectivo de base. A compreensão deste aspecto é determinante para o reforço da JCP e para o alargamento da frente social de luta, em particular para o reforço da luta da juventude.

Cada militante tem a responsabilidade individual e colectiva de ser o agitador, organizador e mobilizador e de transmitir a sua realidade concreta, para que a organização tenha o conhecimento da realidade e possa fazer uma análise colectiva e tomar as decisões colectivas necessárias e adequadas. Os militantes são a parte essencial da organização, são os mesmos que fazem com que a JCP intervenha junto das massas da juventude, que trabalham para o reforço da organização, na formação de novos quadros e do seu enquadramento nas tarefas do dia-a-dia, junto dos seus colectivos, nas escolas e nos locais de trabalho.

O acompanhamento e enquadramento de cada militante é de extrema importância, de modo a criar todas as condições para que este se desenvolva enquanto quadro. Isto vai para além dos fundamentais controlo de execução e prestação de contas, e passa por se fomentar uma verdadeira relação de camaradagem, em que cada camarada se ajuda mutuamente tendo em vista a concretização das tarefas colocadas. Cada militante tem as suas próprias características, as quais devem ser potenciadas perante as necessidades da organização nas múltiplas tarefas e exigências.

É o contributo individual de cada militante que constrói e enriquece o trabalho colectivo que caracteriza a JCP e o Partido, sendo a Festa do *Avante!* um exemplo disso. Cada camarada, com a sua realidade, com características específicas, com aptidões e vontades, é capaz de construir e transformar. Construindo-se a si e ao colectivo através da militância.

A militância é importante para o trabalho dos colectivos, através da descentralização de tarefas pelos camaradas que as passam a assegurar dentro dos seus respectivos colectivos, o que ajuda à realização e concretização do trabalho. É necessário que os camaradas desde cedo conheçam a importância da militância, que é a única forma de a JCP poder dar avanço ao seu trabalho junto da juventude, pois os militantes são a força da JCP, são os mesmos que através do trabalho diário nas suas escolas ou locais de trabalho consciencializam a juventude dos problemas que as afectam e de que há alternativa para os mesmos e que ajudam na dinamização das lutas pelos direitos da juventude.

A militância é a forma de os militantes terem ligação à organização da JCP e é por isso importante que os camaradas sejam integrados na organização através da participação nas reuniões do seu colectivo e em toda a actividade da JCP. É importante que todos os camaradas possam disponibilizar um pouco do seu tempo para ajudar nas tarefas do dia-a-dia pois e que possam dar a sua opinião dentro do seu colectivo. Num momento político em que a juventude atravessa uma realidade de grande exigência que vai desde as excessivas cargas horárias e horários desregulados, passando pelo conjunto de dificuldades vividas pelo agravamento da exploração e do empobrecimento, que criam dificuldades e limitam a sua disponibilidade para a intervir e para se organizar, os comunistas têm um papel fundamental para criar respostas criativas para colmatar estas faltas, de modo a garantir o funcionamento da organização e o envolvimento de todos os militantes consoante as suas possibilidades, para fomentar a discussão colectiva, para aumentar a sua militância. Com mais comunistas e amigos envolvidos na organização, com mais recrutamentos, com mais JCP, de modo a criar e garantir mais condições para prosseguir a luta pela transformação da sociedade.

4.2.2 Os colectivos de base

Os colectivos de base são a forma de organização de base da JCP, são estes os responsáveis por definir a acção dos militantes nos meios onde se inserem, tendo em conta a realidade concreta e a orientação geral da organização. É através dos colectivos de base que aprofundamos o conhecimento e discussão sobre os problemas e aspirações que afectam os jovens em cada local e garantimos uma consequente intervenção sobre os mesmos, ou seja, o recrutamento e o reforço dos colectivos constitui uma prioridade da JCP. A definição de prioridades e a necessária concentração de meios e energias adequadas, para dar resposta às necessidades assim como a adaptação da intervenção à realidade juvenil, são questões fundamentais à definição da acção política da JCP.

Os militantes da JCP têm como prioridade a realidade onde se inserem e, neste sentido, a prioridade é o seu colectivo de base. Os colectivos da JCP são um espaço de discussão aberta e honesta. Neste sentido é importante ter a preocupação de chamar amigos a participar nas reuniões – trocando ideias, opiniões, experiências – aprofundando a discussão colectiva e fortalecendo a orientação da JCP. É através do regular funcionamento dos colectivos de base que reforçamos a intervenção da JCP e a luta nas escolas ou nos locais de trabalho. É por isso importante a criação e reactivação de colectivos, bem como assegurar que se cumprem todas as tarefas definidas, de modo a garantir o funcionamento do mesmo e a sua capacidade realizadora e para tal acontecer é determinante a regularidade de reuniões e o devido controlo de execução e acompanhamento.

Os colectivos de base podem ter diversas expressões, dependendo das necessidades da organização e da preocupação de todos os camaradas terem um espaço de discussão colectiva, mas sempre com o enfoque na intervenção na sua escola, faculdade ou local de trabalho.

É aqui neste espaço que se formam a maior parte dos quadros da JCP, formação esta feita da discussão colectiva e do desenvolvimento prático das orientações, do contacto com as massas, envolvidos e na vanguarda dos diferentes processos de luta, no respeito dos princípios e valores democráticos da JCP.

Na situação actual da juventude é cada vez mais difícil a juventude ter tempo e disponibilidade. Aos comunistas são exigidas respostas criativas, a nível individual e colectivo, que permitam garantir o regular funcionamento e criação e reactivação dos colectivos de base.

Com a militância necessária para garantir a sua capacidade realizadora, os colectivos de base da JCP desenvolvem um papel determinante quer através das suas diferentes iniciativas que afirmam a JCP e o ideal comunista, quer através do trabalho em unidade com outros que resulta no envolvimento e mobilização de amigos que é fundamental para o desenvolvimento da luta.

4.2.3 O trabalho em unidade

A juventude unida em torno dos seus interesses e da defesa dos seus direitos é a principal tarefa de todos os comunistas. Os comunistas estabelecem unidade tendo em vista a resolução de problemas concretos e, para isso, a discussão nos colectivos de base sobre a concretização prática do trabalho em unidade tem-se demonstrado essencial para garantir uma intervenção organizada e consequente. A acção dos jovens comunistas junto com outros jovens pressupõe um grande sentido democrático. Devem ser contrariadas ideias e acções que levem ao isolamento do militante ou do colectivo, contribuindo para a diminuição da sua influência e por consequência diminuir a própria acção e alcance da JCP, constituindo uma contradição para uma organização revolucionária de massas. Assim, unimo-nos em torno de objectivos concretos, seja uma reivindicação, projecto ou acção. A construção de um processo de unidade – reflexão, organização, mobilização e acção – insere-se numa ideia mais geral de transformação colectiva. A tarefa diária que se impõe aos comunistas é que perante qualquer problema sejamos capazes de envolver outros e, de forma consequente, esclarecer e organizar o descontentamento, transformando-o em luta.

O trabalho em unidade é uma tarefa complexa. Os comunistas têm de estar ligados à vida da juventude, prova disso são os muitos comunistas e amigos que participam movimento estudantil e juvenil que adquire variadas formas, nomeadamente no movimento associativo, desde Associações de Estudantes, a tunas, grupos informais de jovens, clubes desportivos, colectividades entre outras formas, dando destaque à determinante participação dos jovens trabalhadores no movimento sindical de classe.

É essencial continuar a alargar o trabalho em unidade entre comunistas e outros que não o sendo defendem interesses e bandeiras de luta que convergem com as nossas. A participação dos comunistas nas diferentes esferas da vida da juventude contribui para reforçar a luta em defesa dos direitos da juventude e dos

interesses do povo português. É no trabalho em unidade que se enquadram os processos de luta, por isso salientamos a importância de continuar a desenvolver lutas concretas, procurando resolver problemas da juventude, alcançar vitórias específicas e contribuir para a luta mais geral da juventude.

4.2.4 O recrutamento

O recrutamento de novos militantes deve ser visto como uma tarefa fundamental para o reforço da organização e é uma preocupação que deve estar sempre presente na militância de todos os camaradas. Esta tarefa, sendo transversal a toda a organização, deve estar presente em todos os momentos de intervenção, seja na escola, nos locais de trabalho ou em conversa com outros amigos.

É fundamental que se discuta em todos os colectivos o recrutamento dirigido nas escolas e empresas prioritárias. Cada colectivo deve definir a estratégia para o recrutamento, levantando nomes, pensando quais os elementos de contacto, que jovens queremos contactar, que iniciativas realizar permitindo o envolvimento de outros e que objectivos concretos e gerais queremos alcançar. A definição de metas de recrutamento tem-se verificado importante para o reforço da organização.

Também o enquadramento dos novos militantes é importantíssimo numa organização como a JCP. Os novos militantes devem ser envolvidos no trabalho da organização, sendo inseridos nos respectivos colectivos, desenvolver a noção da importância do pagamento da quota, convocados para as reuniões e a participar nas iniciativas. Estes novos militantes devem ser responsabilizados por tarefas concretas logo que possível.

O recrutamento de militantes da JCP para o PCP tem-se demonstrado de grande importância para o rejuvenescimento do Partido, por isso deve continuar a estar presente no dia-a-dia da JCP.

4.2.5 A actividade com os milhares de jovens que querem trabalhar com a JCP

Desde do último Congresso verificaram-se desenvolvimentos no trabalho junto dos muitos milhares de jovens que dão o seu contacto à JCP. Contactamos com muitos milhares de jovens, não

só através de distribuições mas também através de acções de contacto, o que nos abre a possibilidade de desenvolver conversas, permitindo o esclarecimento sobre o que defendemos e o alargamento da nossa influência junto da juventude, o que tem levado à organização a recolher muitos milhares de contactos e fazer mais recrutamentos.

Contudo a ligação da JCP a estes jovens, não pode acabar, nem acaba à porta dos locais de intervenção. Cabe a todos os militantes manter o contacto com os milhares de contactos recolhidos através da marcação de conversas regulares, com o objetivo de perceber as suas opiniões e esclarecer as suas dúvidas, envolver os contactos recolhidos nos processos de luta, envolvendo-os nos processos reivindicativos e de luta, seja em distribuições ou pintura de faixas, seja numa concentração ou manifestação, seja pelo convite para as iniciativas e a participarem na nossa actividade geral, estimulando a sua adesão à JCP.

É de máxima importância o cuidado a ter com a organização do ficheiro destes contactos e dos amigos da JCP de modo a não perder os contactos recolhidos e a facilitar o contacto regular, fazendo chegar a estes jovens os nossos documentos, boletins e tomadas de posição. É preciso dinamizar a discussão em cada colectivo e em toda a organização de como abordar cada um destes contactos, assim como analisar e contribuir para desenvolver as melhores formas de os envolver, tendo em conta as campanhas e razões pelas quais estes jovens deram os seus contactos para saber mais e trabalhar com a JCP.

4.2.6 O estilo de trabalho na JCP

O estilo de trabalho da JCP comporta uma característica única e decorrente do nosso objectivo que é o trabalho colectivo. É na discussão e trabalho colectivo que os militantes e organizações se formam e capacitam a organização na sua ampla intervenção. Neste sentido, é condição indispensável no funcionamento da JCP o amplo envolvimento dos militantes nas tarefas, a responsabilização colectiva mas também individual nas mesmas, a disponibilidade de um elevado número de quadros para o trabalho e para a compreensão do funcionamento democrático da JCP e do Partido. É por isso natural o estabelecimento de laços de camaradagem, alegria e solidariedade no trabalho, forma de estar que também se traduz no contacto entre os militantes e outros jovens, na discussão política e no recrutamento. O nosso estilo de trabalho aprofunda-se reforçando a regularidade com que os militantes,

colectivos e organismos assumem as suas tarefas, assim como a pontualidade nas reuniões, o incremento da capacidade de intervenção e realização, a recolha de quotas e contributos, o contacto regular com todos militantes.

A realidade com que somos confrontados coloca-nos muitos perigos e potencialidades e é no nosso estilo de trabalho que encontramos os instrumentos para dar resposta às varias necessidades e frentes de trabalho de forma integrada. A conduta e exemplo de cada militante de acordo com o ideal comunista e o aprofundamento do estudo teórico do marxismo-leninismo são características da nossa organização e simultaneamente objectivos essenciais da mesma. É fundamental a planificação do trabalho, a definição de prioridades de intervenção e o trabalho de ligação às massas, factores decisivos para uma intervenção ainda mais consequente que, de forma dialética tem consequências no reforço da luta e da JCP. Há que potenciar a militância de cada camarada construindo colectivos de base mais fortes e actividade mais regular, diversificando a acção da JCP.

4.2.7 A formação ideológica

O combate ideológico é diário e a ofensiva ideológica de grande dimensão, multiplicando e aperfeiçoando as suas ferramentas em particular sobre a juventude. A formação ideológica é, pois, tarefa de cada comunista, com o objectivo de aperfeiçoar a sua análise e acção perante a sociedade, o conhecimento da organização e do seu funcionamento, tendo como base teórica e prática o marxismo-leninismo, concepção materialista e dialética da realidade.

A parte mais importante que compõe a formação ideológica é a prática diária, em que o militante se forma no dia-a-dia da organização, da sua actividade, no colectivo de base da sua escola ou local de trabalho, a par das iniciativas, debates e todos os espaços de discussão que a JCP dinamiza.

A JCP organiza regularmente e continuará a organizar cursos de formação ideológica e debates temáticos. Toda a organização tem de contribuir para fomentar a leitura e análise da imprensa partidária, os jornais AGIT e *Avante!*, o programa do partido, os princípios orgânicos da JCP, entre outros documentos e obras.

A formação ideológica é importante para que cada militante aprofunde o seu conhecimento sobre o Partido, a sua história e a JCP. Da mesma forma que é responsabilidade individual de cada militante procurar

saber cada vez mais através do estudo, é também dever da organização acompanhar cada militante, contribuindo para a sua preparação para a luta pela defesa dos interesses da juventude e a construção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda. Cada militante deve, pois, estar informado para estar em condições de informar e esclarecer os amigos e companheiros de escola e trabalho, de modo a esclarecer e chegar a outros com as posições, valores e princípios do Partido e da JCP.

4.3 Organizações autónomas e sectores

4.3.1 As organizações autónomas

Tal como afirmam os princípios orgânicos, a JCP tem duas organizações autónomas: a Organização do Ensino Secundário (OESec) e a Organização do Ensino Superior (OESup). As duas organizações são de âmbito nacional, constituídas por estudantes comunistas que desenvolvem a sua intervenção prioritária no respectivo local de estudo.

No difícil quadro de intervenção e para a organização da juventude valorizam-se os avanços verificados no reforço da organização, por via do recrutamento, da criação e reforço de colectivos e no aprofundamento da influência da JCP nas escolas.

As organizações autónomas têm organismos de direcção próprios e a sua principal competência é analisar a realidade e traçar orientações para a intervenção e actividade da JCP nas escolas do Ensino Secundário e Superior, no âmbito da orientação geral da JCP.

4.3.1.1 A organização autónoma do Ensino Secundário

A Organização do Ensino Secundário é uma organização autónoma, de âmbito nacional, com estrutura e direcção próprias. Constituída pelos militantes da JCP estudantes do ensino secundário, intervém junto dos estudantes nas suas escolas.

A OESec tem órgãos de direcção próprios, a Coordenadora Nacional do Ensino Secundário (CNES) e o seu Secretariado (ou outros organismos que a CNES entenda necessário eleger), que definem as linhas orientadoras de todos os aspectos da actividade e organização da JCP no Ensino Secundário.

O 13.º ENES realizou-se dia 21 de Fevereiro de 2015, onde foram valorizadas todas as lutas travadas nas escolas pelos estudantes, apelando a que todos os estudantes continuem a intensificar os processos de luta pela escola a que têm direito: a Escola Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade.

O reforço da organização do Ensino Secundário é essencial, e para isso há que recrutar novos militantes, envolver os muitos milhares de jovens que dão o seu contacto à JCP, reforçar e reactivar colectivos e proporcionar condições para se criarem novos colectivos onde estes não existem. É ainda de extrema importância manter os colectivos activos, pois estes são instrumentos importantes para o reforço da luta dos estudantes e o maior factor de afirmação da JCP nas escolas.

Devido à pouca disponibilidade dos estudantes para qualquer outra actividade que não a escola, devido à excessiva carga horária e às muitas dificuldades económicas, falta de transportes, etc., é cada vez mais difícil que estes se organizem e que participem na actividade diária da JCP. Desde reuniões nos intervalos à porta da escola, a conversas à hora de almoço, muitos são os esforços realizados pelos jovens comunistas com o intuito de reforçar a organização, divulgar e organizar a luta, contribuindo para uma intervenção regular da JCP nas suas escolas, juntando mais jovens para aquela que é a luta reivindicadora dos seus direitos, a luta dos estudantes.

4.3.1.2 A organização autónoma do Ensino Superior

A Organização do Ensino Superior da JCP é uma organização autónoma, de âmbito nacional e com estruturas de direcção próprias onde se organizam os estudantes do Ensino Superior.

Desde o último Congresso realizou-se em Coimbra a 15.ª CNES, contando com a participação de camaradas e amigos de todo o país. Esta participação forneceu um importante contributo para a análise e discussão da situação do Ensino Superior e dos estudantes, assim como da intervenção da JCP nas diferentes estruturas de Ensino Superior do país.

São os militantes e os colectivos de escola ou de curso que permitem o aprofundamento do conhecimento dos problemas concretos de cada local e uma abordagem e actuação organizada perante as dificuldades enfrentadas pelos estudantes no sentido da sua resolução.

A intervenção dos estudantes comunistas em Associações de Estudantes, núcleos de curso e outras estruturas de organização dos estudantes é muito importante para a dinamização do movimento estudantil, para fomentar a análise e discussão da realidade dos estudantes, para a definição de linhas de trabalho para a resolução de problemas e sua concretização. A participação nos órgãos de gestão das faculdades e Universidades devem igualmente ser encarados com seriedade, numa altura em que a participação dos estudantes vai sendo diminuída graças ao Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES).

A ofensiva ideológica e a degradação das condições de vida (elevadas propinas, cada vez mais estudantes que trabalham, falta de ASE, etc.), de que são alvo os estudantes, dificulta a intervenção da JCP, levando a alguma resistência por parte de alguns estudantes na disponibilidade para conhecer a JCP e a organizar-se em torno da defesa dos seus direitos.

Apesar dos passos dados, é necessário intensificar o trabalho para aumentar a capacidade de intervenção no Ensino Privado e, sobretudo, no Ensino Politécnico.

4.3.2 Intervenção junto dos estudantes do Ensino Profissional

Foram dados importantes passos no reforço da intervenção da JCP junto dos estudantes do Ensino Profissional, que se traduziram reforço na organização e no aprofundamento do conhecimento da realidade em que estes jovens estudam e as dificuldades e problemas com que se confrontam. Pese embora ainda se registem muitas insuficiências, a JCP está hoje em melhores condições de intervir junto destes jovens, sendo necessário continuar a recrutar, organizar os militantes e criar colectivos de escola, garantido a sua intervenção neste meio, contribuindo para reforçar o trabalho colectivo, potenciando a sua actividade própria e desenvolvendo criativamente as orientações gerais da JCP.

O aumento da nossa influência relaciona-se com o conhecimento, recrutamento e com a capacidade de realização dos colectivos da JCP, cuja capacidade de esclarecer e ir mais longe na denúncia e acção é fundamental para o envolvimento de mais amigos e militantes.

O calendário escolar e os horários são um dos problemas sentidos no ensino profissional, é necessário desenvolver formas criativas para que todos os militantes e amigos participem mais e se contorne as dificuldades criadas pelo peso dos módulos e estágios.

É importante esclarecer a importância da democracia nas escolas profissionais, criando linhas de trabalho para unir os estudantes na defesa dos seus direitos, realizando RGA e criando e consolidando as Associações de Estudantes.

É fundamental aprofundar a ligação ao ensino profissional: reforçar o contacto regular com estes militantes e amigos; definir prioridades e linhas de intervenção específicas; responsabilizar, planificar e executar tarefas; procurar um envolvimento crescente de outros jovens com vista ao reforço da luta e ao recrutamento.

4.3.3 Intervenção junto dos jovens trabalhadores

A JCP tem como linha de trabalho a sua presença e intervenção junto dos jovens trabalhadores nas empresas e locais de trabalho. Esta acção deve ser reforçada, já que é garante da defesa dos direitos dos jovens trabalhadores, da sua consciencialização e da sua presença no movimento sindical de classe.

O aumento da exploração e do empobrecimento, da precariedade, da emigração e do desemprego, dos baixos salários e os horários desregulados que afastam os jovens da vida cultural social e familiar, constituem factores para que a intervenção e organização da JCP junto das empresas e locais de trabalho seja bastante dificultada, mas essencial para o desenvolvimento da mobilização dos trabalhadores em geral na luta por mais respeito por quem trabalha. É também necessário melhorar a intervenção junto dos jovens desempregados. A emigração reflecte-se na juventude em geral e naturalmente junto dos nossos militantes e amigos e foram dados importantes mas ainda insuficientes passos na ligação aos militantes emigrados.

Apesar do grande esforço no aumento das acções de contacto e mobilização, a realidade é muito dispar de norte a sul do país, havendo um ponto em comum: a crescente precarização das relações de trabalho. A difícil realidade que se coloca leva à necessidade de encontrar formas de melhorar essa militância. É, pois, prioritário que todos os militantes estejam organizados por empresa ou sector, participarem no seu colectivo

de base activamente e estejam sindicalizados nos sindicatos de classe da CGTP-IN e intervirem na Interjovem. Por isso se decidiu, e já se vão colhendo frutos, a orientação de definir com cada camarada um plano de trabalho próprio para o seu local de trabalho, adaptando as necessidades organizativas à realidade de cada camarada para melhorar a intervenção da JCP, sem prejuízo da sua integração noutras tarefas da organização.

Desde o 10.º Congresso realizou-se em Janeiro de 2015 o Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores, com o lema “Pelos Direitos, Organizar e Lutar”, momento importante na partilha de experiências de luta e dificuldades a nível nacional. Destaca-se o papel da Comissão Nacional para as Questões da Juventude Trabalhadora, que reunindo de forma irregular, foi pontualmente dando resposta à análise e a tarefas colocadas, sendo necessário reforçar a regularidade das suas reuniões. Editou-se, ainda que de forma irregular, o “Proletário”.

Desde o 10.º Congresso, a actividade no que diz respeito à intervenção junto dos jovens trabalhadores, mesmo com melhorias, não se traduziu na resposta necessária em todas as regiões, sendo possível ir mais longe nesta frente de trabalho.

4.3.4 Organizações regionais

As Organizações Regionais da JCP têm como função essencial organizar os jovens comunistas para a intervenção, acção política e dinamização da luta nas respectivas regiões.

O funcionamento das Organizações Regionais deve reflectir a diversidade de formas de organização dos colectivos de base e a realidade de cada região, valorizando as experiências e soluções encontradas para o enquadramento harmonioso e coordenado das várias frentes de intervenção, abrindo espaço para a discussão colectiva de todos os militantes da JCP.

Desde o 10º Congresso da JCP foram realizados vários Encontros e plenários Regionais que contribuíram para reforçar as organizações e o seu trabalho de articulação, aprofundar o conhecimento sobre questões diversificadas ligadas à vida dos jovens nos diversos colectivos de base que integram as organizações do Secundário, do Superior e do Ensino Profissional e da Juventude Trabalhadora. A discussão permite apontar soluções, traçar linhas de trabalho que se adequem à realidade local dos jovens e da organização. Nos vários Encontros Regionais foram eleitas Comissões

Regionais, algumas das quais decidiram eleger um organismo executivo, o respectivo Executivo Regional. Os organismos eleitos procuraram reflectir a realidade dos activistas das organizações e a ligação às mais variadas áreas de intervenção, organizações autónomas, concelhos e colectivos.

4.4 Outras linhas de intervenção, afirmação e actividade

4.4.1 Intervenção diversificada e campanhas da JCP

A actividade da JCP é diversificada, a partir da realidade e constante transformação da vida da juventude. Assim, para além da organização e intervenção nas escolas e locais de trabalho, são múltiplas outras formas de intervenção da JCP.

Desde o último Congresso, desenvolveram-se várias campanhas com o objectivo de afirmar a nossa organização junto da juventude, das quais se fazem balanços positivos. Tendo sempre como finalidade reforçar a JCP, ao longo destes 3 anos, trabalhou-se para que cada campanha fosse o reflexo das aspirações e necessidades da juventude. Para o seu sucesso foi importante a discussão e reflexão em cada colectivo para definir objectivos, metas, organizar trabalho e para que cada militante fosse parte fundamental do resultado das campanhas. É importante referir que o estilo de trabalho da JCP é também ele parte fundamental das campanhas: a concepção de que cada distribuição deve ser uma acção de contacto e que cada conversa deve ter como objectivo esclarecer, envolver e recrutar são ferramentas que têm vindo a ter repercussões positivas para a organização e que devemos continuar a aprofundar.

Foi constante a dinâmica da organização através de debates, convívios, concertos e eventos desportivos, a pintura de murais, etc. Organizaram-se milhares de acções de contacto por todo o país e centenas de acções de divulgação e de venda do jornal AGIT e do jornal *Avante!*.

Nos 40 anos do 25 de Abril e da Constituição da República Portuguesa, a JCP integrou com outras dezenas de associações juvenis de todo o país, a Plataforma 40*25 afirmando os valores de Abril com diversas iniciativas em todo o país e construindo 3 edições do Acampamento pela Paz em Évora e Silves, juntando centenas de jovens.

Foram ainda dados passos no reforço da intervenção da JCP no âmbito do movimento associativo juvenil, sendo necessário criar condições para se aprofundar este trabalho.

A JCP organizou no Porto em Novembro de 2014, uma grande festa de celebração do seu 35.º aniversário da JCP. Nos outros anos, organizaram-se iniciativas em muitos concelhos do país, juntando milhares de jovens comunistas e amigos da JCP em momentos de confraternização e de alegria e de afirmação do nosso projecto e valores.

Das várias campanhas destacam-se:

- A mobilização para a Marcha do Povo que se realizou em 6 de Junho de 2015, dinamizada pelas forças que compõem a CDU e muitas centenas de democratas, e que envolveu centenas de militantes da JCP e muitos milhares de jovens;
- A campanha de reforço de organização “Mais JCP, Mais Luta – Avante com Abril!”, a qual contribui não só para mais militantes, como também para mais militância, para o reforço orgânico e do trabalho colectivo;
- Várias campanhas no início dos anos lectivos para a intervenção junto dos estudantes do ensino secundário, profissional e superior;
- Campanhas e iniciativas em torno dos dias 24 de Março, Dia do Estudante, e 28 de Março, Dia da Juventude;
- Campanha do Ensino Superior “Unidos conquistamos o Ensino Superior a que temos direito”;
- Campanha em defesa da “Escola Pública, gratuita e de qualidade – A escola a que temos direito!”;
- Dezenas de iniciativas no âmbito das comemorações do 40.º Aniversário da Revolução de Abril e da sua Constituição República Portuguesa;
- Foto-protesto envolvendo centenas de bandas e artistas pela defesa da Cultura, dinamizado em torno do Concurso de Bandas para o PNV;
- Campanha “Aumenta o Som: Baixa o IVA” na qual já se recolheram milhares de assinaturas pela redução para 6% do IVA dos instrumentos musicais;

- Mobilização e esclarecimento em torno das questões da paz e acções de solidariedade com povos em luta;
- Iniciativas no âmbito da Federação Mundial da Juventude Democrática, nomeadamente na comemoração dos seus 70 anos da FMJD e dos 70 anos da vitória dos povos sobre o nazi-fascismo ou a comemoração do Dia Internacional do Estudante;
- Distribuição de várias edições do Jornal de Parede sobre questões internacionais;
- Lançamento das Comemorações do Centenário da Revolução de Outubro, através da realização de diversas iniciativas ao longo do ano de 2017;
- Realização em algumas regiões de edições do Torneio AGIT que em torno de jogos de futebol envolveram centenas de jovens pela defesa do direito à prática desportiva.

4.4.2 Propaganda

A propaganda é um importante elemento da actividade da JCP, sendo uma das principais ferramentas de afirmação das suas ideias, mensagens e propostas. Desde o último Congresso foram realizadas centenas de materiais de denúncia dos problemas da juventude, esclarecimento da situação nacional e mobilização para iniciativas e acções de luta.

Para além dos materiais de propaganda centrais, é fundamental que cada colectivo realize regularmente elementos próprios e concretos sobre a realidade em se insere. É com a realidade do dia-a-dia que os jovens mais se identificam, por isso, os boletins de colectivo são uma importante ferramenta para denunciar os problemas de cada escola ou local de trabalho e unir os jovens de determinada escola ou local de trabalho por justas reivindicações. Deve trabalhar-se para que cada colectivo discuta e concretize a edição do seu próprio boletim.

A informação dos materiais de propaganda deve ter uma linguagem clara, simples, objectiva, sendo apelativos e criativos. Este materiais devem ser uma ferramenta usada pelos militantes como forma de contacto com a juventude, esclarecendo dúvidas, preocupações, ouvindo e informando das nossas posições, potenciando cada conversa como meio para aproximar os jovens da luta pelos seus direitos e da JCP.

É de valorizar o esforço que se tem feito nos últimos anos com a criação de um grupo de trabalho para

as questões de propaganda, para que seja possível agilizar a criação de materiais e trabalhar a sua qualidade.

Os meios de comunicação digitais assumem um importante instrumento de propaganda da Organização, sendo necessário a constante recolha de materiais para que seja possível uma constante actualização. O site da JCP na internet, implica uma constante atenção, sendo este mais um importante meio de divulgação das nossas propostas e actividades. Também a presença da JCP nas redes sociais, representa também um importante meio de propaganda. É trabalho de toda a organização recolher e enviar material de iniciativas e actividades para que seja possível a sua actualização destes meios e para que melhor representem a actividade diária de cada colectivo e de cada Organização ou sector.

4.4.3 AGIT – O jornal da JCP

O AGIT dá expressão às lutas da juventude, actividades e propostas da JCP, englobando toda a organização através dos vários colectivos e outros temas importantes como a realidade vivida pelos jovens no ensino secundário, ensino superior, ensino profissional e no trabalho, assim como a vertente institucional e internacional do nosso trabalho.

É um instrumento de informação e comunicação que expõe, de uma forma prática e elucidativa, as análises, acções e propostas da organização. Forma, esclarece e ajuda a resistir à ofensiva ideológica que constantemente se reafirma e agudiza.

A venda e divulgação do AGIT é assegurada pela JCP nos vários locais (escolas, locais de trabalho e zonas de concentração de jovens). É crucial comprar e ler o AGIT, pois enriquece o conhecimento sobre a ideologia comunista, marxista-leninista, preparando para as diversas acções e lutas juvenis, de modo a contribuir para o objectivo de transformação da sociedade, tendo sempre em conta as aspirações e desejos dos jovens.

Tem-se verificado interesse no AGIT, tanto por parte dos jovens, bem como pelos menos jovens (militantes e não militantes), que procuram saber mais através do jornal da juventude comunista.

É necessário prosseguir e reforçar esse hábito, mantendo a regularidade e qualidade de conteúdos. Para isso, é também essencial que se dinamize junto de toda a organização a recolha e envio de informações e imagens sobre a situação e luta da juventude em todo

o país, para que o AGIT consiga dar mais e melhor expressão à vida da juventude.

É também importante destacar camaradas para organizarem bancas de venda dos AGIT (com locais e horas definidas), bem como outros materiais da JCP, de modo a reforçar ainda mais a organização, tanto pela militância como pela divulgação de informação e recolha de contactos.

É ainda necessário controlar as vendas do AGIT de forma a se poder obter dados mais concretos sobre as vendas, não só para registo, como para considerar as medidas essenciais ao reforço e manutenção dos objectivos anteriormente descritos.

Outra necessidade existente é a de adquirir novas estruturas para as bancas físicas, de modo a melhorar e modernizar as acções de divulgação e venda do AGIT, podendo agir conjuntamente com a banca de materiais da JCP, bem como outras acções de distribuição (boletins de colectivos, por exemplo).

É preciso discutir em toda a organização como afirmar mais o AGIT junto da juventude e, com esse objectivo, decidiu-se a edição Especial de Verão sobre a Festa do *Avante!*, bem como se decidiu chamar Palco AGIT, ao palco da Cidade da Juventude que acolhe diferentes expressões culturais da juventude portuguesa em todas as edições da Festa do *Avante!*.

4.4.4 Imprensa partidária

A leitura da imprensa partidária (AGIT / *Avante!* / *O Militante*) contribui para a formação ideológica dos camaradas, pois cada um dos instrumentos ajudam na reflexão dos problemas a nível social, consciencializando quem lê para o que no rodeia.

A imprensa partidária dá conta da realidade da classe operária e de todos os trabalhadores de forma séria, referindo tanto as lutas efectuadas como as conquistas alcançadas, bem como as várias iniciativas e acontecimentos que surgem na vida política e de todos os portugueses.

Desde o último Congresso, criaram-se bancas de venda de jornais *Avante!*, o que se revelou uma boa aposta pois mostrou vendas e interesse, tanto por militantes como por não militantes.

Importa pois reforçar e regularizar a realização de bancas de venda dos jornais AGIT e *Avante!*, juntamente com a venda de materiais da JCP.

4.4.5 Festa do *Avante!*

A Festa do *Avante!* é um momento fulcral na vida do Partido e da JCP, pois é um importante meio de chegar à juventude. Pela sua dimensão e pelas exigências que coloca ao nível de envolvimento dos camaradas e amigos, planificação e concretização de trabalho de divulgação e construção, representa um processo que, com muita alegria, contribui para a responsabilização e formação de quadros na sua preparação e realização.

É de destacar o contributo da JCP para o sucesso da Festa, não só na implantação da Cidade da Juventude e outros espaços da Festa, como pela divulgação em locais de concentração juvenil. A JCP contribui para a divulgação da Festa junto de centenas de milhares de jovens todos os anos com acções de divulgação por todo o país. Para isso, contribui a Carrinha da Festa que percorre vários Festivais de Verão, festas populares e concertos. É inigualável o contributo de militantes e amigos na participação de jornadas de trabalho e brigadas de construção que, dando um pouco do seu Verão, permitem a construção solidária e voluntária de todas as dimensões da Festa, muitos dos quais, têm pela primeira vez contacto com a dimensão e experiência do trabalho colectivo. O funcionamento da Festa, através de turnos levados a cabo por militantes e muitos amigos é característica dos valores de companheirismo e fraternidade da Festa.

O Comboio da Festa transporta todos os anos centenas de pessoas a partir de Braga até à Festa e tem vindo a ser progressivamente mais participado. Também as excursões da juventude para a Festa têm permitido trazer de todo o país milhares de pessoas. São positivas as experiências de organizar a possibilidade de transporte de pessoas para a Festa.

A compra antecipada da EP e a sua venda é tarefa de toda a organização, sendo fundamental para a construção da própria Festa. É por isso necessário avançar na responsabilização de toda a organização pela descentralização e recolha de EP's, assim como a compreensão do seu valor político. Para assegurar melhores condições à Festa e para os seus visitantes, com mais espaço e mais Festa, no presente e no futuro, foi decidida pelo PCP a aquisição da Quinta do Cabo, terreno adjacente à Festa do *Avante!*. Para alcançar esse objectivo, lançou-se a Campanha de Fundos para a compra Quinta do Cabo a qual foi um enorme sucesso, e para a qual a JCP deu o seu contributo, envolvendo muitos milhares de amigos.

4.4.6 Palco Novos Valores e o seu Concurso de Bandas

O Concurso de Bandas para o Palco Novos Valores tem assumido no plano cultural nacional, expressão maior da luta em defesa da cultura para todos, da livre criação e fruição cultural e na afirmação da cultura como pilar da democracia. Constitui-se como um dos maiores concursos de bandas do país, envolvendo centenas de bandas e músicos e realizando diversas eliminatórias por todo o país, afirmando a JCP e a FA por todo o país. No ano de 2017 comemoram-se os 20 anos do PNV, o qual contará, como vem sendo hábito, com actuações de bandas provenientes do próprio Concurso de Bandas, assim como com novos nomes da música em Portugal.

É importante que toda a organização discuta como dar maior expressão ao Concurso de Bandas e ao PNV, pelo papel que têm na defesa da cultura e tendo em conta o património tanto do próprio PNV, como de outras formas de defesa da cultura que a juventude sempre empreendeu.

Tem sido feito um balanço positivo da realização das eliminatórias do Concurso de Bandas ainda em período lectivo, permitindo a divulgação do Concurso de Bandas para o PNV e da Festa do *Avante!* em muitas centenas de escolas em todo o país.

Nos últimos anos, realizou-se um fotoprotesto em defesa da cultura, o qual envolveu milhares de artistas e de bandas e encontra-se em recolha de assinaturas a petição “Aumenta o Som; Baixa o IVA” que exige a diminuição para 6% do IVA dos instrumentos musicais.

4.4.7 Política de fundos

A JCP é organização revolucionária da juventude, mantendo-se ideologicamente independente, agindo apenas em defesa das aspirações e direitos da juventude. Toda a recolha financeira depende da recolha de quotas e da capacidade realizadora dos colectivos e esta é tarefa de todos os militantes.

É imperativo que tenhamos uma boa condição financeira para que dessa forma tenhamos uma maior ligação às massas. Uma boa situação financeira é sinónimo de mais intervenção e mais actividade da JCP em melhores condições.

É fundamental aumentar a recolha de quotas nos colectivos e fazer perceber a todos os militantes a importância política do pagamento das quotas.

É a partir dos colectivos, da recolha de quotas dentro dos mesmos e da responsabilização de camaradas que se consegue efectivar a regular recolha de fundos, tal como a realização de iniciativas dos próprios colectivos, assumindo assim a própria intervenção da JCP de forma dinâmica e assegurando ao mesmo tempo a capacidade financeira da organização.

Desde o último Congresso foram dados passos na sistematização da recolha financeira, na organização e identificação de militantes com quotas em atraso, definindo com eles planos de pagamento. Passos cuja consolidação é necessária e cujo trabalho é preciso aprofundar.

São muitas as dificuldades com que a JCP se depara na recolha financeira tendo em conta a degradação das condições de vida do povo português, que se reflecte fortemente da vida dos jovens. Perante as difíceis condições de vida de camaradas e amigos, é essencial encontrarem-se as respostas criativas e desenvolver em cada colectivo e cada organização, um trabalho sistemático para colmatar as dificuldades e dar resposta às necessidades.

4.4.8 Relacionamento institucional e batalhas eleitorais

A Organização deve encarar o relacionamento e as tarefas institucionais como mais uma forma de denuncia e esclarecimento, de forma a desenvolver a ligação da luta de massas e da acção juvenil à luta institucional do Partido e da JCP. A JCP desenvolve a sua actividade institucional prioritariamente no Conselho Nacional da Juventude, na Assembleia da República e nas Autarquias Locais.

O papel da JCP no CNJ é criar espaços de diálogo e entendimento entre as organizações juvenis, em torno de questões concretas que permitam trabalhar em unidade e assim criar um espaço reivindicativo e uma ferramenta de apoio ao movimento juvenil. Nos últimos 3 anos, a JCP esteve frequentemente envolvida no CNJ, participando nas suas várias comissões e nas assembleias gerais, contribuindo para, dentro das dificuldades normais de um espaço onde para além de associações de diverso tipo, participam outras juventudes partidárias, um posicionamento correcto do CNJ perante a situação política e social dos jovens portugueses e as respostas necessárias. É de frisar a candidatura da JCP à direcção do CNJ, tendo-se conseguido a eleição. Assim como as candidaturas da JCP ao Conselho Nacional de Educação, que

pese embora não tenha logrado eleição, permitiu a afirmação dos nossos valores de defesa da Educação.

A JCP considera que o CCJ (Conselho Consultivo da Juventude) é um instrumento de legitimação da política do Governo.

No quadro do grupo parlamentar do PCP, o trabalho institucional revelou ser um importante instrumento de denúncia dos problemas e na intervenção da JCP junto da juventude, levando à AR a força da luta da juventude na rua, nas escolas e locais de trabalho. O intenso trabalho da JCP de contacto diário com a juventude, permite que o Grupo Parlamentar tenha mais condições para levar até à AR e ao Governo os problemas e necessidades da juventude. Este trabalho reflectiu-se em centenas de perguntas ao Governo e dezenas de projectos de lei em defesa dos interesses e direitos dos jovens, sendo necessário melhorar a articulação nesta frente de trabalho.

A JCP contribuiu para as batalhas no âmbito da Juventude CDU, como as eleições ao Parlamento Europeu em 2014 e as eleições legislativas em Outubro de 2015, bem como participou na Campanha de Edgar Silva para a Presidência da República com o mote “Temos solução: Cumprir a Constituição”. Sublinhamos o grande contributo das centenas de jovens da JCP, da Ecolojovem ou sem filiação partidária que participaram e dinamizaram as campanhas da CDU.

Podemos afirmar que são cada vez mais os jovens que querendo uma política patriótica de esquerda, apoiam e votam na CDU. A JCP tem o dever de envolver todos os jovens que estão ao nosso lado durante as eleições.

É importante ainda salientar o importante papel de esclarecimento que a JCP teve após os resultados das últimas eleições legislativas, que perante a nova fase da vida nacional, foi possível demonstrar que nestas eleições, ao contrário do que se quis veicular por via de uma forte ofensiva ideológica, não se elegem Primeiros-Ministros mas sim deputados, cuja correlação de forças resultante é que determina as soluções de governo.

As eleições para a Presidência da República realizaram-se num quadro difícil e a candidatura de Edgar Silva foi determinante por se assumir como a candidatura dos trabalhadores e do povo, vinculada aos valores de Abril.

Realizar-se-ão em 2017 as eleições autárquicas, momento para o qual é fundamental que a JCP, integrada na Juventude CDU, dê um grande contributo

para levar os problemas da juventude até aos poderes locais, contribuindo para o reforço do resultado da CDU e envolvendo os muitos milhares de jovens que acreditam no trabalho, honestidade e competência dos nossos eleitos.

4.9 Actividade internacional

Assumindo-se como organização internacionalista, a JCP desenvolve uma intensa actividade internacional, na medida das suas possibilidades, no sentido de contribuir para o reforço e alargamento da frente anti-imperialista, de aprofundar os laços de amizade entre a JCP e organizações de juventude comunistas, revolucionárias, progressistas e anti-imperialistas, bem como a solidariedade para com a luta da juventude em todo o mundo.

No desenvolvimento da sua actividade internacional, a JCP privilegia relações de tipo bilateral, respeitando sempre as características de cada organização e de cada país, numa postura de solidariedade para com as lutas da juventude e dos povos, independentemente das divergências de opinião, ideologia, caminhos e objectivos que possamos ter.

A JCP tem como prioridade no plano internacional o reforço da frente anti-imperialista, que no plano da juventude tem como expressão maior a Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD). Consideramos o espaço da FMJD como uma grande potencialidade para a luta da juventude contra o imperialismo pela sua história, pela sua implementação em todos os continentes, pelo seu carácter anti-imperialista e por congregar as organizações que mais consequentemente lutam contra o imperialismo e pela Paz. Nesse sentido, a JCP continuará a contribuir para o reforço da FMJD, nomeadamente no plano da Comissão da Europa e América do Norte (CENA).

Os Festivais Mundiais da Juventude e dos Estudantes são para a JCP um espaço de grande importância para o reforço da luta anti-imperialista, que juntam a cada edição milhares de jovens de dezenas de países que têm em comum a sua luta contra o Imperialismo, nas suas várias expressões. Os FMJE devem continuar a ser espaços de grande amplitude política, de carácter anti-imperialista, estando já marcado o próximo FMJE para Outubro de 2017 em Sochi, na Rússia, sendo tarefa de toda a organização contribuir para a dinamização do CNP de Portugal e dar a conhecer e mobilizar a juventude portuguesa para participar no FMJE.

A JCP participa ainda em outros espaços multilaterais como os encontros de organizações de juventude comunistas europeias, brigadas de solidariedade para com a luta de outros povos, iniciativas de solidariedade, seminários, entre outros.

A JCP considera que, num quadro mundial de enormes contradições do imperialismo, em que este se apresenta cada vez mais dominante e ao mesmo tempo mais fragilizado pela luta dos povos, constituem perigos as tendências sectárias que, através da exclusão de organizações e forças sociais anti-imperialistas que não afirmem a ideologia comunista, contribuem para a divisão da frente anti-imperialista, para a perda de influência dos comunistas e a predominância de sectores oportunistas que se associam a tais forças genuinamente anti-imperialistas e populares. O vincar das diferenças entre organizações anti-imperialistas e mesmo entre organizações comunistas, a procura de imposição de modelos e análises, a estruturação e ênfase nas acções a nível internacional em detrimento da luta no plano nacional contribuem para o enfraquecimento da frente anti-imperialista, da influência e capacidade de luta dos comunistas, da procura da unidade na acção. Consideramos também negativa a tendência de regionalização e governamentalização da luta anti-imperialista.

No que diz respeito a actividades da FMJD, desde o 10.º Congresso, a JCP participou nas reuniões do Conselho Geral da FMJD em Hanói, Vietname (2014); Beirute, Líbano (2015); Moscovo, Rússia (2016) e na 19.ª Assembleia da FMJD, realizada em Novembro de 2015 em Havana, Cuba, no momento da celebração do 70.º aniversário da Federação. A 19.ª Assembleia da FMJD confirmou o caminho de cooperação entre as organizações anti-imperialistas de todo o mundo, traçando a importância de continuar o trabalho desenvolvido de alargamento da influência da FMJD e da luta da juventude contra o imperialismo e pela Paz. A JCP esteve ainda presente nas duas edições do Acampamento de Jovens Anti-imperialistas da Europa e América do Norte (França, 2014; Espanha, 2015), nas Brigadas da FMJD de Solidariedade na Colômbia e na Venezuela (2015), na iniciativa de celebração do 70.º Aniversário da FMJD realizada na Namíbia (2015) e em diversas outras iniciativas e seminários da Federação. Participámos ainda na Reunião Consultiva Internacional, na 1.ª e 2.ª Reuniões Preparatórias Internacionais (RPI) do 19.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, respectivamente na Rússia, na Venezuela e na Namíbia. A JCP recebeu

em 2016 o Acampamento Internacional “*Avante!* Por um mundo de Paz”, por ocasião da 40.^a Festa do *Avante!*, iniciativa na qual participaram jovens de 35 organizações de todos os continentes, e que foi um importante elemento de afirmação de solidariedade e amizade internacionalistas, alargamento da expressão internacional da Festa do *Avante!*, do prestígio da JCP e do PCP e também de reforço da FMJD e da preparação do 19.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, tendo-se realizado à margem deste acampamento a Reunião Preparatória da Região Europa.

No plano bilateral, desde o último Congresso, a JCP participou no 17.º e 18.º Congressos da União da Juventude Socialista (UJS) do Brasil, no 11.º Congresso dos Colectivos de Jovens Comunistas (CJC) da Catalunha, no 7.º Congresso da JMPLA de Angola, no 11.º Congresso da Juventude Comunista da Grécia (KNE), no Congresso do Movimento de Jovens Comunistas de França (MJCF), no 17.º Congresso da Juventude Comunista da Áustria (KJO), no 9.º Congresso dos Colectivos de Jovens Comunistas (CJC) de Espanha, no 23.º Congresso da Juventude Trabalhadora Socialista Alemã (SDAJ), no 13.º Congresso da União das Juventudes Comunistas de Espanha (UJCE), no 1.º Congresso da Organização da Juventude Moçambicana (OJM), no 10.º Congresso da União da Juventude Democrática Libanesa (ULDY), na sessão plenária internacional do 10.º Congresso da União de Jovens Comunistas (UJC) de Cuba, no 18.º Congresso da Organização da Juventude Democrática Unida (EDON) de Chipre, na Assembleia Nacional Constituinte da Federação Juvenil Comunista Italiana (FGCI), na 14.^a Assembleia Nacional da organização Galiza Nova, no 3.º Conselho Nacional da Liga da Juventude Comunista da África do Sul (YCL SA), no 14.º Congresso das Juventudes Comunistas do Chile (JJCC). Participámos nas três edições do Festival Pancipriota da Juventude, organizado pela EDON de Chipre, e nas três edições do Festival Odigitis, organizado pela KNE da Grécia, no 3.º acampamento nacional da MJCF de França, numa visita bilateral à OJM de Moçambique, no 6.º acampamento nacional da Federação Juvenil Comunista (FJC) da Argentina, no acampamento nacional da COMAC da Bélgica, na universidade de jovens marxistas da UJCE de Espanha, no festival da SDAJ da Alemanha, entre outras iniciativas, conferências e encontros.

Desde o 10.º Congresso a JCP esteve ainda presente em duas reuniões de organizações juvenis comunistas europeias, realizadas respectivamente na Alemanha (2015) e na Itália (2016).

4.5 As linhas de orientação para o trabalho de direcção da JCP

A estrutura de direcção da JCP assenta nos princípios e formas democráticas do nosso funcionamento e entre Congressos, cabe à Direcção Nacional (DN) e aos seus Organismos Executivos – Comissão Política e Secretariado da DN –, às Comissões Regionais e às Coordenadora Nacional do Ensino Secundário (CNES) e Direcção Central do Ensino Superior (DCES), que a cada momento e em cada uma das organizações e sectores se desenvolvam as formas de concretização da orientação geral da JCP.

4.5.1 O Congresso

O Congresso é o órgão máximo da JCP. O Congresso é realizado de 3 em 3 anos, salvo situações excepcionais. Ao Congresso compete definir a todos os níveis a orientação da JCP, alterar e aprovar os Princípios Orgânicos e eleger a DN da JCP. A preparação do Congresso da JCP é um momento fundamental na aplicação do centralismo democrático, permitindo a todos os militantes a discussão das linhas orientadoras da JCP e da resolução política, a discussão dos quadros a integrar a proposta da Direcção Nacional e a sua eleição.

A sua preparação é um momento muito importante na organização. As organizações promovem momentos de discussão do Congresso de maneira a fazer chegar o Congresso da JCP à juventude portuguesa e são recolhidos contributos de todos os militantes. Na sua preparação, a criatividade das organizações é essencial na procura do reforço orgânico e da intervenção e tem-se demonstrado fundamental para a realização de um Congresso ligado à vida e que vinque as verdadeiras aspirações e direitos da juventude. Tendo em conta que muitos militantes da JCP participam pela primeira vez num processo de profunda democracia da organização é um momento também ele privilegiado de formação ideológica de cada militante da JCP.

4.5.2 A Direcção Nacional

A DN é o órgão máximo de direcção da JCP entre Congressos. A DN tem cumprido o seu papel fundamental de direcção do trabalho, reuniu 11 vezes, definindo as orientações para a acção e intervenção da JCP. A DN teve um papel decisivo na análise da situação política da juventude, assim como na definição

de orientações para cada momento da vida nacional por forma a alargar a influência da JCP, assim como garantir a resposta às questões mais prementes da juventude e a todas as tarefas de organização. A DN deu resposta à direcção do trabalho, através de uma recomposição e cooptações perante situações em que se verificou necessário. Sempre que se verificou adequado à direcção do trabalho, a DN elegeu camaradas para os seus organismos executivos. É importante criar condições para uma maior participação dos camaradas nas reuniões da DN, para que estes possam intervir e dar o seu contributo na definição das linhas de orientação para a intervenção da JCP. A direcção do trabalho da JCP é fundamental entre Congressos e por isso deve manter-se a regularidade das reuniões da DN por forma a manter a capacidade de análise e de definição de orientações mais adequadas a cada momento.

Compete à DN:

- Dirigir a JCP de acordo com a orientação geral definida no Congresso;
- Definir as linhas de orientação para o trabalho político, ideológico e orgânico da JCP de acordo com as linhas gerais definidas em Congresso;
- Definir as linhas de intervenção política da JCP no sentido de aprofundar a ligação à realidade juvenil;
- Definir o plano anual de actividades da JCP;
- Conhecer e aprofundar o conhecimento da realidade política, social, económica e cultural da juventude, tanto no plano nacional como internacional;
- Convocar os Encontros Nacionais da JCP e traçar os seus objectivos;
- Convocar o Congresso da JCP, definir as suas normas de funcionamento, representação e assumir a sua preparação;
- Prestar contas ao Congresso da actividade da JCP, da análise da política juvenil, da situação da juventude e das linhas de orientação sobre a intervenção, organização e direcção, devidamente documentada e fundamentada;
- Eleger, de entre os seus membros, a Comissão Política e o Secretariado, considerando no desenvolvimento da sua actividade a necessidade de renovação destes organismos;

- Ter capacidade de se renovar através do processo de cooptação de novos membros que incluirá, obrigatoriamente, o processo de auscultação previsto para a eleição em Congresso, ouvindo os organismos aos quais os membros propostos pertencem;
- Retirar a qualidade de membros da DN a todos aqueles que não participem injustificadamente em 4 reuniões consecutivas;
- Cumprir e fazer cumprir os Princípios Orgânicos da JCP;
- Reunir de forma operacional garantindo a todos os seus membros espaço de intervenção.
- A nova DN a ser eleita pelo Congresso, sob proposta da DN cessante, deverá ter por base os seguintes critérios:
 - Ter uma composição etária, social e de rapazes e raparigas, que reflecta a realidade da organização e os objectivos de trabalho;
 - Ser constituída pelo núcleo fundamental dos quadros activistas da JCP;
 - Assegurar uma ligação ao fundamental das organizações regionais, sectores e áreas de intervenção;
 - Ter uma composição de quadros profundamente ligados às várias áreas e realidades do movimento juvenil;
 - Ter em conta, no número de elementos a eleger, as questões de funcionalidade.

4.5.3 A Comissão Política

Desde o último Congresso a Comissão Política manteve o seu regular funcionamento ao nível da direcção política, conhecimento e análise da realidade juvenil. A Comissão Política procurou assegurar uma distribuição equilibrada das tarefas entre os seus membros e cumpriu as competências que lhe foram atribuídas: articulou o trabalho e traçou orientações gerais entre as DN de forma a dar resposta às necessidades de reforço da Organização, do avanço da situação da juventude e da sua luta; procurou ter discussões temáticas de forma a aprofundar a reflexão da Organização sobre variadas áreas.

As Competências da Comissão Política da DN são:

- Assumir a direcção política da JCP entre reuniões da DN;
- Acompanhar o desenvolvimento e traçar orientações para a actividade da JCP de acordo com a orientação da DN;
- Acompanhar o desenvolvimento e tomar posição sobre a situação juvenil e outros aspectos de especial relevância no plano nacional.

4.5.4 O Secretariado

Desde o 10.º Congresso, o Secretariado da DN garantiu o seu regular funcionamento, cumprindo nos diferentes momentos o fundamental das competências que lhe foram atribuídas, conseguindo uma distribuição equilibrada das diversas tarefas entre os seus membros.

O papel do Secretariado revelou-se fundamental na actividade da JCP, no acompanhamento, formação e promoção de quadros da JCP, para o seu desenvolvimento orgânico. Desde o último Congresso não se conseguiu alcançar o objectivo que os membros do Secretariado da DN não acompanhassem directamente Organizações Regionais ou Organizações Autónomas na Comissão Política. Apesar de o trabalho do organismo se ter desenvolvido positivamente deve-se procurar que esta situação tenha o menor peso possível no quadro das tarefas dos seus membros para que não ponha em causa o cumprimento das competências do organismo. O Secretariado revelou no desenvolvimento do trabalho uma profunda articulação com a Comissão Política, as Comissões Regionais, e as direcções centrais da OESec e da OESup.

São competências do Secretariado da DN:

- Assumir a responsabilidade do tratamento das questões de organização e de acompanhamento aos quadros da JCP, através do acompanhamento à actividade da JCP nas diferentes Organizações Regionais, sectores e áreas de intervenção;
- Assumir o relacionamento internacional da JCP;
- Assumir o relacionamento institucional da JCP;
- Acompanhar o trabalho de informação e propaganda da JCP;
- Gerir e dinamizar a actividade financeira da JCP;
- Gerir o património da JCP.

4.5.5 A Coordenadora Nacional do Ensino Secundário (CNES)

O ENES define as linhas de orientação e de trabalho e elege a CNES que dirige a OESec entre ENES.

A CNES pode eleger quaisquer organismos que achar necessários tendo, desde o último Congresso, sido eleito um Secretariado que tem mantido regularidade no seu funcionamento e trabalho de direcção. Deve-se envolver camaradas de todas as regiões na CNES, alargando assim a percepção da realidade de cada sítio, para a organização poder ter uma maior capacidade de análise e direcção, sendo que se conseguiu desde o último Congresso ter camaradas da maioria das regiões do país na CNES. Desde o último Congresso, a CNES reuniu com regularidade, apesar de se terem verificado algumas dificuldades em reunir com a presença de todos os camaradas membros, fruto da instabilidade dos quadros e da organização. Apesar disso, a CNES cumpriu o seu papel e traçou medidas para o desenvolvimento da luta e da organização, no quadro da orientação geral da JCP, que se comprovaram acertadas. Por necessidade de trabalho e pela instabilidade dos quadros, recompôs-se o organismo três vezes para que fosse o reflexo do quadro de activistas da organização e da sua realidade e, pontualmente, decidiu-se alargar a participação a alguns camaradas não eleitos na CNES, o que se verificou útil ao desenvolvimento do trabalho. Com o reforço da organização deram-se passos, em particular desde o último ENES, na estabilidade do organismo e na direcção do trabalho.

A CNES e o seu Secretariado foram fundamentais na análise da situação dos estudantes do Ensino Secundário, bem como na dinamização da luta destes estudantes por questões concretas e pela defesa da escola pública. Devem criar-se as condições para a participação dos camaradas nas reuniões da CNES por forma a garantir que a organização autónoma assegura a direcção do trabalho junto destes estudantes por forma a contribuir para o alargamento da influência da JCP e para o reforço orgânico, tendo em conta características e questões específicas.

4.5.6 A Direcção Central do Ensino Superior (DCES)

O órgão máximo de direcção da Organização do Ensino Superior é a Conferência Nacional do Ensino Superior (CNES), na qual são definidas as linhas orientadoras para a actividade da JCP ao nível do Ensino Superior

nos anos seguintes e é eleita a Direcção Nacional do Ensino Superior (DCES). A DCES, o seu Secretariado e outros organismos que a DCES entenda como necessários eleger para melhor responder a cada realidade, analisam, discutem e definem as linhas de trabalho da JCP face à realidade do Ensino Superior e seus estudantes. Os organismos de direcção intermédios referidos seguem as orientações centrais e dão um importante contributo à articulação e adaptação das linhas de trabalho definidas para melhor responder à realidade do local a que dizem respeito.

Desde o último Congresso a DCES reuniu com regularidade, verificando-se dificuldades em reunir com todos os seus membros, fruto da instabilidade dos quadros e da organização. Teve sempre um Secretariado eleito, o qual reuniu regularmente, dando, no essencial, resposta à direcção do trabalho. O organismo foi objecto de recomposições para que fosse o reflexo do quadro de activistas da organização e da sua realidade e, pontualmente, decidiu-se alargar a participação a alguns camaradas não eleitos na DCES, o que se verificou útil ao desenvolvimento do trabalho. Cabe à DCES assegurar a ligação ao movimento estudantil e aos vários colectivos do Ensino Superior, assim como definir as linhas de trabalho para a intervenção. Deram-se passos no aprofundamento da análise da realidade, em particular do Ensino Politécnico, sendo possível e necessário ir mais longe por forma a potenciar um melhor conhecimento da mesma. Foram tomadas pela DCES diversas posições para responder politicamente a questões com os quais os estudantes se confrontaram nos últimos 3 anos. Deve-se ainda trabalhar para envolver camaradas que possam estabelecer ligação a mais instituições e regiões, com grande relevo para o Ensino Politécnico.

4.5.7 As Comissões Regionais

As Comissões Regionais são a direcção regional da JCP em cada organização regional. As Comissões Regionais da JCP são eleitas nos Encontros Regionais da JCP, os quais têm uma grande importância na definição de orientações para o trabalho da JCP nas regiões na base da orientação geral da JCP e na afirmação e influência da JCP junto da juventude e na promoção de momentos de convívio entre os camaradas. A orientação de organizar até este Congresso os Encontros e plenários Regionais possíveis, permite-nos ter hoje uma organização mais estruturada e um maior número de Comissões Regionais eleitas e mais ligadas à realidade concreta de cada região. Ainda que nem todas as organizações

regionais tenham hoje comissões regionais eleitas, têm-se dado passos no reforço do trabalho colectivo, por via de plenários regionais quando se analise ser necessário.

São orientações para o trabalho das Comissões Regionais da JCP:

- Ter capacidade de direcção e acção política nas organizações regionais;
- A composição das Comissões Regionais deve corresponder à realidade da organização e manter um funcionamento estável;
- Devem ser eleitas em Encontros Regionais, podendo proceder à cooptação de novos camaradas, sempre que se achar necessário;
- Podem eleger um organismo executivo se entenderem necessário para o andamento do trabalho;
- Devem analisar regularmente as políticas regionais e nacionais e tomar posição sobre elas, assumindo maior protagonismo e responsabilidade, reforçando e prestigiando a JCP na região.

Desde o 10.º Congresso registaram-se algumas dificuldades, havendo excepções, em manter um trabalho regular das várias Comissões Regionais eleitas. A irregularidade do trabalho destes organismos prendeu-se com a instabilidade da vida dos quadros da JCP e dificuldades em responsabilizar outros pelas várias tarefas. Várias comissões regionais foram recompostas e, sempre que necessário, alargou-se a participação de camaradas que ajudam no trabalho diário das organizações regionais. Desde o 10.º Congresso da JCP foram realizados vários Encontros Regionais que contribuíram para reforçar o seu trabalho de articulação, aprofundar o conhecimento sobre questões diversificadas ligadas à vida dos jovens nos diversos colectivos de base que integram as organizações do Ensino Secundário e do Ensino Superior, bem como do Ensino Profissional e da Juventude Trabalhadora.

4.5.8 Colectivos de apoio e grupos de trabalho centrais

A acção dos colectivos de apoio à Direcção Nacional da JCP e os grupos de trabalho centrais dão um importante contributo no apoio ao conhecimento e desenvolvimento da intervenção da JCP em diversas áreas. Constituem, muitas vezes, a solução mais

adequada para o apoio do trabalho da Direcção Nacional da JCP. Assim, a dinamização e criação de colectivos e grupos de trabalho centrais deve ser equacionada como forma de responder a necessidades da JCP no plano central e da intervenção nas áreas de trabalho que sejam transversais à Organização e, como tal, as organizações regionais e sectoriais devem ter em conta a necessidade e reconhecer a importância de disponibilizar quadros para o trabalho nestes colectivos. Uma vez em funcionamento a sua discussão e actividade deve ser acompanhada e merecer particular atenção por parte da Direcção da JCP.

Desde o 10.º Congresso da JCP registou-se um funcionamento regular do colectivo do AGIT e da Secção Internacional. O Grupo de Trabalho Institucional e o Grupo de Trabalho das Liberdades e Direitos Democráticos funcionaram de forma irregular, mas os seus membros foram contribuindo para responder às tarefas colocadas. Constituiu-se o Grupo de Trabalho para o Associativismo, o qual tem reunido regularmente. Constituiu-se ainda um Grupo de Trabalho para a Propaganda e Comunicação, o qual tem dado resposta às necessidades colocadas, apesar de se verificarem ainda insuficiências.

Pelo papel que os jovens comunistas desempenharam e continuarão a desempenhar no desenvolvimento da luta da juventude, o 11.º Congresso da JCP foi um importante momento para o presente e o futuro do movimento juvenil em Portugal.

As análises presentes neste documento são fruto de uma ampla discussão colectiva e sobretudo de uma forte ligação dos jovens comunistas à vida e à luta da juventude portuguesa. Da luta, trazemos experiências e realidades para a nossa análise, baseada nos instrumentos do marxismo-leninismo, que nos permitem agir de forma conseqüente para interpretar e transformar o mundo. Para a luta, levamos a nossa *“alegria de viver e de lutar”* que vem da *“profunda convicção de que é justa, empolgante e invencível a causa por que lutamos”*²

A juventude portuguesa pode continuar a contar com a JCP. Estaremos sempre na luta por uma vida melhor para a juventude e pela concretização das legítimas aspirações dos jovens, pelo Portugal de Abril que nos foi roubado, mas que será nosso outra vez. Queremos uma sociedade nova, liberta da exploração do homem pelo homem, o socialismo e o comunismo, que o nosso Partido define como *“uma sociedade sem classes, sociedade de abundância, de igualdade social, de liberdade e de cultura para todos, de iniciativa e criatividade colectiva e individual, sociedade de trabalhadores livres e conscientes na qual o trabalho será não apenas uma fonte de riqueza mas uma actividade criadora e uma fonte de alegria, de liberdade e de valorização pessoal e na qual a paz, a saúde, a cultura, o repouso, o recreio, um meio ambiente equilibrado, a acção colectiva e o valor do indivíduo serão componentes da felicidade humana”*³

Conquistar o presente, construir o futuro – É pela luta que lá vamos!

² Álvaro Cunhal, *O Partido com Paredes de Vidro*

³ Programa do PCP. *Uma Democracia Avançada – os valores de Abril no futuro de Portugal*, III.2.4

ÍNDICE DE ABREVIATURA OU GLOSSÁRIO

- AAEE** – Associação de Estudantes
- AE** – Associação de Estudantes
- AFRICOM** – Comando dos Estados Unidos para a África
- AGA** – Assembleia Geral de Alunos
- ALBA** – Alternativa Bolivariana para as Américas
- AR** – Assembleia da República
- ASE** – Acção Social Escolar
- BCE** – Banco Central Europeu
- BE** – Bloco de Esquerda
- BM** – Banco Mundial
- BRICS** – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CDS/PP** – Centro Democrático Social/Partido Popular
- CDU** – Coligação Democrática Unitária
- CENA** – Comissão da Europa e América do Norte
- CETA** – Acordo Económico e Comercial Global União Europeia-Canada
- CGD** – Caixa Geral de Depósitos
- CGTP/IN** – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses/Intersindical Nacional
- CMJ** – Conselho Municipal da Juventude
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- CNES** – Coordenadora Nacional do Ensino Secundário
- CNES** – Conferência Nacional do Ensino Superior
- CNJ** – Conselho Nacional da Juventude
- CNP** – Comité Nacional Preparatório
- CRP** – Constituição da República Portuguesa
- CT** – Comissão de Trabalhadores
- DCES** – Direcção Central do Ensino Superior
- DN** – Direcção Nacional
- ECTS** – Sistema Europeu de Transferência de Créditos
- ENDA** – Encontro Nacional de Direcções Associativas
- ENES** – Encontro Nacional do Ensino Secundário
- EPE** – Entidade Pública Empresarial
- ETT** – Empresa de Trabalho Temporário
- ES** – Ensino Superior
- EUA** – Estados Unidos da América
- FFAA** – Forças Armadas
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FMJD** – Federação Mundial da Juventude Democrática
- FMJE** – Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes
- LBSE** – Lei de Bases do Sistema Educativo
- I&D** – Investigação e Desenvolvimento
- IDP** – Instituto do Desporto de Portugal
- IDT** – Instituto da Droga e Toxicoddependência
- IES** – Instituições de Ensino Superior
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- SICAD** – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
- IPDJ** – Instituto Português do Desporto e da Juventude
- IPJ** – Instituto Português da Juventude
- IRC** – Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas
- IRS** – Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares
- IVA** – Imposto sobre Valor Acrescentado
- IVG** – Interrupção Voluntária da Gravidez
- NATO** – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- OE** – Orçamento de Estado

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

ORT – Organização Representativa dos Trabalhadores

PE – Parlamento Europeu

PEC – Plano de Estabilidade e Crescimento

PEV – Partido Ecologista “Os Verdes”

PIB – Produto Interno Bruto

PRP – Projecto de Resolução Política

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

RGA – Reunião Geral de Alunos

RNAJ – Registo Nacional de Associações Juvenis

SMN – Salário Mínimo Nacional

SMO – Serviço Militar Obrigatório

SNS – Serviço Nacional de Saúde

TE – Trabalhador-Estudante

TLC – Tratado de Livre Comércio

TTIP – Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento

ISCTE/IUL – Instituto Universitário de Lisboa

RJIES – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

UE – União Europeia

UEM – União Económica e Monetária

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Energética Nacional

EGF – Empresa Geral de Fomento

MAE – Movimento Associativo Estudantil



JUVENTUDE COMUNISTA
PORTUGUESA

